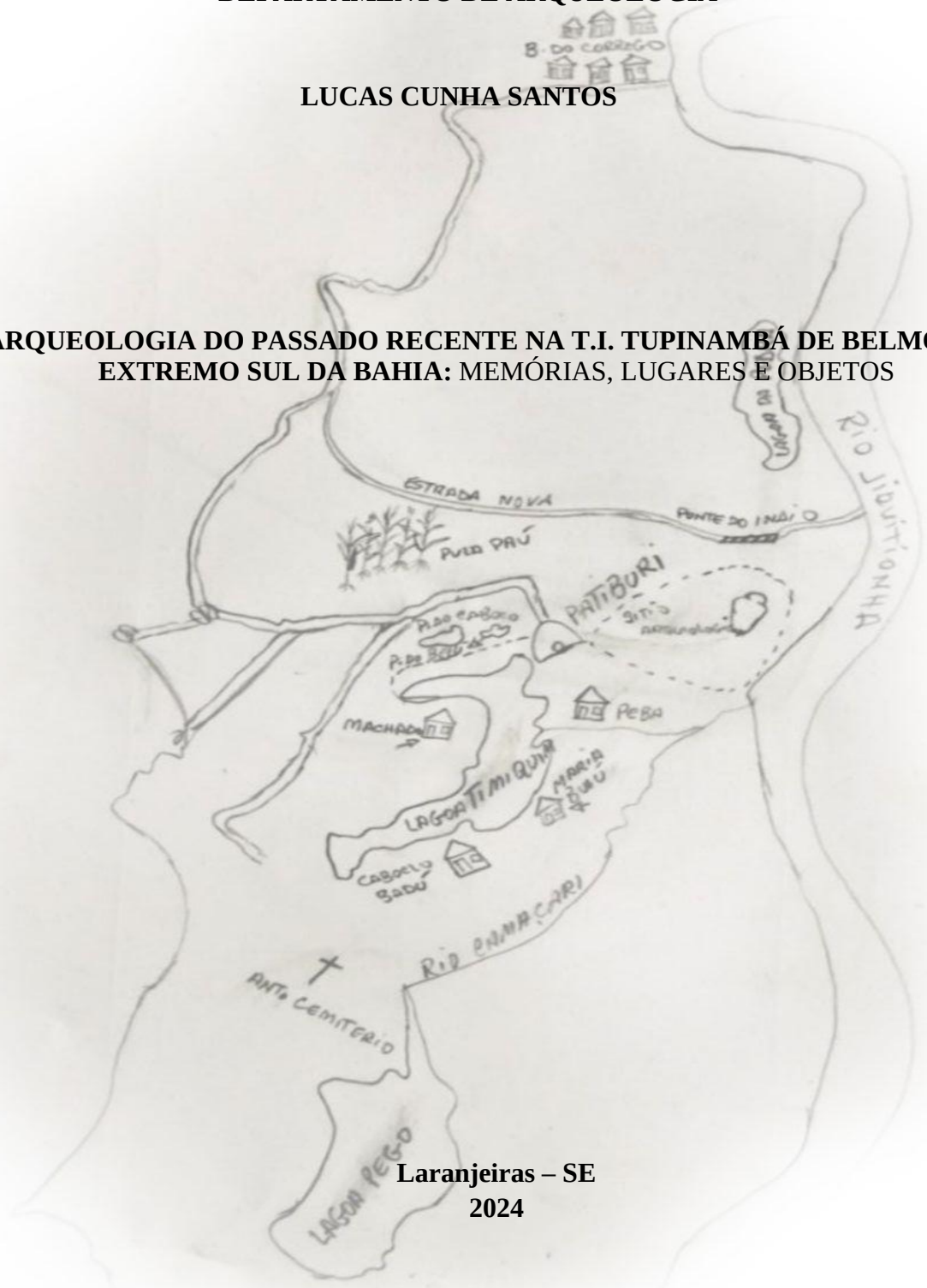
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

LUCAS CUNHA SANTOS

ARQUEOLOGIA DO PASSADO RECENTE NA T.I. TUPINAMBÁ DE BELMONTE, EXTREMO SUL DA BAHIA: MEMÓRIAS, LUGARES E OBJETOS



Laranjeiras – SE
2024

LUCAS CUNHA SANTOS

ARQUEOLOGIA DO PASSADO RECENTE NA T.I. TUPINAMBÁ DE BELMONTE, EXTREMO SUL DA BAHIA: MEMÓRIAS, LUGARES E OBJETOS

Monografia apresentada ao Departamento de Arqueologia, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Orientadora: Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

Laranjeiras – SE
2024

ARQUEOLOGIA DO PASSADO RECENTE NA T.I. TUPINAMBÁ DE BELMONTE, EXTREMO SUL DA BAHIA: MEMÓRIAS, LUGARES E OBJETOS

LUCAS CUNHA SANTOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arqueologia

Nota: _____

Data de apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia (Orientadora)

_____

(Membro Interno)

_____

(Membro Interno)

Laranjeiras
2024

A todos(as) aqueles(as) que me permitiram acesso às suas memórias de história de luta e resistência travadas em terras sul-baianas. Terra que amo, me criei, de onde vim e se fazem presentes minhas raízes. Agradeço por me permitirem contribuir minimamente com sua luta atual. Especialmente, dedico esse trabalho às memórias dos antigos anciãos e anciãs que, embora severamente atacados, foram resilientes e traçaram caminhos que mantiveram vivos legados identitários que atravessaram o tempo e materializam oralmente ensinamentos transmitidos de geração em geração. Caminhos esses que influenciam e direcionam o presente atual dessa comunidade, lhes conferindo força e autoreconhecimento em sua própria e única história de vida no presente. É também uma homenagem aos (às) jovens dessa comunidade que mantêm vivos esses legados e se engajam na luta por seus direitos. Este trabalho é dedicado a todos (as) Tupinambá de Belmonte do passado e presente, que imensamente me ajudaram a entender a profundidade do meu papel enquanto arqueólogo e individuo sul-baiano.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar esta última etapa de produção deste trabalho agradecendo à minha família por proporcionar a vivência deste sonho. Sem suas batalhas diárias, nada disso seria possível, e sou extremamente grato. À minha amada avó, Dona Maria, que me criou e me amou como se fosse seu filho, dando-me valiosos conselhos e estando sempre presente em todas as etapas da minha vida, 'essa é para você', vó. Agradeço à minha querida tia Itana por convencer a todos de que eu deveria seguir meu coração e cursar aquilo que sonhei. Agradeço ao meu pai, José Ítalo, por garantir minha estadia em outro estado durante todos esses anos. Somos mais parecidos do que meu pai acredita. Também agradeço à minha madrasta por servir de elo de diálogo em momentos conflituosos. Agradeço ao povo sergipano pelo acolhimento e pelas experiências enriquecedoras que pude vivenciar neste estado, especialmente aos moradores de Laranjeiras e do Rosa Elze, pelas conversas alegres e por tornarem minha adaptação longe de casa mais fácil. Aos funcionários terceirizados dos campi de Laranjeiras e São Cristóvão, pelo trabalho essencial para o funcionamento da universidade, em especial ao secretário do curso de arqueologia, Carlos, pela paciência e auxílio durante esse processo. À Lorena Garcia, pela orientação durante todos esses anos e por não ter desistido de mim nos momentos em que estive ausente. A tenho como parâmetro para o profissional que um dia almejo ser. Aos meus amigos Erick, Isabelle, Bebeto, Guilherme, Arthur e Bruna por sempre estarem presentes e disponíveis para me escutar em momentos conflituosos e de autoquestionamento. Obrigado por me mostrarem que não estou sozinho. Aos professores Leandro Duran e Fernando Osório, que assim como minha orientadora, através das diversas matérias ao longo do curso, me transmitiram outras formas de ver o mundo, que certamente serviram de guia para minha atuação profissional. Também agradeço aos professores Bruno e Paulo Bava por se disponibilizarem para auxiliar e tirar dúvidas sobre a análise material. A arqueologia, por despertar principalmente um grande amor e paixão, mas também um interesse e sede incessável por conhecimento que nem eu sabia que existia dentro de mim. Este trabalho é resultado de muita dedicação, esforço, lágrimas e inseguranças. Mas tenho certeza de que dei o meu melhor. Por fim, agradeço a mim, pela dedicação, paixão e comprometimento com aquilo que acredito. Só eu tenho noção das minhas próprias limitações, e mesmo assim tive forças e me (re)signifiquei e amadureci ao longo desse processo

“Logo que não se apagou
Tão cedo não se apagará…
No ano de 51
De um século que já passou
Na terra dos Deus dará!

Homens, mulheres na luta
Crianças na aldeia a chorar...
No ano de 51
De um século que já passou
Na terra do Deus dará!

Governo, grileiros atacando
Querendo a terra tomar…
No ano de 51
De um século que já passou
Na terra do Deus dará!

À luta sempre continuou
O povo guerreiro pra sua aldeia voltar
Mesmo depois de muitos anos
De essa guerra travar…
Na terra do Deus dará!

(Itamar Anjoso)

RESUMO

O extremo sul da Bahia, mais especificamente a Costa do Descobrimento, é uma região marcada por violentos processos de conflitos territoriais entre agentes coloniais e populações indígenas nativas que até hoje lutam e resistem pela garantia dos seus direitos. Nesse contexto, este trabalho analisa criticamente os vestígios arqueológicos associados aos sítios históricos do passado recente dos Tupinambá de Belmonte - BA, sítios que correspondem aos locais de moradia das antigas famílias indígenas que residiam no território entre os séculos XIX e XX. Esse estudo foi feito a partir dos pressupostos da arqueologia do passado recente, com uma abordagem colaborativa, e buscou explicitar as relações entre os vestígios encontrados, o território e as memórias dos Tupinambá de Belmonte. Foi possível concluir, através desta análise, que os materiais encontrados possuem cronologias relativas muito similares, o que leva a crer que há a possibilidade dos sítios terem sido ocupados simultaneamente e contemporaneamente. A análise também apontou para uma ocupação espacial dispersa em pequenos locais ao longo das áreas que circundam a lagoa Timiquim, o que sugere que a lagoa e seus arredores foram utilizados como local de refúgio para essas comunidades, configurando uma estratégia de resistência frente às opressões e violências do colonialismo. Essas interpretações condizem com as narrativas orais dos Tupinambá, elementos fundamentais nesse estudo que visou a construção de um conhecimento arqueológico que relega o mesmo grau de importância a elementos materiais e aos imateriais.

Palavras-chave: Arqueologia do passado recente; colonialismo; resistência; Tupinambá de Belmonte.

ABSTRACT

The extreme south of Bahia, more specifically the Discovery Coast, is a region marked by violent processes of territorial conflicts between colonial agents and native indigenous populations who, to this day, fight and resist to guarantee their rights. In this context, this work critically analyzes the archaeological remains associated with the historical sites of the recent past of the Tupinambá of Belmonte - BA, sites that correspond to the places of residence of the ancient indigenous families who resided in the territory between the 19th and 20th centuries. This study was carried out based on the assumptions of archeology of the recent past, with a collaborative approach, and sought to explain the relationships between the remains found, the territory and the memories of the Tupinambá from Belmonte. It was possible to conclude, through this analysis, that the materials found have very similar relative chronologies, which leads us to believe that there is a possibility that the sites were occupied simultaneously and contemporaneously. The analysis also pointed to a spatial occupation dispersed in small locations throughout the areas surrounding the Timiquim lagoon, which suggests that the lagoon and its surroundings were used as a place of refuge for these communities, configuring a strategy of resistance against the oppression and violence from colonialism. These interpretations are consistent with the oral narratives of the Tupinambá, fundamental elements in this study that aimed to build archaeological knowledge that places the same degree of importance on material and immaterial elements.

Keywords: Archeology of the recent past; colonialism; resistance; Tupinambá de Belmonte.

RESUMEN

El extremo sur de Bahía, más específicamente la Costa del Descubrimiento, es una región marcada por violentos procesos de conflictos territoriales entre agentes coloniales y poblaciones indígenas originarias que, hasta el día de hoy, luchan y resisten para garantizar sus derechos. En este contexto, este trabajo analiza críticamente los restos arqueológicos asociados a los sitios históricos del pasado reciente de los Tupinambá de Belmonte - BA, sitios que corresponden a los lugares de residencia de las antiguas familias indígenas que residieron en el territorio entre los siglos XIX y XX. Este estudio se realizó a partir de los supuestos de la arqueología del pasado reciente, con un enfoque colaborativo, y buscó explicar las relaciones entre los restos encontrados, el territorio y las memorias de los Tupinambá de Belmonte. Se pudo concluir, a través de este análisis, que los materiales encontrados tienen cronologías relativas muy similares, lo que lleva a creer que existe la posibilidad de que los sitios fueran ocupados simultánea y contemporáneamente. El análisis también apuntó a una ocupación espacial dispersa en pequeñas localidades a lo largo de los alrededores de la laguna de Timiquim, lo que sugiere que la laguna y sus alrededores fueron utilizados como lugar de refugio para estas comunidades, configurando una estrategia de resistencia contra la opresión y la violencia del colonialismo. Estas interpretaciones son consistentes con las narrativas orales de los Tupinambá, elementos fundamentales en este estudio que tuvo como objetivo construir un conocimiento arqueológico que otorgue el mismo grado de importancia a elementos materiales e inmateriales.

Palabras clave: Arqueología del pasado reciente; colonialismo; resistencia; Tupinambá de Belmonte.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 - Vista da Lagoa Timiquim.....64

Fotografia 02 - Coleção arqueológica estudada 66

Fotografia 03 - Sitio Porto 1.....68

Fotografia 04 - Coleção arqueológica referente ao Sitio Porto 1.....69

Fotografia 05 - Peça T.B.2 - 1 Gargalo de chapinha metálica.....70

Fotografia 06 - Peça T.B.2 -2 Fragmento de parede da porção inferior.....72

Fotografia 07 - T.B.2 -6. Fragmento de parede contendo 3 bolhas.....73

Fotografia 08 - Peça T.B.2 - 3 contendo 8 lascamentos intencionais.....74

Fotografia 09 - Peça T.B.2 - 3.....74

Fotografia 10 - T.B.2 - 8 Técnica manual *appliend-fish* para finalização de gargalo.....75

Fotografia 11 - Peça T.B.2 - 10 gargalo tipo coroa.....76

Fotografia 12 - Peça T.B.2 - 12 louça pintada a mão estilo *Sheel Edgd*.....77

Fotografia 13 - Sitio Porto 2.....79

Fotografia 14 - Peça T.B.3 - 1 Reforço da base fond piqué bastante repicado.....81

Fotografia 15 - Fragmentos da mesma garrafa repicada intencionalmente.....82

Fotografia 16 - Peça T.B.3 -11-Gargalo finalizado com a técnica manual Tooled finish.....83

Fotografia 17 - Peça T.B.3-11, Gargalo finalizado com a técnica manual Tooled finish.....83

Fotografia 18 - Sitio Lugar do Caboclo Badú.....84

Fotografia 19 - Peça T.B.4 - 64 - Fragmento de parede cerâmico.....87

Fotografia 20 - Peça T.B.4 - 66, faiança fina fragmentada.....87

Fotografia 21 - Peças metálicas T.B.4 – 51 e 52 erodidas.....88

Fotografia 22 - Peça T.B.4 - 55, peça metálica muito fragmentada e erodida.....88

Fotografia 23 - Fragmentos de uma mesma garrafa.....89

Fotografia 24 - Fragmento vítreo de base T.B.4 - 8.....90

Fotografia 25 - Fragmento vítreo de base T.B.4 -15.....90

Fotografia 26 – Peças T.B.4 - 3, Peças T.B.4 - 23 - Peças T.B.4 -11.....91

Fotografia 27 - Peça T.B.4 - 22 contendo um pedaço da letra 'O' 91

Fotografia 28 - Peça T.B.4- 19, fragmento de corpo contendo as letras ‘N’ e ‘E’.....92

Fotografia 29 - Fragmentos vítreos diversos com letras impressas em relevo.....93

Fotografia 30 - Peça T.B.4 - 10, Gargalo Tooled Finish.....93

Fotografia 31 - T.B.4 -73 fragmento de vidro.....94

Fotografia 32 - Peça T.B.4 -74 Metal errodido.....94

Fotografia 33 - Peça T.B.4 -63 fragmento de piso feito em argila.....95

Fotografia 34 – Peça T.B.4 - 64 fragmento de piso feito em argila.....95

Fotografia 35 -Peça T.B.4 - 53 peça de metal semelhante a capsula de revolver.....95

Fotografia 36 - Peça T.B.4 - 53 Peça de metal semelhante a capsula de revolver.....96

Fotografia 37 - Peça T.B.4 -54 Fragmento de metal erodido semelhante a asa de caneca.....96

Fotografia 38 - Peça T.B.4 - 54 Fragmento de metal erodido.....93

Fotografia 39 - Fragmentos vítreos T.B.4 - 25 e T.B.4 - 26.....97

Fotografia 40 - T.B.4 - 31, vestígio vítreo com padrão em relevo.....97

Fotografia 41 - T.B.4 - 27 base vítrea na cor aqua.....98

Fotografia 42 - T.B.4 - 28 e T.B.4 - 29 fragmentos vítreos na cor aqua.....98

Fotografia 43 - Fragmento de louça, peça T.B.4 - 32.....99

Fotografia 44 - Fragmento de louça T.B.4 - 32.....99

Fotografia 45 - T.B.4 – 34 e T.B.4 - 3. Fragmentos de um mesmo prato.....100

Fotografia 46 - Peça T.B.4 -34, Fragmento da base de um prato do padrão ‘Sun”.....101

Fotografia 47 - Cerâmicas.....103

Fotografia 48 - Cerâmicas, peças T.B.44- 8 - Peças T.B.4 – 37, T.B.4 - 40, T.B.4 - 45.....103

Fotografia 49 - Sítio da Jaqueira.....105

Fotografia 50 - Face externa da Peça T.B.5 - 1, fragmento de parede.....106

Fotografia 51 - Face interna da Peça T.B.5 – 1, fragmento de parede.....106

Fotografia 52 - Face externa da peça T.B.5 –3. Fragmento de borda cerâmica.....107

Fotografia 53 -. Face interna da peça T.B.5- 3.....107

Fotografia 54 - Face externa da peça T.B.5 - 3.....107

Fotografia 55 - Face interna da peça T.B.5 -3.....107

Fotografia 56 - Face externa da peça T.B.5- 3.....107

Fotografia 57 - Face externa da peça T.B.5-5.....107

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Mapa de localização e delimitação da T.I. Tupinambá de Belmonte.....23

Mapa 02 - Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú.....28

Mapa 03 - Etnomapa dos sítios arqueológicos contidos na T.I Tupinambá.....63

Mapa 4 - Sítios arqueológicos históricos do passado recente estudados 65

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Reforço de base (Push-up/Kick-up Base) 58

Figura 02 - Exemplos de snap case.....59

Figura 03 - Exemplos de molde inteiriço, molde de duas partes e molde de três partes.....60

Figura 04 - Esquema da elaboração do fond piqué.....81

Figura 05 - Exemplo de caneca metálicas esmaltada atuais.....96

Figura 06 – Acervo online do Museu Wedgewood 100

Figura 07 – Padrão ‘Sun’ identificado na peça T.B.4 – 34.....101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....19

1. T.I TUPINAMBÁ DE BELMONTE: UM OLHAR HISTÓRICO.....22

1.2. Questões para história indígena no sul da Bahia.....24

1.3. Projeto arqueologia e histórias de vida.....32

2. CONTEXTUALIZANDO A ARQUEOLOGIA DO PASSADO RECENTE.....**36**

2.1. Arqueologia do passado Recente: sua gênese, aplicabilidades e potencialidades..48

2.2. Desconstruindo a Barreira Temporária do Colonialismo.....51

2.3. Metodologia de pesquisa.....54

2.3.1. Metodologia de análise de materiais históricos.....55

2.3.2. Metodologia de análise de louças.....55

2.3.3. Metodologia de análise de materias vitreos.....56

2.3.4. Metodologia de análise de material cerâmico 61

2.3.5. Metodologia de análise de material construtivo.....61

2.3.6. Metodologia de Análise de material metálico.....62

3. AS HISTÓRIAS DE VIDA ATRAVES DOS VESTIGIOS: ANÁLISE MATERIAL.....**63**

3.1. Descrição dos lugares/sítios arqueológicos históricos da T.I. Tupinambá de Belmonte.....67

3.1.1. Sítio Porto 1.....67

3.1.2. Sítio Porto 2.....78

3.1.3. Sítio Lugar do Caboclo Badú.....83

3.1.3.1. Discursão sobre as louças.....98

3.1.2.2. Discussão sobre a análise do material Cerâmico.....101

3.1.2.3. Discussão da análise.....103

3.1.4. Sítio da Jaqueira.....104

3.2. Discussão geral da análise 108

4. O PASSADO NO PRESENTE.....110
4.1. O Passado Recente na T.I. Tupinambá de Belmonte: O Passado é o Presente.....113
4.1.2. O Sítio Lugar do Caboclo Badú e o elo identitário que perpassa gerações.....120
4.1.3. As margens da Lagoa Timiquim, sítios Porto 1 e Porto 2 e suas correlações.....126
4.1.4. O sitio da Jaqueira: agencia ativa e as ressignificações de materialidades.....129
4.2. Memória vividas, com e através da materialidades: O passado é o agora.....130
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....136
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....140
7. ANEXOS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é um desdobramento do projeto "**Arqueologia e Histórias de vida:** pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte - BA", coordenado pela Prof. Dra. Lorena Garcia, vinculado ao programa de pós-graduação em Arqueologia (PROARQ) e Departamento de Arqueologia (DARQ) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Ao colaborar com a referida pesquisa, nosso objetivo é analisar criticamente os vestígios arqueológicos associados aos sítios históricos do passado recente dos Tupinambá de Belmonte. Esses sítios tiveram suas localizações previamente indicadas por essa população e dizem respeito aos locais de moradia das antigas famílias indígenas que residiam na área da T.I. entre os séculos XIX e XX. Portanto, os sítios e vestígios analisados aqui partem de uma agenda de pesquisa previamente negociada com essa população durante a elaboração do projeto no qual essa monografia se insere.

A partir dos pressupostos das arqueologias colaborativas, o que se busca é a incorporação de perspectivas teóricas mais democráticas e politicamente engajadas por parte dos pesquisadores/as com as populações indígenas com quem trabalham. Buscamos assim, evidenciar e compreender a complexidade e brutalidade das experiências vividas pelos Tupinambá de Belmonte no período pós-colonial nos perguntando: Como esse processo se desenvolveu localmente? Quais foram as estratégias de resistência indígena adotadas frente a pressão do Estado e da sociedade nacional? E, por fim, como esses efeitos ainda podem ser percebidos atualmente.

Historicamente, a noção de aculturação serviu, e serve, para retirar o próprio reconhecimento enquanto pessoas indígenas, facilitando, assim, a usurpação de territórios e a negação de direitos. Ao entendê-las como "culturalmente assimiladas", a desconstrução de tal ideologia ainda se mantém como fundamental para a compreensão das trajetórias históricas dos povos indígenas do sul da Bahia (OLIVEIRA, 2016). Outro aspecto essencial é a crítica à noção de "impacto fatal" causado pelo advento do encontro colonial, presentes dentro da construção de conhecimento arqueológico. O colonialismo, nessa visão, representaria um ponto final para populações indígenas inseridas dentro do projeto colonial (GARCIA, 2018, 2019, 2020, SILLIMAN, 2019)

Essa homogeneização cultural prega uma "quebra abrupta" em culturas e é estruturada em um lógica colonial que desconsidera a agência ativa dessas populações. Contra esse processo de homogeneização, a arqueologia do passado recente pode funcionar como uma ferramenta política para pôr em evidência histórias, narrativas orais e experiências que são

negligenciadas por questões ideológicas interligadas ao processo de formação do Estado Nacional e pela construção da história oficial sobre os povos indígenas no sul Bahia. (SILLIMAN, 2019, GARCIA, 2018, 2019)

Para Santos (2010, p.40),

> "São hoje muitos e fortes os sinais de que o modelo de racionalidade científica [...] atravessa uma profunda crise". Em outras palavras, o autor argumenta que as atuais bases estruturantes do conhecimento ocidental, isso inclui a arqueologia, passam por momentos instáveis e incertos. Essa crise, no entanto, também abriu portas para abordagens mais diversificadas na arqueologia, inclusive aquelas que buscam incorporar perspectivas teóricas decoloniais, reconhecendo a necessidade de reavaliar e redefinir as narrativas históricas, temporalidades, conceitos, sob uma luz mais justa e equitativa na construção do pensamento arqueológico. (SANTOS, 2010, p. 40).

Portanto, entendemos que as reflexões sobre o passado dizem respeito também ao presente e estruturam a realidade social atualmente vivenciadas pelos Tupinambá de Belmonte em sua luta diária por reconhecimento e justiça social. Nesse sentido, faz-se necessário um posicionamento político claro na elaboração de uma narrativa arqueológica mais democrática, preenchendo assim, lacunas na construção do conhecimento arqueológico no sul da Bahia.

O que pretende-se com este trabalho é compreender as múltiplas temporalidades dos lugares de moradia das antigas famílias indígenas da T.I. Tupinambá de Belmonte entre o final do século XIX e no século XX através dos vestígios materiais identificados (GARCIA, 2018, 2019, 2020). Sendo assim, esta monografia assume o desafio de combater a "história oficial" que nega o protagonismo das pessoas indígenas e romper (mesmo que minimamente) com o ensurdecedor silenciamento sobre a trajetória histórica dos Tupinambá de Belmonte em seu território, situado no extremo sul da Bahia.

Para isso, está monografia se divide em quatro capítulos, apresentados brevemente a seguir: No primeiro capítulo, caracterizamos a área de estudo da T.I Tupinambá de Belmonte, levantando aspectos geográficos, populacionais e históricos e políticos pertinentes ao objetivo de pesquisa. São ressaltadas as questões de ocupação do território, as narrativas que surgem em torno desse processo, e como a arqueologia e história de vieses positivista corroboraram para a manutenção de narrativas de apagamento identitário, desterritorialização e vitimização de povos indígenas. Ainda no primeiro capítulo, apresentamos o projeto "arqueologia e histórias de vida", projeto de pesquisa no qual essa monografia está inserida.

Já no capítulo 2, estabelecemos os pressupostos teóricos necessários para fundamentar esse trabalho. Pra isso, falamos inicialmente sobre concepções acerca da subjetividade do pesquisador, concepções essas que guiam a atuação e a postura adotada nas análises aqui contidas. Estabelecemos uma posição contrária a ideia de "ciência isenta", e com isso, nos

propomos construir conhecimento que corrobore com narrativas descolonizadoras. A partir daí, fundamentamos a importância de adotarmos abordagens metodológicas diferenciadas para fundamentar interpretações analítica mais mutivocais e politicamente engajadas, tal qual, a chamada de Silliman (2019), ao propor a utilização de uma arqueologia do passado recente por um viés colaborativo em construções de narrativas históricas menos excludente que utilize de escalas temporais ambíguas para separar o passado do presente. Explicamos sua gênese, aplicabilidades e potencialidades, bem como as críticas ao fazer arqueológico de viés temporal unidirecional, que fomentaram o cenário ideal para surgimento dessa abordagem. Destacamos sua importância como possibilitadora de estudos das relações indissociáveis entre materialidade e memória. Com isso estabelecido, explicamos também o colonialismo pelo viés da arqueologia do passado recente, que nos ajuda a compreender não só como esse processo violentou as populações indígenas, mas também as resistências forjadas nesse período histórico e como através da tradição oral tecidas pelas memorias podemos acessar informações antes não levadas em consideração possuem o poder de influenciar positivamente o presente dessas populações. Por fim, finalizamos o capítulo com a metodologia, estabelecendo as fontes e manuais utilizados para a análise dos materiais.

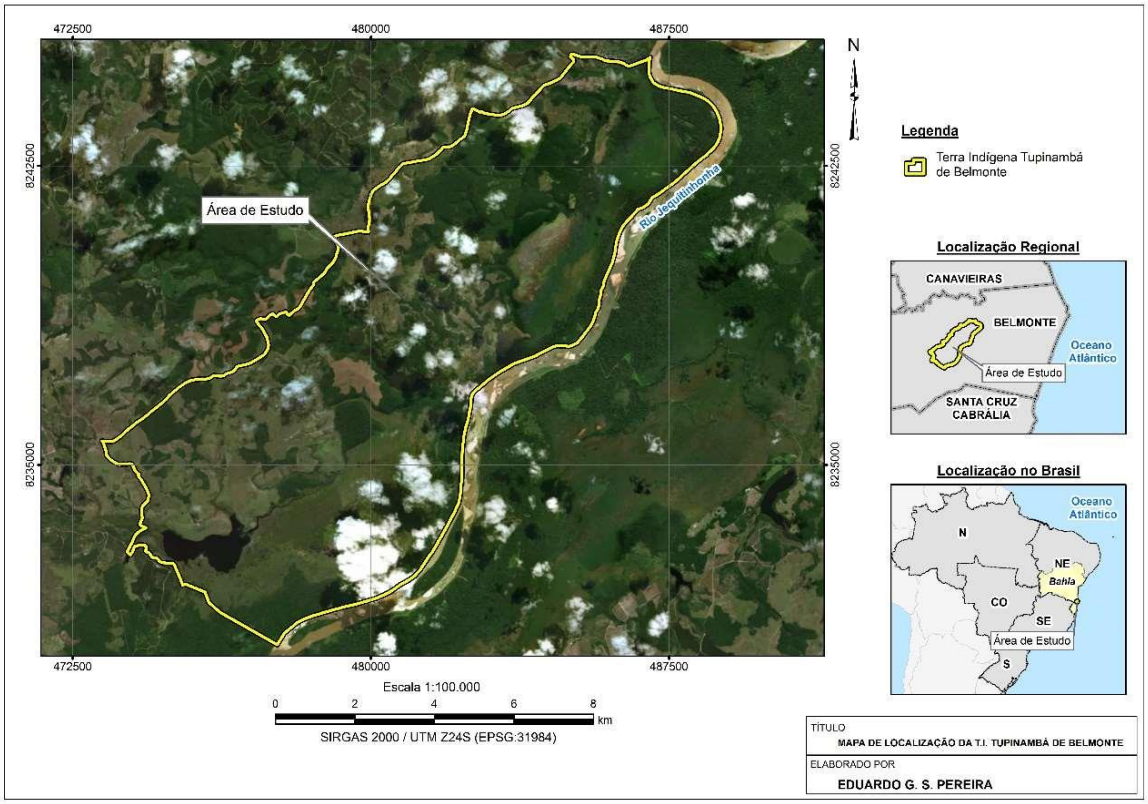
No capítulo 3, apresentando os resultados da análise dos materiais arqueológicos dos sítios históricos da T.I. Tupinambá de Belmonte, descrevendo os sitos e realizando uma discussão sobre os elementos encontrados na análise.

O capítulo 4, intitulado "O passado no presente" vai, enfim, situar esses vestígios analisados no contexto histórico colocado em foco (XIX – XX), os situando em uma narrativa de resistência, e no elo entre o passado e o presente. Conclui-se com o levantamento de duas hipóteses sobre a ocupação desse território e com as fundamentações e evidências que as sustentam, inclusive as narrativas orais presentes na memória do povo Tupinambá de Belmonte.

CAPÍTULO 1
T.I TUPINAMBÁ DE BELMONTE: UM OLHAR HISTÓRICO

A região atualmente reconhecida como “Território de Identidade Costa do Descobrimento” (CEPLAC, 2016). Localizada no sul e extremo sul do estado da Bahia, é uma área de profunda importância histórica, cultural e ambiental. Essa área abrange os municípios de Belmonte, Eunápolis, Porto Seguro, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi e Santa Cruz Cabrália. Esse cenário regional é palco de um rico, complexo e violento encontro entre culturas, que remonta aos primeiros contatos entre agentes coloniais portugueses e populações indígenas nativas em território brasileiro. É nessa conjuntura de conflitos históricos que os Tupinambá de Belmonte estabelecem suas raízes, resistindo ao longo de séculos, em busca da preservação de seus direitos enquanto povos originários.

A T.I. Tupinambá de Belmonte, está situada a 16 Km do município de Belmonte, localizada no sul baiano. Em termos ecológicos, essa região se destaca por ser um ponto singular de encontro entre diferentes fitofisionomias que se intercalam entre matas de Savana e um maior predomínio do Bioma Mata Atlântica, onde se mesclam as Floresta Ombrófila (48,29%) e Floresta Ombrófila Densa (51,70%). (GARCIA, 2019, p. 6). A diversidade desses ecossistemas imprimem características ambientais ricas e complexas, que abrigam uma variedade única de fauna e flora. Além disso, a presença de recursos hídricos é notável. Sendo a T.I. margeada pela foz do Rio Jequitinhonha em sua face leste e banhada pelo Rio Camaçari e a Lagoa Timiquim em sua face oeste. A foz do rio Jequitinhonha se encontra na cidade de Belmonte, mas especificamente no distrito Boca do rio. A Lagoa será de extrema importância no desenvolvimento deste trabalho, pois, além de ser um local de pesca importante para a vida cotidiana dessa população, abriga memórias e materialidades relacionadas aos antigos moradores indígenas que residiam nesse e em outros locais espalhados pelo território reivindicado.



Mapa 1: mapa de localização e delimitação da T.I. Tupinambá de Belmonte, Belmonte, BA. Fonte: GARCIA, 2019, p.3

O ambiente único da região onde Belmonte está inserida, com suas características de Mata Atlântica e as influências dos rios e lagoas, é um componente integrante da identidade dos Tupinambá, e é essencial para entender a complexa relação entre a cultura indígena e o ambiente que os cerca. Estas características ambientais desempenham um papel central na luta pela preservação dos direitos e da cultura dos Tupinambá, uma vez que se entrelaçam com questões de território e etnicidade.

O uso do nome Tupinambá como autodesignação pelos Tupinambá do sul da Bahia, indica antes de tudo uma identificação social, cultural e histórica com as populações Tupi que viveram nessa região. (VIEGAS, 2010 apud GARCIA, 2019, p.4). Os Tupinambá de Belmonte, em conjunto com os Tupinambá de Olivença, formam a atual população Tupinambá do sul da Bahia. O Território Tupinambá de Olivença está localizado na região litorânea e de mata atlântica do sul da Bahia, entre os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, e também aguarda o andamento dos processos burocráticos da homologação territorial. A extensão territorial reivindicada pelos Tupinambá de Olivença, compreende um limite territorial de 47.376 hectares, fazendo parte desse território 23 comunidades, dentre as quais, Acuípe de Baixo, Acuípe de Cima, Acuípe do Meio, Acuípe do Meio II, Águas de Olivença, Gravatá, Sapucaieira, Santana, Mamão, Curupitanga, Campo São Pedro, Parque de Olivença, Olivença, Santana,

Santaninha, Maruim, Serra das Trempes, Serra do Serrote, Lagoa do Mabaço, Serra Negra e Serra do Padeiro. Esta última veio a ser reconhecida enquanto aldeia no início de 2002, liderada pelo Cacique Babau. A população indígena de Olivença atual é de cerca de 4.700 pessoas (ALARCON 2013, p.97 apud GARCIA, 2019, p.9, MAGALHAES, 2020).

A T.I. de Belmonte foi reconhecida pelo Estado Brasileiro em 2015, mas até o atual momento ainda espera o andamento do processo homologatório. Sua delimitação espacial conta com uma área de 9.521 ha, onde residem cerca de 200 pessoas distribuídas em 41 famílias (GARCIA, 2019, p.8). A cacique Cátia fala que esses números eram maiores, mas devido às constantes ameaças e insegurança causada pelas ações de fazendeiros e até pela omissão dos órgãos estatais, muitas famílias resolveram se resguardar e foram morar em cidades vizinhas. É importante ressaltar que a demora do Estado Brasileiro para demarcação dos territórios ancestrais estimula violentos conflitos entre indígenas e não-indígenas, criando um cenário de guerra que na maioria das vezes favorece fazendeiros em detrimento dos indígenas. Consequentemente, apresentam-se altos índices de criminalização e ameaça de morte de lideranças indígenas, como é o caso da Cacique Cátia, líder dos Tupinambá de Belmonte, e do Cacique Babau, líder dos Tupinambá da Serra do Padeiro. Ambos recebem constantes ameaças e necessitam de escolta armada para garantia de suas sobrevivências (CARVALHO, 2020, p. 46 - 47).

A Cacique Cátia expõe que além de violências físicas e psicológicas, também sofre violência de gênero. Quando interrogada pelo pesquisador Fabio Carvalho se ela acredita que os constantes embates vivenciados cotidianamente tem alguma ligação com o fato dela ser uma liderança feminina, “Cacica Cátia afirmou que sim, [..] visto que ouve sempre os fazendeiros declararem que podiam até perder a terra para um homem, mas para uma mulher é muita ousadia” (CARVALHO, 2020, p. 46 - 47).

1.2 Questões para a história Indígena no sul da Bahia

Os Tupinambá de Belmonte são parte de um cenário extremamente atual de marginalização e tentativas sucessivas de negação de sua presença e existência. Esse fato não é novo e é apenas um reflexo de um contexto histórico muito mais profundo. Esse contexto não se limita apenas aos Tupinambá de Belmonte, mas diz respeito a todas as populações indígenas do Nordeste que sempre foram negligenciadas na formação populacional do Brasil.

Conforme aponta Garcia (2017, p.5), essa "invisibilidade" ilusória, muito fundamentada na categoria historicamente construída de "índios misturados", trouxe grandes obstáculos para

o desenvolvimento de pesquisas antropológicas na região. Afinal, essa noção de mistura/ assimilação à sociedade civil regional perpetuou durante longas décadas um cenário sombrio e quase inexplorado para os pesquisadores/as que se dispunham a compreender esses grupos de maneira mais aprofundada (e.g. GARCIA, 2017). Esse cenário ganha novas direções na década de 80, devido a um movimento político de caráter nacional, movido por populações indígenas, para reivindicações de pautas comuns. Esse movimento trouxe maior visibilidade aos indígenas e aos seus aliados para além das bases comunitárias regionais, o que culminou na inclusão dessas questões na Assembleia Constituinte e, posteriormente, na Constituição de 1988 (OLIVEIRA, 1988).

Esse cenário de luta, reivindicações identitárias, autonomia e soberania territorial trouxe uma nova conjuntura para a atuação dos antropólogos que trabalhavam com populações indígenas na região. De modo que tornou-se evidente a necessidade de repensar o papel, a atuação e antigos preceitos e noções da antropologia em relação a essas populações (e.g. OLIVEIRA, 2016) que por muito tempo foram vistas como "meros resquícios do que foram" (MARTIUS, 1843, p.6).

Dentro desse contexto, os Tupinambá de Belmonte, que ao longo de décadas tiveram sua identidade cultural e territorialidade ameaçadas pelo avanço constante de fazendeiros sobre seu território, precisaram achar mecanismos e estratégias de resistência em suas lutas diárias por sobrevivência, autonomia e soberania territorial. Esse processo de resistência envolveu a organização e mobilização da comunidade, de aliados e o apoio de organizações indigenistas. Além de antropólogos/as e arqueólogos/as que se engajaram na luta pela demarcação e proteção das terras indígenas.

Esse processo de luta passa pela desnaturalização da noção de índios misturados. Como exemplifica Oliveira (2016, p. 199), a unidade entre os "índios do nordeste" não é definida por suas instituições, história ou conexão com o meio ambiente, mas sim pelo simples fato de pertencerem ao Nordeste, vistos como um conglomerado histórico e geográfico:

> "A expressão "índios misturados" — frequentemente encontrada nos Relatórios de Presidentes de Província e em outros documentos oficiais — merece uma outra ordem de atenção, pois permite explicitar valores, estratégias de ação e expectativas dos múltiplos atores presentes nessa situação interétnica. Em lugar de estabelecer um diálogo com as tentativas de criar instrumentos teóricos para o estudo desse fenômeno — como a noção de "fricção interétnica (Cardoso de Oliveira 1964), as críticas às noções de tribalismo e aculturação (Cardoso de Oliveira 1960 e 1968), ou a noção de "situação histórica" (Oliveira 1988) — a tendência dos estudos foi restringir-se aos trabalhos sobre a região e discutir a "mistura" como uma fabricação ideológica e distorcida, que os coloca em oposição aos "índios puros/índios do passado." (OLIVEIRA, 2016, p.199-200)

Isso pressupõe que essa noção ilusória de mistura representaria e legitimaria a percepção de “impacto fatal” (que aqui buscamos combater) gerada pelas seculares situações de contato entre indígenas e representantes coloniais na região. Nesse sentido, a ideia de ‘mistura’ serviu e serve como ferramenta política para deslegitimação de direitos e também como mecanismo de manipulação ideológica que, segundo Garcia (2017, p.6), é empregada para retirar-lhes também seu próprio reconhecimento enquanto indivíduos indígenas (OLIVEIRA, 1998, 2016; GARCIA, 2017, 2019). Essas concepções genéricas e estereotipadas ainda fazem parte da conjuntura e imaginário social dos habitantes do sul da Bahia.

Oliveira (2016) diz que isso se torna evidente na medida que muitas das pesquisas desenvolvidas na região Nordeste do país tinham como principais pontos de partida pequenos artigos escritos por Robert Lowie (1946) e Alfred Métraux (1946) e pelo trabalho do Eduardo Galvão (1979). Isso se mostra problemático pois os trabalhos do Lowie (1946) e Métraux (1946) utilizavam-se de fontes históricas, relatos de cronistas quinhentistas e seiscentistas ou até mesmo naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX. Ou seja, essas populações passaram a ser interpretadas apenas pelo que foram, ou o que se acreditava que foram, séculos atrás no momento exato dos contatos entre indígenas e agentes coloniais (OLIVEIRA, 2016, p.211). O trabalho do Eduardo Galvão (1979) também apresenta problemas, na medida que seu objetivo principal era a classificação das áreas culturais indígenas existentes no país. Oliveira (2016) nos diz que Galvão (1979) apresenta questionamentos sobre a última, Área Cultural XI, intitulada de “Nordeste”, ao questionar se efetivamente ela apresentaria uma consistência que o permitiria chegar a unidades bem estabelecidas como as demais regiões do país (OLIVEIRA, 2016, p.211). Essas dúvidas partem de uma concepção estereotipada dessas populações ao analisá-las em termos temporais estáticos, presos ao passado, onde os modos de vida atuais seriam extremamente diferentes dos modos de vida nativo/pré-contato, e por isso, essas populações seriam não autênticas, não podendo, assim, reivindicar direitos (e.g. SILLIMAN, 2012).

Oliveira (1988) aponta que um dos fatores que caracterizam as populações indígenas que vivem no contexto colonial nordestino é a ‘etnogênese’. Os trabalhos atuais que seguem essa linha devem se direcionar na compreensão de como essas populações indígenas vem [re]definindo suas identidades a partir das mais variadas situações que enfrentaram tanto no período colonial quanto no pós-colonial (OLIVEIRA, 1998 apud GARCIA, 2017, p.6). Desse modo, Oliveira (2016) diz que é necessário considerar que as populações indígenas do Nordeste passaram por pelo menos dois processos de territorialização totalmente diferentes, e que estes precisam ser postos em evidência, cada um em seus próprios termos e singularidades. De modo a indicar que os trabalhos antropológicos deveriam ser orientados na busca não só pelo

entendimento das dinâmicas atuais, mas, principalmente, dos contextos históricos que forjaram essas dinâmicas atuais que colocamos em evidência (OLIVEIRA, 2016, p. 31).

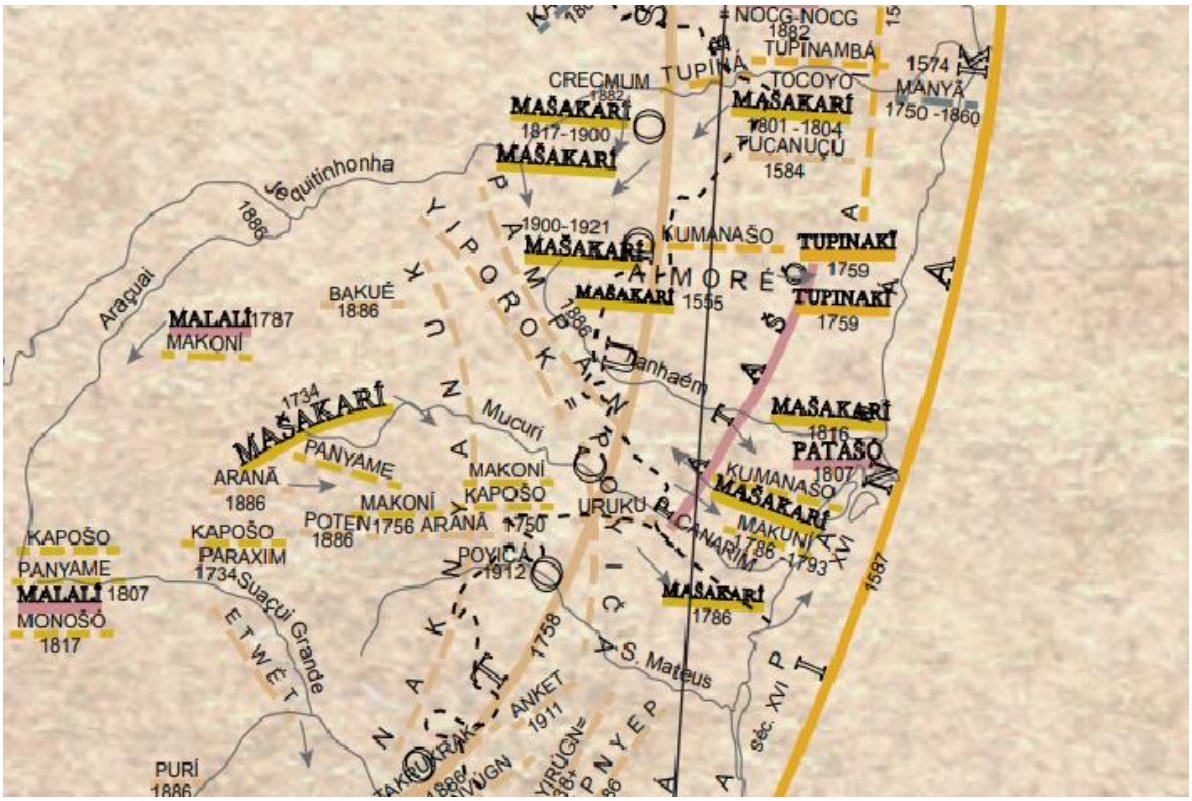
Cancela (2012) nos diz que, paradoxalmente, a região que compunha a antiga Capitania de Porto Seguro representa uma dessas áreas ainda inexploradas pela historiografia. Apesar de ser reconhecida nacional e internacionalmente por seu valor histórico, a região sofre com uma simplificação de sua própria história, que é retratada apenas em relação ao episódio imortalizado pela historiografia tradicional como "Descobrimento". Infelizmente, o patrimônio histórico regional é muitas vezes transformado em mero atrativo turístico e é divulgado em imagens estereotipadas, acríticas e atemporais, principalmente associadas a Portugal, Pedro Álvares Cabral, Primeira Missa e aos "índios do Descobrimento" (Cancela 2012, p.23).

A falta de uma maior sistematização nas produções historiográficas a respeito da antiga Capitania de Porto Seguro pode ser explicada por três fatores. Primeiro, a forma de colonização aplicada à região não era baseada em grandes propriedades, monocultura e trabalho escravo africano, nem na mineração de ouro e pedras preciosas, o que não atraía interesse comercial externo. O segundo se relaciona com a demora da implantação de centros de ensino superior na região. Isso só ocorreu na década de 1970, devido à superação do isolamento geográfico da região, com a criação da BR 101. O terceiro está relacionado a uma deficiência metodológica. Pois, mesmo que se tenha o interesse em estudar o contexto colonial da região, o material está espalhado em várias instituições arquivistas no Brasil e em Portugal. Além disso, “a documentação referente à antiga Capitania de Porto Seguro apresenta descontinuidades temporais abruptas e convive com o grave problema da falta de conservação” (CANCELA, 2012, p. 24-25).

Historicamente a região do sul Bahia é reconhecida como um local de muitos conflitos entre indígenas e não-indígenas. Esses conflitos não remetem apenas a períodos recuados na história e às violências físicas e psicológicas sofridas no desenvolvimento do projeto colonial na região, mas também dizem respeito a períodos mais recentes e atuais. Um exemplo notório de quem cresceu na região é a persistência de narrativas “históricas” que privilegiam eventos e figuras “importantes” ligadas a colonizadores e fazendeiros, em detrimento de figuras indígenas, na construção histórica da região. Nessas narrativas, os povos indígenas são colocados como representantes do atraso e têm suas identidades questionadas. Esse apagamento histórico é apenas reflexo prático da lógica colonialista que desvincula o passado do presente como mecanismo para retirada de direitos territoriais, mas atuando veladamente em um não reconhecimento identitário por parte dos próprios indígenas.

Um fato que evidencia esse apagamento histórico identitário é apresentado através de dados históricos que atestam a persistência de vários povos indígenas no sul da Bahia, como os Tupy (Tupiniquim, Tupinambá), Botocudos ou Aimoré, Maxacali (Kapoxó, Kumanaxó, Makuni, Malali, Panyame), Camacã (Kamakã, Kutaxó) e Pataxó (NIMUENDAJÚ, 1986).

Se analisarmos o Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (adaptado pelo IPHAN, 2017) veremos o contexto citado acima, no qual relatos históricos analisados criticamente pelo pesquisador atestam que o sul da Bahia era habitado por diversos grupos indígenas que ocupavam o litoral baiano antes do contato com os portugueses.



Mapa 2 - Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú (1883-1945). Fonte: IPHAN, 2017.

A partir dos dados históricos coletados por Nimuendajú, Garcia (2020) aponta que: "Desde a formação do aldeamento de Nossa Senhora da Escada fundado no século XVII os indígenas dessa região são referenciados como nação Tupy" (GARCIA, 2019, p.10). Esse aldeamento era composto por maioria indígena desde a sua formação, e foi sobreposto pela "vila nova de Olivença" (re)fundada em 1758 onde os números de indígenas ainda eram majoritários (PROFICE, SANTOS E ALMEIDA 2014, GARCIA, 2019). O cronista alemão Maximiliano, Príncipe de Wied Neuwied, visitou o aldeamento em 1816, e no seu livro "Viagem ao Brasil" de 1820 nos diz:

> "Nova de Olivença é uma cidade de índios, fundada pelos jesuítas há uma centena de anos. Nessa época, buscaram-se índios do rio dos Ilhéus ou São Jorge para trazê-los para aqui. A vila possui agora cerca de 180 fogos e todo o seu território conta com cerca de 1.000 habitantes. Com exceção do padre, do escrivão e de dois negociantes, Olivença não conta quase com portugueses. Todos os demais habitantes são índios, que conservaram os seus traços característicos em toda a sua pureza." (p.335)

No final do século XVI e início do século XVII, a região da Costa do Descobrimento se encontrava sob "domínio" de agentes das sociedades europeias, em especial, portugueses. Esses atores sociais inicialmente chegaram ao Brasil em busca de explorar as riquezas naturais, principalmente ouro, prata e madeira, mas aqui se depararam com um vasto território habitado por múltiplas populações Indígenas. Estas apresentavam, na sua diversidade, suas próprias e únicas histórias e singularidades, que vão desde a linguagem, cultura material, entendimento de lugar e até seus mitos de origem de acordo com saberes e ensinamentos transmitidos oralmente durante séculos por cada uma dessas populações (CANCELA, 2012; GARCIA, 2017, 2019; PARAÍSO, 1982).

A ocupação da porção Nordeste do país pelos agentes europeus teve como principal rota de dispersão e entrada no território o Rio São Francisco. De modo que suas instalações iniciais se deram a partir da fundação de feitorias. Estas eram postos comerciais fortificados, que funcionam como lugar/mecanismo de negociação de trocas de produtos e favores entre portugueses e indígenas. Posteriormente, essas feitorias acabaram se transformando em núcleos coloniais permanentes, que os auxiliavam na manutenção territorial da coroa portuguesa, já que os portugueses não eram os únicos agentes europeus interessados nas terras indígenas recém "descobertas" (CANCELA, 2012; GARCIA, 2017, 2019; PARAÍSO, 1982).

Ao longo desse processo lento e gradual, os povos indígenas do Nordeste (posteriormente os das outras regiões do país também, mas cada uma com sua própria singularidade e planos coloniais postos em práticas) foram submetidas a diversas formas de exploração e violência, como a escravidão, catequização forçada (por meio dos jesuítas), exploração de seus próprios recursos culturais para fins lucrativos das coroas europeias e, principalmente, a perda de suas terras ancestrais, uma vez que, com o advento e expansão colonial, essas populações se viram obrigadas ou a se inserir no processo colonial vigente, ou fugir para não serem dizimadas. Dessa maneira, essas populações lançaram mão de mecanismos de resistência que englobam grandes revoltas, guerras e alianças estratégicas (CANCELA, 2012; GARCIA, 2017, 2019; PARAÍSO 1982).

No século XVII, a política pombalina de 'mistura de raças' foi implementada no Brasil, como parte de um projeto de modernização da colônia. Essa ação política tinha como principal

objetivo a integração dos indígenas ao mundo colonial português, de modo que foram, então, desenvolvidas estratégias como a criação de aldeias missionárias, a concessão de terras indígenas a donatários portugueses e a promoção de casamento entre indígenas e esses outros atores sociais vindos de fora (CANCELA, 2012; PARAISO, 1982). Essas ações políticas não foram bem sucedidas em sua tentativa de assimilação desses povos e, na verdade, serviram apenas para agravar ainda mais a situação de marginalização dessas populações. Assim, esses povos continuamente perdiam mais terras e autonomia frente aos avanços das diretrizes e planos coloniais de usurpação territorial e cultural, que primordialmente visava a exploração de mão de obra e contingência populacional indígena para manutenção e desenvolvimento da colônia. (SILVA, 2015; CANCELA, 2012)

Dentro do contexto da política pombalina, uma das diretrizes aplicada na capitania de Porto Seguro consistia na tentativa de ocupação efetiva do território. Para isso, a coroa portuguesa, por meio de seus oficiais régios, os incumbiu a tarefa de construir novas povoações coloniais (Diretório dos índios 1756, diretório 76) com o intuito de dilatar o controle sobre os indígenas, os agentes coloniais ligados à coroa, as terras que compunham a capitania e as vias fiscais que davam acesso a Capitania de Minas Gerais. (CANCELA, 2012)

Um fato importante a se destacar é que, segundo Cancela (2012), os indígenas eram entendidos pela coroa portuguesa como essenciais para o povoamento e manutenção territorial da capitania. Desse modo, a realização e sucesso do projeto colonial só seria possível a partir do engajamento e incorporação dessas populações na sociedade civil. Isso abriu caminho para conflitos, negociações e alianças que moldaram historicamente a percepção sobre essas populações no sul da Bahia. (CANCELA, 2012, p.160)

Cancela (2012), fala que em menos de 10 anos essa política, instaurada por meio do Diretório 76, deu origem a seis novas vilas: Prado (1764); São Matheus (1764); Belmonte (1765), nosso principal ponto de interesse; Viçosa (1768); Porto Alegre (1769); Alcobaça (1772). E a partir delas, o mapa colonial foi alterado de maneira significativa, de modo que, aos poucos, foi se transformando em um dos principais núcleos demográficos da região, bem como importantes polos comerciais (farinha e extração de madeira). Servindo como espaços privilegiados para inserção de pessoas e populações indígenas à sociedade colonial, conforme era estabelecido pela política indigenista em voga na américa portuguesa da época (CANCELA, 2012, p. 160-161).

Cancela (2012) ainda aponta que a criação dessas vilas se instituiu, na verdade, como uma política de consolidação e institucionalização da ocupação territorial pré-existente, onde quatro dessas vilas eram frutos de “povoações domesticadas” que se agrupavam indígenas com

anos de experiência de contato com a sociedade colonial. Isso é importante na medida em que essas vilas passaram a ser chamadas de maneira informal e formal (em documentos provenientes da própria ouvidoria e relatórios para a coroa) como “vilas de índios” (CANCELA, 2012, p.163)

Outro ponto importante a se salientar é que essas novas vilas nunca receberam um lugar de destaque na historiografia baiana e só foram postas em evidência durante o século XX, com o objetivo principal de se entender o planejamento urbano e o modelo de arruamento regular retilíneo. Não eram abordagens que se propunham a pensar o processo de ocupação em consonância com a política colonial mais geral. De tal modo, esses trabalhos relegaram aos indígenas uma visão pejorativa, analisando-os apenas como mão de obra, números demográficos e vítimas inocentes das ações portuguesas (CANCELA, 2012, p. 161). Cancela (2012), no entanto, observa que aconteceu o oposto. O processo de criação das vilas em um quadro mais amplo, acabou forjando experiências e negociações que permitiram não apenas aos agentes coloniais, mas também aos próprios indígenas, serem agentes/sujeitos ativos na construção do processo colonial que foi desenvolvido na Capitania (CANCELA, 2012, p. 161-162).

A ocupação territorial da antiga Capitania de Porto Seguro se transformou em dimensões nunca alcançadas durante os primeiros 250 anos do processo colonial. De modo que esse maior domínio territorial estimulou novas frentes de expansão agrícola e extrativista que dilatam ainda mais a presença de agentes portugueses, acelerando, assim, o processo de exploração econômica dos bens naturais da região. Isso não apenas potencializou a exploração em larga escala desses produtos, mas também agravou a exploração de mão de obra nativa, bem como fez crescer a importância da Capitania dentro do quadro mais amplo do Comércio colonial. Consolidando, assim, cada vez mais, a noção de assimilação das populações indígenas da região (CANCELA, 2012, p. 162).

Cancela (2012) aponta que essas Vilas também funcionaram como mecanismos de redimensionamento das relações sociais entre indígenas aliados e outros agentes inseridos no contexto colonial, alterando o principal *lócus* de experimentação da política pombalina instaurada na época, ao afirmar:

> [..] essas novas povoações foram planejadas para funcionar como verdadeiros laboratórios da formação de uma sociedade que se pretendia, biologicamente, mestiçada, culturalmente, europeizada, socialmente, hierarquizada, politicamente disciplinada e economicamente produtiva. Todavia, antes de atender mecanicamente às instruções, ordens e provimentos emanados de Lisboa, as vilas funcionaram como uma arena de conflitos e mediações, resultando na emergência de vivências históricas que foram capazes de materializar novas povoações consoantes com as condições

> existentes, inclusive definindo-as como territórios que, além de coloniais, eram também indígenas. (CANCELA, 2012, p.162)

Essa afirmação já deixa claro que as populações indígenas do sul baiano não foram passivas como a historiografia as interpreta e, na verdade, elas não foram só ativas, como também engajadas, de modo a deixarem marcas explícitas no próprio processo histórico colonial. Onde seus próprios mitos, ritmos, significados e sentidos são impressos e claros, através da sua influência na arquitetura, nas rotinas do cotidiano colonial, costumes, dialetos e vários outros legados que permearam a vida das pessoas não apenas no período colonial imediato (momento da 'fundação' das vilas), mas ainda deixam traços rastreáveis na própria cultura baiana (CANCELA, 2012).

De maneira mais abrangente, o sul da Bahia no século XVIII, recebe outra singularidade de extrema importância para o contexto histórico da região: a introdução do cacau. A partir desse novo elemento ocorre um reordenamento do domínio colonial, que por sua vez, expande ainda mais o comando territorial de fazendeiros coloniais. No século XIX, por meio da interiorização do cacau, uma série de conflitos foram desencadeados, ocasionando a morte, escravidão e expulsão dos indígenas que habitavam a região (CANCELA, 2012 apud GARCIA, 2020, p.2). Durante o século XX, especificamente entre as décadas 1940 e 1950, foi registrado uma maior intensificação na privatização das terras, representada pelo momento de maior clímax/apogeu do cacau em terras sul baianas, de modo a influenciar uma maior migração de trabalhadores, o que, consequentemente, aprofundou ainda mais a crise vigente e representa, segundo Alarcon (2013), o momento do adoecimento da terra (GARCIA, 2017, p.11).

1.3 Projeto arqueologia e histórias de vida

O projeto "**Arqueologia e Histórias de vida:** pesquisa arqueológica colaborativa na T.I. Tupinambá de Belmonte, BA" coordenado pela Prof. Dra. Lorena Garcia, é o ponto de partida desta monografia. O referido projeto de pesquisa surgiu com o objetivo de atender demandas históricas referente a conflitos territoriais com fazendeiros da região. Após os Tupinambá encontrarem uma urna funerária no sítio Aldeia Patiburi, localizado na cidade de Belmonte - BA, solicitaram um projeto de pesquisa que pudesse contribuir para o conhecimento da ancestralidade indígena do seu território cultural, buscando um maior aprofundamento histórico em termos espaciais e cronológicos, lhes dando, assim, mais um mecanismo de reivindicação frente ao estado (GARCIA, 2019, p.2).

Sendo assim, o projeto se estabeleceu por meio da própria atuação política dos Tupinambá de Belmonte, com o intuito de contribuir, se posicionar politicamente e socialmente em favor dessa população, atuando na construção de uma narrativa histórica que rivalize com o discurso tradicional, impregnado com a noção ilusória de "ruptura histórica", que supostamente teria ocorrido com o advento da colonização (Cf. SILLIMAN, 2019). Desse modo, o que pretendemos é superar a concepção de tempo linear que prega veladamente uma divisão arbitrária entre passado e presente. Na contramão dessa noção, buscamos reconhecer as conexões que as populações fazem entre passado, presente e futuro.

A atuação arqueológica junto aos Tupinambá, baseada nos pressupostos das Arqueologias Colaborativas, teve sua agenda de pesquisa previamente negociada e direcionada a atender demandas atuais colocadas por essa população (GARCIA, 2018). Esse diálogo busca o distanciamento das construções de conhecimento ocidentalizadas e unilaterais nos quais essas populações são vistas como "objeto" de pesquisa. (GARCIA,2017; SILVA, 2012)

Dessa maneira, o que se busca na atuação junto aos Tupinambá de Belmonte é um engajamento e integração plena de ambos os lados, durante cada uma das etapas da construção do conhecimento, mesclando saberes e metodologias arqueológicas e indígenas. Buscando, assim, respeitar suas prerrogativas tradicionais e autonomia sobre a gestão do seu patrimônio cultural. Para isso, é fundamental a valorização e o entendimento que existem diversas abordagens e maneiras de se fazer arqueologia (GARCIA, 2017; 2019).

Garcia (2018) nos diz que "As histórias do contato e do colonialismo são inseparáveis da formação territorial e das reivindicações feitas pelos indígenas do sul da Bahia" (GARCIA,2017, p.12). Para os Tupinambá do sul da Bahia, o elo primordial com a terra diz respeito "à vida e ao modo de ser", transcendendo assim, aspectos meramente físicos, permeando e influenciando todas as dimensões das experiências vividas no contexto colonial. Esse é alicerçado na organização social, onde as famílias Tupinambá de Belmonte seguem uma estrutura semelhante à observada entre os Tupinambá de Olivença. Nesse sistema, as unidades residenciais são chamadas de 'lugares' (VIEGAS 2010; ALARCON 2013; PROFICE, SANTOS E ALMEIDA, 2014; OLIVEIRA, 2010 apud GARCIA, 2017, 2019). Esses 'lugares' não representam apenas espaços físicos, mas também carregam consigo as histórias, identidades e memórias dos antepassados Tupinambá, e podem contribuir assim para uma compreensão mais ampla da ligação cultural e territorial dessa comunidade.

Para a presente monografia, nosso principal foco é analisar os sítios arqueológicos ligados ao passado recente dos Tupinambá. Conforme Garcia (2019), esses lugares são conectados à memória dos Tupinambá de Belmonte sobre seus parentes que residiam nesses

locais (GARCIA, 2019, p.9). É crucial ressaltar que ao longo do século XX os Tupinambá enfrentaram uma autêntica batalha pela sobrevivência identitária, autonomia e soberania territorial. Conforme destacado por Garcia, ao conversar com a Cacique Cátia:

> "Nesse processo, [os tupinambá] se dispersaram, 'perderam a conexão com o passado' [...] Nas palavras da Cacique, manter essa conexão é de certa forma 'fazer arqueologia', o que para ela pressupõe estar no território e nos lugares onde reside o conhecimento dos antigos" (GARCIA, 2019, p.9).

Os lugares da T.I. atuam como fio condutor, onde as narrativas se entrelaçam com as histórias de vida atuais e passadas, proporcionando uma compreensão rica e profunda da identidade e conexão cultural dos Tupinambá de Belmonte com seu território, transformando-se em testemunhos tangíveis da herança cultural dessa comunidade e seu elo indissociável com a terra. Nesse contexto, buscamos nos aproximar das camadas físicas representadas pelos sítios arqueológicos do passado recente, contribuindo para a desconstrução de uma história de viés temporal único, na qual, irremediavelmente, o colonialismo, os contatos interétnicos e a modernidade representariam o "fim" para os Tupinambá de Belmonte.

O sítio Aldeia Patiburi, deu origem ao projeto e onde se situa a urna funerária, foram identificados mais oito sítios arqueológicos durante as etapas de campo realizadas entre 2017 e 2018. Os sítios identificados são: Sitio Caboclo Badú, Sitio da Jaqueira, Porto I, Porto II, Sitio Lugar dos Peba, Lugar dos Machados, Sitio Tiere, Sítio Lugar de Maria Buiú e Rita de Salustriano. Além das ocorrências arqueológicas registradas na Aldeia Patiburi II e na Fazenda Três Lagoas, vale ressaltar que esses sítios e ocorrências arqueológicas dizem respeito tanto a locais de ocupações pré-coloniais quanto a ocupações desenvolvidas no decorrer do processo colonial em períodos históricos mais recentes. Garcia (2020), aponta como os resultados obtidos até o momento no projeto servem para complexificar o conhecimento na região, ao nos dizer:

> "A datação obtida para o sítio Aldeia Patiburi (ca.1300 A.D.) corresponde ao período de ampla expansão dos povos falantes de línguas Tupinambá na região nordeste (BROCHADO 1984; CÔRREA, 2014). A cerâmica do sítio Aldeia Patiburi apresentam acabamentos de superfície como corrugados, roletados, acanalados e incisões, aspectos tecnológicos comumente reconhecidos nas cerâmicas associadas a povos falantes de línguas Tupinambá e cerâmicas associadas à Tradição Arqueológica Aratu (ETCHEVARNE 1989; 2000, 2012; CALDERÓN, 1974). Como indicado pelo arqueólogo Carlos Etchevarne (2012), o estudo das cerâmicas arqueológicas do sul da Bahia pode complexificar a compreensão dos processos históricos de ocupação indígena dessa região no passado, bem como a própria formação de contextos multiétnicos como a Reserva Indígena Caramuru Paraguassú onde vivem os Kariri-Sapuiá, Pataxó Hãhãhãe, Kamakã, Tupinambá e Baenẽ na atualidade." (GARCIA, 2020, p.8)

Neste trabalho nos propomos a analisar os sítios que nos fornecem importantes informações históricas a respeito do passado recente dos Tupinambá de Belmonte. Sendo eles: os sítios Caboclo Badú, Jaqueira, Porto II e Porto II. Como já dito, esses locais transcendem seus aspectos geográficos e materiais, e por meio da memória e tradição oral nos situam em um lugar privilegiado de análise, pois permitem que além dos Tupinambá de Belmonte contribuírem ativamente em todas as etapas do projeto, os permite confrontar a história oficial que os colocam em um local secundário e quase invisível perante a sociedade civil e as instituições ligadas ao estado. Mas, principalmente, fornecem importantes informações sobre as famílias indígenas que residiam anteriormente no território durante os séculos XIX e XX.

CAPÍTULO 2
CONTEXTUALIZANDO A ARQUEOLOGIA DO PASSADO RECENTE

O estudo da Cultura material dentro do pensamento arqueológico pós- processualista visa ultrapassar as concepções tradicionais baseadas na separação entre o arqueólogo e o dado, entre a subjetividade e objetividade, teoria e método, passado e presente. Destacando a existência de recíprocas influências na relação entre o pesquisador e as fontes, entre o passado e o presente. A produção do conhecimento é percebida como uma prática social nascida das atividades ou da práxi dos seres humanos no mundo (SHANKS & TILLEY, 1987, SILVA, 2014, p. 24).

Hodder (1991) ressalta a importância e o lugar do uso da subjetividade na formulação do pensamento e entendimento arqueológico, lembrando que todas as ações humanas são pautadas em caráter subjetivo, portanto, o resultado destas apresenta-se de igual forma. Nesse sentido, o autor sustenta que os significados dos objetos não podem ser derivados tão somente da sua produção, mas também do seu uso e percepção pelos outros, bem como não seria apenas reflexo do comportamento e não refletem tão somente distinções sociais, ideais ou sistemas simbólicos, agindo de forma recíproca sobre o comportamento em uma relação dialética (TILLEY, 2008). Assim, a materialidade e as significações que as damos, se modificam de acordo com as mudanças de quem as produziu, mas também mudam para que as pessoas mudem (LIMA, 2011). Criando, assim, uma relação dialética entre pessoas e "coisas", independentemente das temporalidades que estudamos.

Partindo do pressuposto que um diálogo entre teoria e prática é uma das principais características de um trabalho coeso, iniciamos esse capítulo deixando claro nossa posição teórica e política que embasam nosso "fazer arqueológico" e direcionam nossas metodologias, pois, para Silliman (2005), Amaral (2019) Garcia (2017, 2019, 2020), não existe ciência isenta, todos os discursos teóricos têm ontologias ocidentais modernas como ponto de partida em suas elaborações de discursos científicos. Logo, toda narrativa elaborada dentro da construção do conhecimento arqueológico é um discurso de poder, que reproduz, naturaliza e legitima relações violentas e opressoras sobre populações historicamente marginalizadas. (SILLIMAN, 2005, MELQUÍADES, AMARAL, 2022, AMARAL, 2019, GARCIA, 2018, 2019, 2020).

Nessa perspectiva, essa pesquisa tem como marco teórico as arqueologias do passado recente por um viés colaborativo, tal qual proposto por Silliman (2005), originadas a partir das críticas decoloniais, surgidas por meio da corrente de pensamento pós-processualista, que abriram caminhos para uma compreensão mais ampla, ética e respeitosa sobre os processos de

colonização e resistência enfrentados nas histórias de vida das populações indígenas inseridas em contextos coloniais. Permitindo, então, desnaturalizar a visão colonialista e eurocêntrica que historicamente predominou nas narrativas arqueológicas. Ao consolidar a fragmentação temporal, "pré-colonial x colonial", tal categorização embasa ataques violentos e opressões veladas e mascaradas em discursos científicos impregnados de ideologias colonizadoras que só servem de ferramenta silenciadora para outras vozes na construção de narrativas sobre o passado.

A arqueologia do passado recente é uma abordagem da arqueologia histórica, que se propõe a estudar um passado ainda presente na memória social das sociedades. Essa perspectiva foi proposta inicialmente pelo arqueólogo González-Ruibal (2014) e se ancora em pressupostos teóricos pós-processualistas originados na década de 1980, com a aproximação da arqueologia com teorias advindas das ciências sociais (GONZALEZ, 2014, SILVA 2019, GARCIA, 2018, 2019). Mas também houve aqueles que viram a nova abordagem como meio para incorporar perspectivas pós-colonialistas e descoloniais, tal qual proposta aplicada por Silliman (2005), nos fornecendo meios para analisarmos criticamente os impactos do colonialismo e as formas de resistência adotadas pelos antigos Tupinambá de Belmonte entre os séculos XIX e XX.

Cada vez mais, arqueólogos/as vem questionando as bases estruturantes da disciplina, que, desde sua gênese, é correlacionada a uma ciência onde o passado é o principal foco. Exemplificando essa afirmação, temos a definição feita por Renfrew e Bahn ao conceituarem a disciplina como "a ciência que descobre os tesouros do passado" (RENFREW, BAHN, 2007, p.9). Em contrapartida, questionamentos fomentados nos últimos 20 anos, com aproximações teóricas decoloniais vindas das ciências sociais, abrem caminhos e despontam concepções que questionam tal afirmação, tão enraizada na disciplina. Com isso, emerge o entendimento mais amplo da nossa disciplina como um mecanismo de poder que se apossa da forma como histórias indígenas são contadas ou categorizadas em temporalidades ambíguas e terminologias simplórias que não captam a real profundidade das violências impostas a essas populações, relegando-as a um papel secundário na construção histórica.

Esses estigmas são historicamente fundamentados em pressupostos deterministas que, categoricamente, impuseram na construção histórica do sul baiano o falso entendimento de "trajetória final" dos povos indígenas, os quais estariam inevitavelmente fadados ao desaparecimento ao se assimilarem/aculturarem ao projeto colonial. Suas identidades indígenas são, dessa forma, confrontadas e negadas a partir de discursos tendenciosamente simplificadores e fragmentadores de narrativas históricas. Como é, por exemplo, o caso dos Tupinambá de Belmonte que forçadamente foram obrigados a se adaptar e assumir novas

configurações identitárias no contexto colonial que estão inseridos. Sendo-lhes imposto ao menos dois processos amplos de desterritorialização, o primeiro ocorrido ao longo do século XVII e nas primeira metade do XVIII associado às missões religiosas desenvolvidas no sul da Bahia (e pelo território brasileiro como um todo); e o outro ocorrido durante o XX, articulado pela agência indigenista oficial (OLIVEIRA, 2012).

A comparação entre os "modos de vida" atuais e os de um passado supostamente "perdido" em tempos remotos é desafiadora, especialmente ao considerar que a linha temporal estática e a base etnográfica utilizada na grande maioria dos casos privilegiam sempre a imagem dos indígenas como imutáveis, independentemente do contexto colonial que estes estão inseridos. A ideia de que os indígenas devem preservar os mesmos "modos de vida" descritos de maneira simplista por Cabral e naturalistas ocidentais de séculos atrás pode ser questionável.

Os confrontos identitários atuais destacam que as vivências e histórias de vida resistem e mantêm coesão cultural, apesar das influências e violências sofridas ao longo do tempo. Os indígenas não foram passivos e buscaram, e buscam, mecanismos de resistência que os possibilitaram continuar vivos. Durante décadas, essas experiências conflituosas foram colocadas em segundo plano, analisadas principalmente sob a perspectiva de um passado hipotético e supostamente ‘perdido’, em vez de serem consideradas em sua realidade presente.

Nos últimos 20 anos, a arqueologia vem questionando cada vez mais sua base estruturante que a interliga com estudos sobre as materialidades e modos de vida de um passado remoto e temporalmente estático. Esse foco excessivo e oposicionista entre sítios do período pré-colonial em oposição aos sítios inseridos no contexto colonial pode atuar de forma contraproducente. Esse momento de autoquestionamento fomentou o cenário ideal para finalmente emergir na construção do conhecimento arqueológico, o entendimento que a disciplina atua veladamente como mecanismo de perpetuação de desigualdades e opressão sobre populações historicamente marginalizadas e silenciadas pelos detentores da “*caneta de poder*” que escreve a *“história oficial”* baseada primordialmente em ideologias ocidentalizadas e colonizadoras que relegam às histórias um papel unidirecional. Surgindo assim, a compressão que não existe uma *“arqueologia”* no singular, mas sim *“arqueologias”* no plural, tornando a natureza da disciplina dinâmica, multifacetada e principalmente, mais inclusiva e democrática. Abrindo caminhos para adoção de perspectivas teóricas diversificadas e politicamente conscientes do seu papel de atuarem como facilitadores de construções de narrativas históricas mais representativas e justas. (SILVA, 2012; GARCIA, 2018, 2019, 2020)

A arqueologia transcende sua antiga visão unidirecional, que a limitava a uma mera ciência do passado, tornando-se também uma ciência do/no presente que além de manter sua

função “primária” de estudar culturas e modos de vida do passado, passa a reconhecer o vasto potencial dos estudos de materialidades contemporâneas (SILVA 2012, 2019, GARCIA, 2019, SILLIMAN 2019, ATALLAY 2019, MACHADO, 2017). As novas gerações de arqueólogos/as atualmente interpretam a questão do *tempo,* não mais no singular e unidirecional, mas em *tempos,* no plural e multidirecionais, conferindo, assim, a não existência de um único e verdadeiro *passado,* mas sim, *passados.* Estes também se remetem ao período contemporâneo que estão em uma relação indissociável entre passado, presente e futuro, se influenciado mutuamente (GARCIA, SILVA, SILLIMAN). Para McGranth é crucial incorporarmos outras concepções de tempo e espaço:

> “Os aborígenes australianos têm uma noção de história muito mais longa que desafia a imaginação histórica do ocidente. Eles têm um âmbito quantitativo e qualitativamente diferente de conexão com o passado. […] O tempo é multifacetado e mutável**.** Muitos veem o Pa**ss**ado recente como algo pessoal, familiar, geológico e onipresente. […] Muitos australianos nativos não sentem o grande abismo que divide o presente do passado. […] Nesse esquema, lugares específicos, pessoas e paisagens são repositórios de arquivos vivos.” (MCGRATH, 2015, p. 6 apud BUENO, 2019, p. 486)

Com isso, o “fazer arqueológico” ganha múltiplos direcionamentos, perdendo assim seu foco apenas no passado. A arqueologia se expande para além do *“arqueo*”, tornando imprescindíveis e dando destaque a estudos do passado recente e do presente para a compreensão das raízes históricas que fundamentam o presente imediato em que vivemos (SILVA, 2012, 2019; GARCIA, 2018, 2019, 2020). Portanto, arqueólogos/as passam a perceber que, enquanto profissionais e agentes políticos, devem buscar cada vez mais se engajar politicamente e se responsabilizar pelas narrativas históricas produzidas, e principalmente por como nossos trabalhos influenciam na realidade social que estamos inseridos, bem como se reforçamos ou não estereótipos e a marginalização de povos historicamente silenciados e “esquecidos” nas narrativas históricas que fundamentam o mundo no qual vivemos. Não se trata apenas das materialidades e histórias do passado, mas sim do presente. Coletadas, analisadas, interpretadas e divulgadas no presente. Devemos, antes de tudo, possuir a sensibilidade necessária para reconhecer que as materialidades carregam em si múltiplas temporalidades e (re) significações ao longo do tempo, pelos mais diversos atores sociais nesse processo. Todas as interpretações que elaboramos sobre essas materialidades são construídas no presente, carregando consigo nossa perspectiva contemporânea e nossas compreensões em constante evolução sobre o mundo que nos rodeia. Essas subjetividades interpretativas precisam ser consideradas durante nossas elaborações narrativas sobre o passado (SILVA, 2012, 2019; MELQUÍADES, AMARAL, 2022)

As interpretações que elaboramos a respeito das materialidades, sítios e culturas estudadas são invariavelmente subjetivas a cada arqueólogo/a e as suas próprias experiências vivenciadas no mundo contemporâneo, tal qual sua classe social, seu reconhecimento étnico, gênero etc., influenciando diretamente nosso entendimento do mundo. Portanto, não existe neutralidade, e cada uma das nossas interpretações são carregadas de posicionamentos políticos e ideológicos que condicionam nossa visão e interesse sobre o passado. Dessa forma, é imprescindível o reconhecimento que toda narrativa histórica é escrita no presente, e é totalmente condicionada a própria subjetividade do pesquisador/a que a produz, influenciando nas perguntas que escolhemos fazer, os recortes temporais, a forma como categorizamos culturas e eventos históricos. Nesse sentido, é necessário reconhecer e debater sobre as formas pelas quais as estruturas de poder operam dentro da arqueologia.

A arqueologia pós-processualista fornece um arcabouço teórico que possibilita a reflexão crítica sobre as implicações políticas e éticas inerentes ao processo de produção do conhecimento arqueológico. Essa correlação intrínseca ilusória entre arqueologia e passado, precisa ser desnaturalizada, e segundo, Melquíades e Amaral (2022), devemos cada vez mais utilizar do senso crítico durante nossas elaborações de narrativas arqueológicas, buscando abranger assim, “diferentes ontologias, temporalidades, modos de conhecer e viver, ampliando tanto os conceitos de arqueologia quanto de cultura material e patrimônio.” (MELQUÍADES, AMARAL, 2022, p.438)

A criação de narrativas históricas permeiam todas as fases da pesquisa, indo além da elaboração de textos técnicos baseados em dados de campo. Se iniciando desde a escolha dos temas da pesquisa, as idas a campo, estudos prévios sobre a área e suas características em si, até os primeiros momentos e direcionamentos que escolhemos fazer em campo, assim como, principalmente, seu produto final. A criação de narrativas passa também pela produção de textos narrando determinados momentos da história pela forma como escolhemos comunicar nossos resultados. Essas narrativas arqueológicas funcionam como fermentadores que dão origem a uma variedade de narrativas com singularidades próprias, que, nesse ínterim, (re)criam histórias e identidades, articulando e empoderando diferentes agentes sociais envolvidos na construção de significações estruturais/contextuais sobre as histórias de vida desenvolvidas no contexto colonial (HODDER, 2003, GARCIA, 2027,2019,2020, SILVA, 2012, 2022CAMA). Faz-se necessária, então, a autocrítica sobre como essas construções narrativas podem influenciar negativamente as populações historicamente silenciadas e objetificadas.

Se insere nesse contexto de autocrítica a arqueologia do passado recente, a partir de um viés colaborativo, que, aqui desenvolvida em conjunto com a população Tupinambá de

Belmonte, parte de uma perspectiva teórica decoloniais. Essa perspectiva visa considerar e colocar em evidência a importância de estudos que propõem compreender que vestígios materiais e imateriais produzidos em um contexto contemporâneo, e/ou por sociedades e pessoas que ressignificam lugares, paisagens e materialidades de um curto período de tempo, são fundamentais para a ampliação de nossos entendimentos sobre o passado e o presente (GARCIA, 2017, 2019; SILLIMAN, 2019). Garantindo, assim, a adoção de mais vozes e atores sociais há muito tempo não ouvidos, para que estes ganhem papel de destaque através de suas memórias e vivências no contexto colonial sul baiano.

Essa abordagem tem como foco a concepção que mesmo os eventos históricos culturais recentes deixam vestígios e imprimem marcas significativas na paisagem, arquitetura, cultura material, memória social e práticas contemporâneas associadas a este passado recente. A arqueologia do passado recente procura explorar e interpretar essas manifestações culturais com o intuito de entender como uma sociedade contemporânea se relaciona com seu passado, e como as dinâmicas sociais e essas culturas “se transformam" ao longo do tempo (GARCIA, 2017, 2019; SILLIMAN, 2019). Essa perspectiva também amplia nosso leque interpretativo quando trabalhamos com as relações entre materialidade, temporalidade e agência em trabalhos colaborativos decoloniais (MELQUÍADES e AMARAL, 2022) “proximidade e identidade”.

Os estudos da arqueologia do passado recente, enquanto um segmento das arqueologias colaborativas, constituíram e fomentaram grandes discussões dentro da construção do pensamento arqueológico. Abrindo portas que tinham como intuito direcionar e ampliar nossas perspectivas a respeito de significações das culturais materiais do período histórico, agregando assim, mais vozes durante a construção de conhecimento sobre materialidade contemporâneas (SILLIMAN, 2019), tornando relevantes estudos sobre contextos onde “lugares e pessoas são parte indissociável da história recente do Tupinambá de Belmonte” (GARCIA, 2019, p. 17).

Silliman (2019) nos diz que a arqueologia do passado recente não tem o objetivo de reconciliar a dicotomia *Short Purée* (esmagamento cultural) e *Longue Durée* (história de longa duração), como se estes se apresentem enquanto opositores, mas sim, “situar o pensar sobre o tempo no contexto daqueles que o viveram” (SILLIMAN, 2019, p.10). O que se propõe nesta abordagem é que ao invés de reconciliarmos escalas temporais em que fenômenos sociais, culturais e históricos se manifestam, nós direcionamos e voltamos nossa atenção para como as pessoas no presente mobilizam histórias e memórias de curto, médio e longo prazo em sua luta cotidiana por respeito, autonomia e igualdade. Buscando reequilibrar as escalas temporais para que estas coincidam com as pessoas que carregam essas memórias sobre coisas, lugares e pessoas.

Silliman (2019) ainda argumenta que a linha de base etnográfica utilizada na grande maioria dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em sítios históricos tem o encontro entre europeus e coletivos indígenas, e seus modos de vida antes e após o contato. Essa linha de base não é suficiente para analisarmos contextos recentes, pois, as pesquisas arqueológicas de ambos os vieses (Pré-Coloniais, Históricas) tendem sempre a se prender a uma temporalidade estática em todas as comparações que estabelecem em seus trabalhos e discursos. Assim, as interpretações feitas em sítios arqueológicos pré-contato/pós-contanto acabam sendo compreendidas como representações de transformações e mudanças graduais ou continuidades, marcadas pelas arqueologias de longa duração, deixando um vácuo temporal sem aprofundamento histórico (SILLIMAN, 2019, p.08-10).

Entendemos que nossa base metodológica de análise dos vestígios arqueológicos do passado recente dos Tupinambá de Belmonte não devem se prender em uma linha base estática, amarradas em noções impregnadas de uma visão colonialista e positivista da materialidade, na qual esses vestígios e representações culturais são lidas como derivadas de uma adoção inconsistente e acrítica de um modo de vida Europeu, capitalistamente inseridos no "ser humano" moderno, globalizado e homogeneizado. De maneira que construções arquitetônicas; cerâmicas importadas; materiais de metal (garfos, facas, fechaduras, etc.); porcelana; utensílios de vidro como garrafas e espelhos e até mesmo tecnologias como telefones celulares, carros e bens materiais que ocupam lugar de destaque na estrutura simbólica que nossa atual sociedade privilegia, representam uma submersão nas práticas coloniais em detrimento daquelas que comumente costumamos classificar como modo de vida indígena (caça, coleta, fabricação de cerâmica, lascamento de artefatos líticos, etc.). Essa visão reforça discursos utilizados historicamente para marginalizar os povos indígenas e os coloca em um lugar de inferioridade social, na busca pela deslegitimação de seus direitos originários pela terra e autonomia plena dos seus territórios.

Neste ponto de vista, o trabalho desenvolvido por Silliman (2005, 2008, 2019) sobre o passado recente dos Pequot Orientais serve como guia analítico e metodológico, na medida em que revela outra forma de pensar e interpretar as materialidades advindas do período moderno aos moldes capitalistas, não apenas pelo seus vieses morfológicos, cronológicos, econômicos e culturais, mas também abrindo espaço para trabalhar outras dimensões. Tais quais as dimensões emocionais auto reflexivas, mecanismos de resistências, continuidades culturais às vezes inacessíveis ou negligenciadas da materialidade estudada e quase invisíveis aos olhares não atentos ou não interessados. Com isso, esperamos demonstrar com evidências tangíveis, como práticas sociais, familiares e memórias individuais e coletivas podem ter auxiliado essa

população na manutenção de sua própria coesão interna durante esse período conflituoso ainda presente. Essas materialidades aqui estudadas, antes entendidas como provas de uma aceitação ou até mesmo uma submissão ao mundo moderno homogeneizante, se apresentam agora como estratégias de resistência que lhes proporcionaram utilizar desses "novos objetos, tecnologias e modos de viver" como transmissores e facilitadores de suas próprias significações e vida cotidiana desenvolvidas no mundo colonial, lhes trazendo bem-estar e facilidades, mas não corrompendo sua coesão cultural e identidade enquanto indivíduos indígenas.

Essa perspectiva teórica surge como mecanismo de "libertação" de indivíduos e culturas indígenas dentro da construção de conhecimento arqueológico, não mais nos forçando a buscar um suposto "modo de vida" e um "índio" estaticamente presos ao imaginário do que supostamente foram na chegada de Cabral. Assim, 523 anos após o primeiro contato, surgem questionamentos cruciais: Devemos continuar a perpetuar tal divisão temporal, que apenas perpetua uma marginalização social? Devemos continuar a forçar os indígenas, independentemente da diversidade e da riqueza cultural de cada grupo, a adotar um conjunto uniforme de práticas dos séculos passados, apenas para validar nossa posição de poder ao determinar quem é ou não um indivíduo indígena? Devemos ignorar suas estratégias de resistência eficazes contra a opressão colonial simplesmente porque não se encaixam em nossas expectativas preconcebidas?

Todos esses questionamentos nos fazem refletir sobre a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa na construção do conhecimento arqueológico, que não apenas reconheça a diversidade cultural e a resistência das comunidades indígenas, mas também busque compreender e valorizar suas histórias e identidades de forma autêntica e não homogeneizada.

Silliman, (2019) nos diz que é necessário a adoção de percepções teóricas que nos permitam entender que cada comunidade e seus membros se baseiam de maneira variada nos seus respectivos passados, de acordo com suas idades, gênero, experiências particulares, posições econômicas e outros fatores constantemente analisados e associados por nós, "construtores de conhecimento", como opositores de um "modo de vida nativo". Essa associação acontece quando pré assumimos que todos os povos indígenas que passaram pelo gargalo colonial devem se basear no mesmo pacote de conhecimentos, práticas e memórias (SILLIMAN, 2009; 2019; 2021).

Essa perspectiva analítica nos permite evidenciar autenticidades nas ações dos indivíduos que residiam nesses locais, permeando a memória social e o território dos Tupinambá de Belmonte na segunda metade do século XIX e XX. Nesse período, os Tupinambá

sofreram significativamente com a tomada de suas terras por fazendeiros, resultando na introdução de tecnologias e materialidades não-indígenas, como garrafas de vidro, objetos de ferro, louças, armas e outros. Essas mudanças não os alteraram como cultura, mas permitiram um maior domínio e resistência sobre seus territórios na época, deixando marcas circunscritas na paisagem e servindo como testemunhos vivos de suas presenças até hoje. Essas materialidades influenciaram as futuras gerações de indígenas, que ainda hoje se deparam com esses vestígios que transcendem o material e acessam o aspecto emocional por meio da memória, proporcionando não apenas lembranças dolorosas, mas uma noção de pertencimento e motivos e caminhos para resistirem (Cf. SILLIMAN, 2019).

Silliman (2019) ressalta que essa perspectiva reconhece que materiais e tecnologias de origem Europeia podem, de algum modo, ter se tornado componentes de práticas cotidianas e até mesmo de tradições familiares ou das comunidades como um todo. Mas isso não é uma prova de submersão ou aculturação, pois essas comunidades estão apenas os usando. Para o autor, essa linha de pensamento nos afasta de uma linha "base etnográfica estática" que esquece a agência ativa de populações nativas, ao nos dizer:

> "Nos sítios que estudamos, avaliamos cada etapa de "transformação" da cultura material "nativa" e "europeia" entendendo que representam um resultado direto de uma escolha imediata, consciente e constante entre novo-antigo, colonizador-colonizado ou Europeus-Indígenas. [...] Dicotomias que começam a se revelar imediatamente depois do chamado contato entre Europeus e povos Indígenas" (SILLIMAN, 2019, p. 12)

É importante destacar que não se trata de pensar somente no processo produtivo e econômico e suas dispersões e influências, portanto, a sociedade limitada por um viés econômico e acultural, mas sim ultrapassar os aspectos tecnológicos, físicos, funcionais e "assimilacionistas", sobrelevando ao caráter de relevantes aspectos relativos às representações e às práticas sociais, significações e memórias coletivas persistentes. Além disso, superar a visão que coloca esses materiais e tecnologias como meros efeitos da produção e da distribuição imposta pelo colonialismo, como um sinônimo do moderno de consumo em massa, desenfreado e acrítico, lido como um aspecto negativo da influência cultura material, mas entendê-los, nesse contexto, como parte ativa do dia a dia das pessoas, tendo um papel fundamental na demarcação de valores que constituem identidades, estruturam relações sociais e conformam códigos culturais (DOUGLAS & ISHERWOOD, 1979).

Essa abordagem analítica emerge de um entendimento teórico e empírico da escala temporal e ação cultural (SILLIMAN, 2019, p.12), proporcionando uma base teórica que orienta os/as arqueólogos/as a não enquadrar toda mudança como um *Short Purée*

(esmagamento cultural) ou *Longue Durée* (continuidades de longa duração). No primeiro cenário, os coletivos indígenas, especificamente os Tupinambá de Belmonte (nosso foco aqui), seriam reduzidos a meros consumidores de mercado, desconsiderando sua agência ativa na construção de significados em um contexto colonial. Ignoraríamos, assim, suas histórias enraizadas em memórias sociais e paisagem cultural, que vivem e reivindicam muito antes da chegada de Cabral e seus iguais. Em relação às histórias de longa duração, essa perspectiva evita que os/as arqueólogos/as se concentrem unicamente em pesquisas de longa duração, destacando práticas milenares como um critério decisivo para ações sociais concretas entre as populações indígenas.

Com essa noção e crítica esperamos estar alinhados ao projeto que este trabalho se insere. Partimos do entendimento que a falta de evidências históricas mais recentes e aprofundadas sobre os modos de vida ancestrais não indicam ou representam uma falta de consciência dos Tupinambá sobre seus passados tradicionais, mas sim a incorporação estratégica e habitual desses modos de vida "outros" em sua vida cotidiana. Em resumo, essa abordagem utiliza uma meso-escala temporal, tal qual proposta por Silliman (2019), para reconciliar as oposições históricas de curto e longo prazo, alinhando nossas interpretações com as escalas da família e memórias geracionais dos Tupinambá de Belmonte. Reconhecemos que essas memórias sociais são frequentemente empregadas como recursos sociais fundamentais nas vidas e lutas diárias desses indivíduos por uma vida digna e autônoma (Cf SILLIMAN, 2019, p. 13). Essa perspectiva metodológica orientará nossa interpretação das materialidades do passado recente das populações indígenas.

A gênese da separação entre ‘pré-história’ e ‘história’ está intrinsecamente relacionada à ascensão e consolidação dos estados nacionais modernos, baseados primordialmente em processos de colonização violentos que se desenrolaram, e ainda se desenrolam, na era moderna. Carregando marcas que atravessam o tempo e atualmente interferem nos modos de vidas tradicionais, atuando de maneira direta na fragmentação da história de povos originários, estabelecendo, assim, um novo marco para o início da história de regiões já muito antes povoadas. Ou seja, essa separação vem de uma narrativa criada artificialmente, que visa atuar veladamente na divisão do “continuum histórico”, ignorando, de maneira consciente, a complexidade e a riqueza das sociedades pré-coloniais em detrimento aos modos de vida mundo contemporâneo em que vivemos. Essa separação legitima e serve como uma ferramenta de poder, tal qual “a caneta de poder” que escreve a história e cada vez mais relega papéis secundários a componentes extremamentes importantes para construção histórica nacional e

regional, perpetuando uma visão eurocêntrica que subvaloriza modos de vida, direitos e identidades diferentes da homogeneização contemporânea.

No entanto, é fundamental reconhecer que a influência dessa separação vai além do âmbito da construção histórica, afetando também a compreensão e valorização das memórias coletivas e dos modos de vida das populações indígenas. Essas comunidades, como os Tupinambá de Belmonte, enfrentaram não apenas a usurpação de suas terras, mas também a tentativa de suplantar suas histórias de vida. Entretanto, mesmo diante de violências persistentes, eles se (re)constroem a cada novo ato de opressão imposto. O Arqueólogo Ângelo Correa, nos diz:

> "A perspectiva da arqueologia pós-moderna em unir dialeticamente o passado e o presente nos permite análises mais engajadas, apresentando uma visão de passado mais comunitária. Passado, compartilhado tanto pela sociedade nacional quanto pelos grupos indígenas, permitindo entender que tanto a história do povoamento da América quanto a sua constituição populacional atual são fruto da interação por milhares de anos de diferentes populações, hoje visíveis graças a quebra da máscara das nacionalidades." (CORREIA, 2014, p.87)

Como vimos, a ciência arqueológica enfrentou desafios significativos nas últimas décadas, especialmente ao lidar com a transição entre o período pré-colonial e a história indígena. Antes de mais nada, é preciso desconstruir as barreiras políticas, ideológicas e metodológicas que perpetuam a dicotomia entre a "pré-história e história", buscando compreender os processos de continuidade e mudança. A arqueologia do passado recente pelo viés colaborativo visa incorporar outras perspectivas para a construção de uma narrativa mais abrangente e inclusiva sobre o passado. Por isso defendemos aqui uma construção de conhecimento multivocal, como colocado pela pesquisadora Atalay (2019) ao nos dizer:

> "Em contraste com os principais entendimentos culturais do 'Ocidente', para muitos povos indígenas conceitos como 'conhecimento' são entendidos holisticamente, isto é, o conceito não é apenas considerado parte do domínio intelectual, mas ele também envolve aspectos físicos, emocionais e/ou espirituais." (ATALAY, 2019, p.81-82)

Nessa direção, buscamos, assim como trabalhos arqueológicos desenvolvidos recentemente, como o do Silliman (2019), criar histórias mais complexas que não estão apenas enraizadas em locais específicos (no nosso caso, o sul da Bahia), mas possuem o poder de situar os Tupinambá de Belmonte em um lugar de destaque e não como meros coadjuvantes e vítimas passivas de sua própria história. Com isso, trazemos uma fala do Ailton Krenak, que nos diz:

> "Aqui nesta região do mundo, que a memória mais recente instituiu que se chama América, aqui nesta parte mais restrita, que nós chamamos de Brasil, muito antes de ser 'América' e muito antes de ter um carimbo de fronteiras que separa os países

> vizinhos e distantes, **nossas famílias grandes já viviam aqui**. Essas nossas famílias grandes, que já viviam aqui, são essa gente que hoje é reconhecida como tribos." (Krenak, 1992, p. 201).

O contexto que propomos e justificamos envolve um redirecionamento de nossos esforços junto aos Tupinambá de Belmonte, com um enfoque analítico voltado para a memória social. O objetivo é trabalhar, em colaboração com eles, para fortalecer e potencializar a resistência histórica que têm sido fundamental para lidar com os conflitos históricos vivenciados por esta população até os dias atuais. Para isso, defendemos que nosso enfoque deve ser orientado por uma abordagem narrativa e cronológica que possibilite a conexão entre nossas interpretações arqueológicas em consonância com as trajetórias históricas únicas vivenciadas pelas famílias Tupinambá. Ao invés de um enfoque puramente cronológico que, de certa maneira, perpetuam desigualdades sociais e reforçam estereótipos e noções colonialistas, como a dicotomia "índios puros/índios do passado – índios misturados/aculturados". Corroborando com isso, trazemos aqui outra fala do Ailton Krenak:

> "Nos lugares onde cada povo tinha sua marca cultural, seus domínios, nesses lugares, na tradição da maioria das nossas tribos, de cada um de nossos povos, é que está fundado um registro, uma memória da criação do mundo. Nessa antiguidade desses lugares a nossa narrativa brota, e recupera os feitos de nossos heróis fundadores" (KRENAK, 1992, p.-2)

As narrativas sobre o passado estão em constante criação, sendo essa criação definida principalmente pelas articulações e conexões contínuas com e através de vestígios arqueológicos. É essencial compreender que o passado é uma trajetória inseparável do presente, o que torna as conexões entre ambos dinâmicas e contextuais. Consequentemente, o processo de criação de narrativas é profundamente influenciado pela nossa percepção atual sobre esse suposto passado, moldando assim nossa compreensão e interpretação sobre a história.

Nessa direção, Garcia (2017, p.6) nos diz que os trabalhos desenvolvidos na 'arqueologia de contato', em especial os que são realizados em continentes que passaram pelo contexto colonial, vem fornecendo importantes contribuições, por meio da análise dos encontros coloniais, nas quais o que se busca enfatizar é a agência e as negociações das relações de poder entre todos os atores sociais envolvidos no processo da colonização. De maneira que, através da dialética dos discursos narrados e/ou vividos por esses atores, os estudos buscam se distanciar de percepções que ignoram as regras sociais das populações nativas, e que os relega a meros coadjuvantes frente ao projeto colonial como um todo. (e.g. SILVA E NOELLI, 2015; SILVA 2012; FLEXNER 2014; LILLEY 2006; SILLIMAN 2005, 2012; STEIN 2005; LIGHTFOOT 1995 apud GARCIA, 2017, p.6)

O nosso objetivo não é simplesmente adotar uma abordagem arqueológica centrada apenas na geração de dados quantitativos, mas sim realizar uma contribuição social significativa para preservar a cultura e história única dos Tupinambá de Belmonte. Compreendemos que ao fortalecer a memória social dessa população, estamos também fortalecendo sua identidade e resistência diante do contexto colonial persistente e prejudicial. Não se trata de um favor para os Tupinambá, mas sim de um compromisso inalienável que assumimos. A arqueologia do passado recente não apenas constrói o "passado", mas também se envolve ativamente com questões importantes para o presente e o futuro dessa comunidade, lhes assegurando seu lugar de destaque em sua própria e única história, mas também os proporcionando voz ativa na construção de conhecimento histórico na sociedade baiana e brasileira contemporânea.

Dessa forma, Acreditamos que a sensibilidade arqueológica que as práticas colaborativas visam incorporar em nossos trabalhos e narrativas são fundamentais para abordagens éticas e responsáveis em relação aos povos Indígenas, bem como para a promoção do diálogo e colaboração cada vez mais efetivos entre as diferentes formas de conhecimento e significações sobre o passado, presente e futuro (SILVA, 2012; GARCIA 2017, 2019). Afinal, partimos do entendimento que o passado é uma construção social moldada no presente e, portanto, é subjetiva aos detentores do 'poder' no presente. Isso significa que a nossa compreensão do passado é sempre subjetiva e influenciada pelas ideologias e interesses presentes na sociedade em que vivemos. Logo, é fundamental que sejamos críticos e sensíveis à subjetividade do conhecimento histórico e arqueológico, reconhecendo as diversas vozes e perspectivas presentes na construção de narrativas sobre o passado (HODDER, 1993).

2.1 - Arqueologia do passado Recente: sua gênese, aplicabilidades e potencialidades

A arqueologia do passado recente é um campo de atuação interdisciplinar relativamente novo dentro da construção do conhecimento arqueológico. Surgiu na década de 1990, mas as raízes que possibilitaram sua consolidação podem ser recuadas até a década de 1970 com os trabalhos desenvolvidos pelo arqueólogo norte americano Lewis Binford (GONZALEZ, 2014). Entretanto, sua verdadeira consolidação teórica foi influenciada por dois momentos ocorridos nas primeiras décadas deste século. O primeiro diz respeito a publicação do livro "Arqueologias do passado contemporâneo", em 2001, pelos arqueólogos Buchli e Lucas, onde forneceram bases teóricas e metodológicas sólidas e fomentaram o interesse de vários pesquisadores/as sobre a proposta apresentada. O segundo momento diz respeito ao estabelecimento do encontro anual da "Arqueologia Histórica e Contemporânea em Teoria", que teve início no ano de 2003,

e como um dos resultados surgiu o primeiro manual de arqueologia do passado contemporâneo, elaborado pelos Harrison & Schofield 2010 (GONZALEZ, 2014).

Ao consultar diversos trabalhos na área, ficam evidentes as várias conceituações e temporalidades trabalhadas. Dessa maneira, se faz necessário conceituar a forma como entendemos e aplicamos a arqueologia do passado recente aqui desenvolvida.

Muitos/as arqueólogos/as entendem a "arqueologia do passado recente" e a "arqueologia do contemporâneo/ do passado contemporâneo" como sinônimos e ambas como "arqueologias do/no presente", divergindo apenas pela temporalidade que os trabalhos abordam. Em uma primeira perspectiva, o arqueólogo González-Ruibal (2014) define a diferença como meramente temporal, e nos diz que a arqueologia do contemporâneo costuma focar seus trabalhos nos últimos 50 anos e teria como foco principal o "seguindo uma das definições de "contemporâneo" como aquilo que existe sincronicamente"(GONZÁLEZ, 2014, p.2). Já a segunda abordagem, "para o estudo de um período mais longo, o termo arqueologia do passado recente é preferido" (GONZÁLEZ, 2014, p.3). Dessa maneira, ele considera que a arqueologia do passado recente tem sua atuação voltada para períodos entre os séculos XIX e XX (GONZALEZ, 2014, p.2 - 3).

Em uma segunda perspectiva, proposta pelos arqueólogos Buchli e Lucas (2001), a arqueologia do passado e do contemporâneo ainda seriam arqueologias do/no presente, mas também difeririam em contextos temporais de aplicabilidade. A primeira proposta teria como foco trabalhos próximos temporalmente da realidade estuda no presente, e a do contemporâneo como aquelas que se focam na relação com o "agora", estabelecendo segundo os autores uma diferença mínima entre "proximidade e identidade". Melquíades e Amaral (2022) afirmam que essa diferença de perspectiva é sutil e depende da proximidade entre nós e nosso objeto de estudo. Essa proximidade, que existe nos estudos de uma arqueologia do passado recente, se enfraquece em uma arqueologia de nós mesmos, pois estamos imediatamente envolvidos em nossas ações, ao contrário de outros campos da arqueologia (MELQUÍADES e AMARAL 2022).

Uma última perspectiva teórica, a aplicada nessa pesquisa, é a utilizada por Melquíades e Amaral (2022) e Silliman, que definem essa diferença não pelas temporalidades, mas sim por um viés histórico, na arqueologia do passado recente. "Isto é, tudo aquilo que pode ser localizado no passado, no ontem, ainda que de forma imediata, e que, além disso, possa ser documentado de formas diversas (textual, iconográfica, etc.) pertence ao campo do passado recente" (MELQUÍADES, AMARAL, 2022, 440). Já arqueologia do contemporâneo possui um viés etnográfico, onde o que se busca é o estudo do "agora", e seria segundo os autores:

> “Tudo aquilo que se localiza no presente, no agora, e que possa ser registrado e documentado etnograficamente no exato momento em que ocorre pertence ao campo do presente e, por sua vez, é objeto de estudo desta arqueologia do presente.” (MELQUÍADES e AMARAL, 2022, p 440)

A linha divisória entre as duas perceptivas é muito tênue e baseia-se crucialmente em pequenas diferenciações teóricas e metodológicas (MELQUÍADES e AMARAL, 2022). A arqueologia do passado recente mantém um caráter diferenciador que é a persistência da relação entre registro arqueológico e o estudo do “outro” (MELQUÍADES e AMARAL, 2022). Enquanto as arqueologias do contemporâneo também lidam com o registro arqueológico, mas não se limitam a ele, sendo suas principais aplicabilidades relacionadas com as etnografias arqueológicas ou arqueologias etnográficas (MELQUÍADES, AMARAL, 2022).

A arqueologia do passado recente possui uma relação indissociável entre memória, objetos e emoções**.** Possuindo o poder de produzir narrativas históricas de um “passado presente”, que divergem daquelas que dominam a “história oficial”, revelando e dando visibilidade para questionamentos sobre como materialidades, memórias e histórias de vidas se entrelaçam e influenciam na vida cotidiana das pessoas (BUCHLI e LUCAS, 2001). Revelando-se uma abordagem com poder de não apenas de lançar luz sobre aspectos muitas vezes negligenciados da experiência humana, mas também de exemplificar o elo quase paradoxal entre passado, presente e futuro. Esse elo é materializado por meio de vestígios carregadas de significados emocionais, simbólicos e sociais. Essa relação entre passado e presente estabelece uma ponte entre os legados ancestrais e as memórias vivenciadas nas histórias de vida contemporâneas, criando, assim, coesão e noções de pertencimento, não apenas com a terra, mas também entre indivíduos, mesmo que temporalmente separados.

“Ela pode produzir outras histórias sobre o passado recente além daquelas que dominam a história e levanta questões importantes sobre como os objetos materiais afetam as pessoas de maneiras diferentes” (BUCHLI e LUCAS, 2001). Nos fornecendo, assim, acesso a aspectos emocionais e reflexões existenciais, antes inacessíveis em estudos arqueológicos (RENFREW, 2003), que interagem mutuamente com as materialidades do passado recente e dão significado para vidas desenvolvidas no cotidiano atual, como é o caso dos Tupinambá de Belmonte.

Toda história é escrita no presente e condicionada aos detentores da “caneta de poder” que escreve/redigem a história “verdadeira”, o que consolida uma narrativa hegemônica (HODDER). Aliado a isso, o presente e as relações ideológicas subjetivas a cada pesquisador, de maneira irremediável, influenciam nas perguntas que direcionamos aos vestígios arqueológicos e, principalmente, nas conclusões geradas (BUCHLI e LUCAS, 2001). Dessa

forma, é correto afirmar que todas as interpretações e interesses de pesquisas arqueológicas estão relacionadas às épocas e ideais políticos em voga e, de certa maneira, são reflexos de seu tempo. Tornando, assim, a história como um campo interpretativo em constante (re)construção, quase como “uma história sem fim”, onde cada geração interpreta e a reescreve em seus próprios modos, baseados em seus objetivos concretos de poder (SILLIMAN, 2019, GARCIA 2018, 2019, 2020, SILVA, 2012, 2019).

Um aspecto crucial e particular da arqueologia do passado recente é a relação íntima e indissociável entre materialidade e memória. “Os vestígios materiais parecem ter um poder extraordinário de evocar as memórias das pessoas e suas histórias sobre o passado” (BURSTOM, 2009, p.3). As histórias de vida, as memórias e materialidades são o ponto de partida dessa perspectiva teórica. Ao passo que é justamente desse enraizado elo que se estabelecem seus limites conceituais e cronológicos. Alguns autores restringem sua aplicabilidade em relação ao tempo que as memórias conseguem se estender no tempo.

2.2 - Desconstruindo a Barreira Temporária do Colonialismo: Um Olhar sobre os Tupinambá de Belmonte

Silliman (2005) nos diz que o “período colonial" é considerado uma fase específica na história de algumas regiões. Entretanto, a compreensão sobre o colonialismo não deve ser restringida a um mero período cronológico. Comumentemente nos deparamos com a utilização do termo “período colonial” quando nos referimos a um momento específico, no qual uma nação colonizadora exerce rígidos controles territoriais e sociais sobre uma região. Essa fragmentação temporal, segundo o autor, cria barreiras ilusórias que minimizam os impactos e consequências do colonialismo, que se estendem para além do que recorrentemente classificamos como “período colonial”. Necessitando, assim, de bases analíticas que o enquadrem pelo que ele realmente é, ou seja, “um processo contínuo que moldou e continua a influenciar essas regiões e culturas” (SILLAMAN, 2005, p. 11).

Tal qual proposto por Silliman (2005), aqui, o uso do termo “colonialismo” abrange dois processos interdependentes. O primeiro engloba a tentativa de dominação e seus impactos. Já o segundo diz respeito às formas de resistências, persistências e vivências dos Tupinambá de Belmonte, que, contrariando o senso comum e a história oficial, persistem em preservar e (re)construir suas identidades e tradições, mesmo diante de condições historicamente desfavoráveis (SILLIMAN, 2005, p.11 -12). O emprego do termo em uma primeira conceituação relaciona-se com uma tentativa histórica de dominação por uma população

colonizadora, nesse casos, os órgãos estatais, fazendeiros e sociedade civil, sobre uma nação "colonizada", representada aqui pelos Tupinambá de Belmonte. Essa tentativa estrutura-se em percepções e ações que geram desigualdade, racismo explicito e velado, sexíssimo e opressão em várias esferas sociais, legitimadas e consentidas pelo Estado e naturalizadas pela população civil. Além disso, esse processo se fundamenta em rígidos controles do trabalho, gerando, assim, uma marginalização econômica que pavimenta o caminho para a desapropriação territorial e apagamento identitário, como é evidente nas histórias de vida dos Tupinambá de Belmonte no contexto colonial Baiano (SILLIMAN, 2005, p.11 -12).

Em nosso entendimento, essas percepções historicamente moldadas influenciam e direcionam diretamente, ainda hoje, no modo de vida dos Tupinambá de Belmonte. Visto que a desapropriação territorial sucessiva historicamente imposta a essa população revela-se problemática não apenas pela negação contínua de acesso e gerenciamento da terra, afetando também sua subsistência, mas principalmente tenta atuar como um elemento "pulverizador" na própria (re)construção/(re)produção identitária dessa população. A problemática da desapropriação territorial se acentua ainda mais, uma vez que a relação íntima com a terra é um componente intrínseco à própria identidade cultural dos Tupinambá de Belmonte. Criando, assim, uma falsa barreira de reconhecimento étnico, que afeta sua própria estrutura cultural, interferindo em um processo historicamente moldado, onde modos e histórias de vidas transmitidas socialmente são abruptamente interrompidos. Agindo como um "moedor cultural", que lhes nega bases fundamentais para a transmissão de conhecimentos e valores entre gerações. Além disso, fomentando uma falsa noção de não pertencimento, reconhecimento e respeito por parte do Estado e da população civil, instaurando um descompromisso ideológico em relação à conexão ancestral da comunidade Tupinambá de Belmonte com seu território.

Essa indiferença cria um imaginário de "vazio", configurando um lugar de não pertencimento que exerce profunda influência sobre como os indivíduos Tupinambá de Belmonte percebem suas próprias identidades indígenas. Este cenário estabelece um terreno propício para conflitos étnicos atuais e históricos, pois a ausência de reconhecimento e respeito legitima a negação de direitos fundamentais, como acesso à terra e a autonomia cultural. Esse contexto é intensificado e impulsionado pela perpetuação de estigmas e preconceitos enraizados historicamente. Essas atitudes, fundamentadas nas percepções coloniais, não afetam apenas as dinâmicas interpessoais, mas também se infiltram nas estruturas sociais contemporâneas. A persistência desses estigmas contribui significativamente para a marginalização econômica, privando os Tupinambá de Belmonte de oportunidades equitativas e perpetuando um ciclo de desfavorecimento social.

Diante desse panorama, surge o questionamento crucial sobre como desmantelar eficazmente esses estigmas arraigados e promover uma compreensão mais profunda e justa das histórias de vida e identidades indígenas dos Tupinambá de Belmonte. Além disso, como podemos transformar o "vazio" imaginário em um espaço de pertencimento real e reconhecimento respeitando e valorizando as ricas tradições culturais dos Tupinambá de Belmonte? Essas questões são fundamentais para o desenvolvimento de abordagens arqueológicas colaborativas eficazes que visem à superação das barreiras impostas pelo colonialismo persistente na atualidade.

Segundo ponto destacado por Silliman (2005), ao conceituar o colonialismo, diz respeito às ações conscientes e inconscientes de resistência, estabelecidas por meio de mecanismos diversos, adquiridos e fomentados nas experiências de vida envolvidas nesses processos históricos enfrentados, em nosso caso, pelos Tupinambá de Belmonte. Estes nunca permitiram que o processo colonial chegasse em seu "ponto final", ou seja, a aculturação/ assimilação e extinção cultural, ideia contida no discurso social difundido no sul baiano, esses processos nunca chegaram nem perto de se tornarem definitivos ou completos, e, na verdade, abriram caminhos para novas formas de resistência, (re)criando identidades, tradições e mecanismos de oposição/antagonismo que desafiam as narrativas que pregam assimilação, contrariando o discurso estabelecido pela história "oficial". Essas resistências se apresentam não meramente como reações pontuais, mas como uma força dinâmica entre passado e presente, moldando e inspirando novos caminhos na busca pela garantia de um ambiente mais favorável e menos violento às futuras gerações de indígenas.

A teoria pós-colonial se alinha a esse contexto, emergindo, assim, possibilidades de construções mais democráticas de conhecimento sobre o passado. Surgindo, então, termos como etnogênese, territorialização e etnicidade, que aqui são cruciais para compreensão das "transformações" culturais ocorridas nesse processo. Possibilitando o avanço no tratamento das fontes históricas, com a inclusão de novos documentos, técnicas e métodos interpretativos, bem como a inclusão plena de saberes, significações memoriais como um elemento vital para desvendar as complexidades das experiências dos Tupinambá de Belmonte no enfrentamento do processo colonial. Tal qual proposta por Silliman (2005), nossa abordagem é mais focada em fundamentos materiais do que em interpretações textuais (SILLIMAN, 2005, p.11 -12).

2.3 - Metodologia

Para acessar as histórias de vidas vivenciadas nos locais de moradia das antigas famílias indígenas dos Tupinambá de Belmonte entre os séculos XIX e XX, nossa metodologia se desdobrou sobre três tipos principais de fontes. Inicialmente realizamos um amplo levantamento bibliográfico, buscando dados quantitativos e qualitativos pertinentes às situações de contato interétnicos nos locais e período em foco. Buscando delimitar espacialmente e temporalmente essas relações, bem como suas consequências atuais na região do sul da Bahia. Para isso, partimos de revisões bibliográficas amplas em teses, dissertações, artigos e monografias que colocam a região em foco, tanto aquelas que detalham as situações de contato, quanto aquelas de cunho histórico que se propõem a dissertar sobre o avanço e consolidação do mundo colonial nos últimos três séculos, mas dando ênfase no período em foco (séculos XIX – XX). Em relação às fontes utilizadas para análises da coleção arqueológica provenientes dos sítios estudados, utilizamos guias, manuais, artigos, dissertações e teses que se propõem a detalhar os processos de análise específicos para cada categoria analisada. Por questões de organização textual iremos detalhá-las mais à frente.

Ressaltamos que a principal fonte utilizada para acessar as histórias de vida dessa população em foco foi o projeto de pesquisa "Arqueologia e Histórias de vida: pesquisa arqueológica colaborativa na T.I. Tupinambá de Belmonte, BA" (2017) e seu Relatório de campo (2018) desenvolvidos pela Prof. Dra. Lorena Garcia. O projeto de pesquisa em si, é fundamental para definição das bases teóricas e metodológicas aqui empregadas. Afinal, o relatório de campo emerge como fonte primordial para identificação e significações dos sítios arqueológicos associados ao passado recente dos Tupinambá de Belmonte, objetivo central desta pesquisa. Além de fornecer informações precisas sobre as localizações geográficas desses sítios que circundam a T.I., o relatório desempenha um papel crucial ao apresentar o contexto etnohistórico subjacente e o imprescindível etnomapa elaborado pelos próprios Tupinambá de Belmonte, nos aproximando, assim, das cargas emotivas e simbólicas que permeiam as memórias dessa populações sobre esse "locais" e seus vestígios arqueológicos, tanto no passado recente (passado presente), relacionado as histórias de vida das antigas famílias indígenas que residiam, utilizavam e (re)significavam essas materialidades e locais, como também nos demonstrando os entendimentos, sentimentos e causas nas histórias de vida dos Tupinambá atualmente em relação a esse contexto.

Outro ponto importante a se destacar em relação a importância do relatório é o fato dos materiais arqueológicos aqui analisados serem provenientes das etapas de campo realizadas no

âmbito do projeto. Sejam aqueles que foram coletados em superfície, como é o caso dos materiais arqueológicos identificados nos sítios Porto 1, Porto 2 e Jaqueira. Mas também aqueles coletados no sítio Lugar do Caboclo Badú após uma intervenção arqueológica conduzida pelos próprios Tupinambá com auxílio de trator, onde foi aberta uma leira que possibilitou a identificação e coleta dos materiais arqueológicos aqui analisados.

2.3.1 - Metodologia de análise de Materiais históricos

Em contraste com uma visão materialista dos objetos, mais do que observar o aspecto produtivo e econômico desse consumo, nosso foco está na "biografia das coisas", onde os artefatos são utilizados como forma de dar significado à vida das pessoas, construindo e alimentando identidades sociais (SILVA, 2019). O foco é fazer a conexão entre a vida das coisas e a vida das pessoas. Exemplificando como esses materiais têm o poder de contar histórias não apenas sobre seu uso e função, mas também sobre as experiências e relações humanas que moldaram sua existência. Essa abordagem analítica nos permite mergulhar nas camadas de significado dos artefatos arqueológicos históricos, buscando compreender não apenas o que eles são, mas também o que representam e como foram incorporados na vida cotidiana das pessoas, contribuindo assim para uma análise mais profunda e contextualizada das materialidades do passado.

Nos parágrafos seguintes, iremos abordar os manuais e fontes utilizados para a análise de cada um dos materiais históricos examinados, tais como vidro, cerâmica, louça, tijolos e metal. Essa análise nos permitirá compreender não apenas as características físicas e técnicas desses artefatos, mas também suas conexões com as práticas sociais, culturais e econômicas da época em que foram produzidos e utilizados pelos Tupinambá de Belmonte. Além disso, examinaremos como esses materiais contribuem para a construção de narrativas históricas mais amplas, que não apenas descrevem o passado, mas também refletem as relações de poder, resistência e identidade presentes na sociedade daquele contexto histórico.

2.3.2 – Metodologia de análise de material de Louça

Os vestígios arqueológicos de louça/faiança podem ser reunidos, segundo Pileggi (1958) em dois grupos, onde ambos se caracterizam pelo fato de serem produtos manufaturados produzidos a partir da argila, podendo passar por um ou dois processos de queima. O primeiro exemplo de fabricação são os porosos, aqueles feitos com terracota, barro, faiança fina e suas

demais variedades. E os não porosos, que são aqueles vidrados, vitrificados, porcelana dura e os grés (PILEGGI, 1958).

As louças encontradas em sítios arqueológicos históricos possuem um grande valor interpretativo para os/as arqueólogos/as que trabalham com esse tipo de material, nos possibilitando adentrar em questões e discussões complexas sobre status social, poder econômico, hábitos cotidianos, como preferências alimentares e padrões de descarte. Para a análise interpretativa do material de louça apresentado nesta monografia, considerado sua baixa frequência, representadas por apenas sete peças bastante fragmentadas, que representam apenas (6,7%) de todo o material analisado, buscamos considerar atributos passíveis de serem diagnosticados devido à própria fragmentação do material. Nossa análise desse material se centrou mais em identificar os padrões passíveis de serem reconhecidos, tais quais categoria, tipologia, fabricante (quando possível) e decoração (quando presente).

Na categoria tipológica e decoração levamos em consideração no decorrer da análise as seguintes características diagnósticas: categoria (louça vidrada, faiança fina creme (*creamware*). Já o padrão decorativo (simples, motivo, cor, técnica (pintada a mão, impressa (*transfer printing*), moldada, carimbada (*cut sponge*), localização da decoração; face (face interna, face externa ou ambas as faces).

Os atributos morfológicos (como prato, prato raso, prato fundo, prato pequeno, malga, xícara, pires, tigela, tampa, vaso, bule, urinol, pote ou não identificado devido ao tamanho do fragmento) e função (decorativa, para preparar alimentos, para comer, para beber, para servir alimentos). Além disso, a análise morfológica também foi direcionada a identificar os diferentes locais dos fragmentos, como seu perfil, sua base, seu lábio, seu corpo, seu contorno e seu apêndice (asa ou alça). Todos esses atributos foram considerados ao longo da análise dos materiais de louça aqui estudados.

Para isso utilizamos como base analítica as seguintes bibliografias específicas para análise desse tipo de material: Tocchetto (2001); Pileggi (1990); Zanettini (1986); Lima (1993, 1997); Symanski (1996); Caldarelli (2000).

2.3.3 – Metodologia de análise de materiais vítreos

Nas últimas décadas, a arqueologia nacional consolidou bases teóricas e metodológicas para análise e interpretações relacionadas aos materiais de vidro. Surgindo, assim, vários trabalhos, projetos e glossários de análise, como é o caso do manual “Cacos e Mais cacos de vidro. O que fazer com eles?” do Paulo Camargo e Paulo Zanettini (2011). Bem como a tese de

doutorado do Arqueólogo Railson Silva “Nem tudo que reluz é vidro: Mudanças sociais e introdução de artefatos vítreos na Salvador Oitocentista”
(2014). Ambos são trabalhos que enriqueceram e nos deram os caminhos analíticos necessários para a consolidação de um quadro referencial com métodos analíticos e termos técnicos, bem como possibilitou o despertar do interesse de vários pesquisadores/as sobre essa categoria específica de material arqueológico histórico.
Para análise interpretativa dos 56 vestígios vítreos que correspondem a 53, 3% de toda a coleção arqueológica analisada nesta monografia, consideramos os atributos pertinentes aos padrões de manufatura, categoria, tipologia e decoração. Para isso utilizamos as seguintes bibliografias especializadas: Symansky (1998), Lima (1995/1996, 2002), Zanettini & Camargo (2009), Caldarelli (2000), e Silva (2019)

De acordo com essas referências, os materiais de vítreos encontrados no contextos arqueológicos podem ser datados, em sua maioria, a partir do século XIX, incluindo tanto os vidros importados, que são predominantes, quanto os vidros nacionais, mesmo que estes últimos sejam menos comuns. Nesse contexto, as marcas deixadas em cada uma das etapas de manufatura, ganham grande relevância e se tornam os principais elementos diagnósticos para o estabelecimento de cronologias nesse tipo de material arqueológico (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, SILVA, 2014).

Zanettini e Camargo (2009) fazem duas divisões em relação às técnicas básicas de manufatura para essa produção. Uma baseada em uma tecnologia artesanal, feita por meio de conhecimentos técnicos e manuseio humano de ferramentas específicas. E a segunda, são as tecnologias mecânicas, subdivididas entre as tecnologias de produção automáticas e semiautomáticas, onde as marcas e processos produtivos geram semelhanças e divergem apenas no grau de interferência humana na produção da peça. (ZANETTINI e CAMARGO, 2009; SILVA, 2014)

A tecnologia artesanal para produção de objetos de vidro é baseada na técnica de “sopro-livre” e feita com moldes, onde a massa vítrea é girada enquanto recebe assopros em um cano fixado na extremidade da peça, esse próprio cano, por estar ligado à peça, deixa marcas conhecidas como “bulbo”. Na próxima etapa, a massa passa por um estágio de pré-modelagem chamado "*parison*". Posteriormente, o vidreiro pode usar um molde para dar à garrafa sua forma final ou optar pela moldagem manual, que é mais lenta e depende da habilidade do artesão. O reforço da base da garrafa (*push-up* ou *kick-up*) é feito através de uma concavidade basal, e o gargalo é formado ao reaquecer a extremidade e adicionar mais vidro. Uma vez concluída a

extremidade, o tubo de assoprar é removido, e a garrafa é aplicada a um forno de recozimento. (SILVA, 2014, p.79)

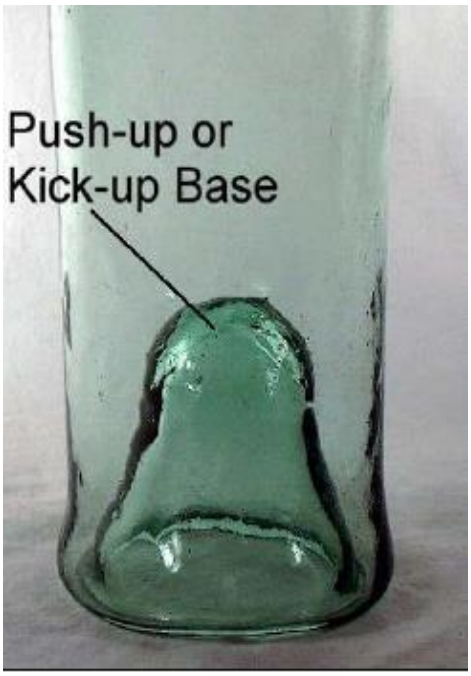


Figura 1 - Exemplo de reforço da base. Fonte: site http://www.sha.org/bottle/bases.htm#kick-up apud SILVA, 2014, p. 80

Silva (2014) faz três considerações em relação às marcas deixadas nesse processo de manufatura artesanal. A primeira, a marca do “pontel” na base da garrafa é crucial para o estabelecimento cronológico da peça. Essa marca é causada pelo contato pelos botões de apoio fixados no fundo das peças gerando marcas no decorrer do processo que são reconhecíveis e datáveis. Segundo o autor, a datação é possível pelo fato de sabermos que nos Estados Unidos o uso do "pontel" diminuiu por volta de 1850-1860, quando uma ferramenta chamada "snap-case" foi implementada. Essa ferramenta permitiu a finalização das garrafas sem o "pontel" e possibilitou a inclusão de inscrições do fabricante no fundo das garrafas, substituindo as cicatrizes anteriores excedentes pelo uso do "pontel" (SILVA, 2014, p. 81).

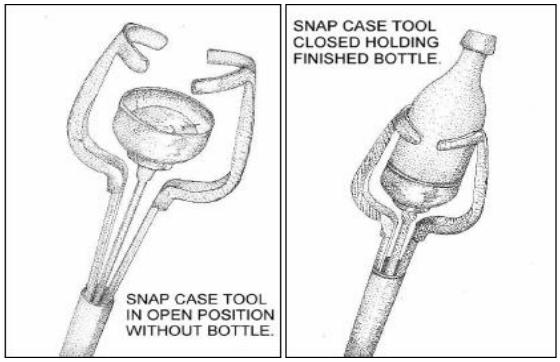


Figura 2 - Exemplos de snap-case. Fonte: site http://www.sha.org/bottle/bases.htm#Push-Up Apud SILVA, 2014, p.81

A segunda consideração feita pelo autor diz respeito a uma das últimas etapas do processo, a finalização do gargalo. Essa etapa poderia ser feita de dois modos, ou através do reaquecimento do gargalo e o uso do ferro de marisar para o acabamento final (*tooled finish*), ou por meio de uma aplicação de massa vítrea na boca da garrafa, torneando-a em seguida com o ferro de marisar (*applied finish*). Ambas deixam marcas passíveis de identificação (SILVA, 2014, p. 81).

A última consideração feita pelo autor diz respeito às marcas deixadas pelos próprios moldes, caracterizadas por linhas verticais nas superfícies das peças, geradas no contato da massa vítrea ainda quente com as extremidades dos moldes. Silva (2014) nos diz que são três os tipos de moldes utilizados nesse processo manual e que suas temporalidades de produção geram discordâncias entre os autores. Entretanto, a cronologia mais adequada para o contexto brasileiro, segundo Zanettini e Camargo (2009), é a aplicada por Baugher-Perlin (1988) e Tolouse (1969), onde o estilo de garrafas conhecido como "inteiriço" surgiu no século XVII e se manteve até meados do século XIX. Já os tipos "duplos" foram produzidos de 1750 a 1880, e os "triplos" de 1820 a 1860/70. Essa categorização não deve ser feita de maneira rígida em relação às datas de início e fim dessas tecnologias, pois o tempo de adaptação a elas pode variar (SILVA, 2014, p. 82).

O mais antigo são os inteiriços (*dip molds*), onde o corpo completo da garrafa era moldado de uma vez, juntamente com o ombro, o gargalo e o topo. Isso normalmente resultaria em uma marca de linha horizontal onde o corpo se encontra com o ombro da garrafa. O molde/três partes (*three-part molds*) consiste na combinação de um molde inteiriço para o corpo da garrafa com dois moldes longitudinais separados para os ombros e o pescoço. As marcas deixadas por esse molde são as linhas horizontais na transição entre o corpo e o ombro (também característico do molde único) e características únicas desse tipo de molde são as duas linhas verticais opostas que se estendem da linha horizontal até o gargalo (LORRAIN, 1968; BAUGHER-PERLIN, 1988; POLAK, 1997 Apud SILVA,2014, p. 82).

Em 1814 o molde de duas partes foi desenvolvido, possibilitando o abandono do “push-up”, já que com essa nova invenção a base da garrafa já sai do molde em sua forma final. As bases passaram então a serem mais padronizadas, simétricas e conferiam maior estabilidade às garrafas (LORRAIN, 1968 Apud Silva, 2014, p. 82). As marcas desse processo são linhas verticais da base ao gargalo, uma terceira linha também pode estar presente na base, entretanto, esta pode ser eliminada no processo de manufatura. Silva (2014) ainda argumenta que algumas das garrafas produzidas com essa técnica podem não apresentar linhas vestigiais no gargalo, possivelmente pelo uso do ferro de marisar (SILVA, 2014, p. 83).

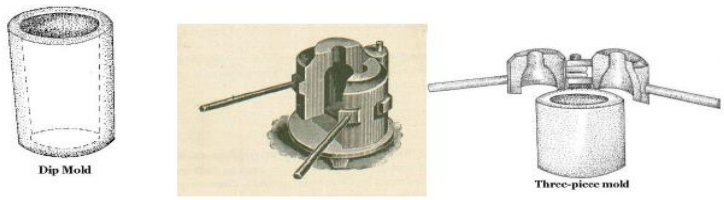


Figura 3:Da esquerda para a direita exemplos de molde inteiriço, molde de duas partes e molde de três partes. Fonte: site http://www.sha.org/bottle/body.htm#Dip Molds Apud SILVA, 2014, p.83

> Silva (2014) nos diz que por volta do final do século XIX, no cenário de consolidação do modo capitalista de produção, surgem as máquinas semiautomáticas e automáticas. Mudando completamente o modo como as peças de vidro eram feitas, agora, a produção da peça começava pelo gargalo e não pelo corpo, divergindo assim, das técnicas artesanais anteriores. A consolidação dessa tecnologia produtiva foi rápida, onde as semiautomáticas no final do século XIX faziam sucesso e só foram suplantadas com a máquina automática inventada por Owens (1904) permitindo uma produção em larga escala e poucas pessoas acompanhando o processo de preparo (SILVA, 2014, p. 83).
>
> Cada um desses métodos deixam marcas passíveis de identificação que nos permite inferir qual desses foi utilizado para fabricação dessas peças, permitindo, assim, que classifiquemos vestígios arqueológicos em uma dessas categorias que nos permitem situá-los cronologicamente qual o período de sua produção, mesmo que esses se encontrem fragmentados, como é o caso da coleção arqueológica de material vítreo dos sítios do passado recente dos Tupinambá de Belmonte. De modo, que basta que algumas partes específicas preservem tais características diagnósticas, tais como, gargalo, pontel, base e etc. Nesse aspecto, particularmente, conforme Tânia Andrade Lima (2002), os vidros, como outros artefatos, são signos tecnológicos e culturais do qual os arqueólogos/as pouco extraíram as potenciais informações contidas em seus cacos.

2.3.4 – Metodologia de análise de material cerâmico

Para a análise dos materiais cerâmicos analisados nesta monografia, nossa metodologia incluiu a triagem e a análise dos fragmentos cerâmicos. A triagem envolveu a quantificação e a exposição dos materiais cerâmicos de cada nível sobre a mesa, seguida da separação dos fragmentos diagnósticos, ou seja, aqueles que nos fornecem informações relacionadas à forma, acabamento de superfície e marca de uso.

Posteriormente, apenas os fragmentos diagnósticos foram analisados, utilizando uma ficha de análise que considera atributos como escolhas de pasta, técnicas de confecção, morfologias, acabamentos e usos potenciais. A ficha de análise tem como objetivo compreender as escolhas feitas pelas ceramistas em relação à pasta, técnica de confecção, acabamento de superfície, queima e uso, permitindo a caracterização da cadeia operatória de confecção das cerâmicas.

Em sua análise interpretativa foram considerados diversos atributos que são determinantes para compreender os padrões e os processos culturais locais. Estes atributos incluem a técnica de manufatura, a tipologia, a forma, a granulometria, a composição da pasta, a função, a cor do núcleo da pasta, o processo de queima e a decoração externa.

Como base para essa análise, foram consultadas fontes bibliográficas específicas, destacando-se os trabalhos de Chmyz (1976), Rye (1981), Lima (1985), Rice (1987), Caldarelli (2000), Shepard (1995 [1956]), Santos (2000) e Amaral (2012).

A amostra do material cerâmico foi agrupada em duas categorias principais, identificadas como produtos manufaturados por técnicas de torneamento e roletagem. A análise também envolveu a relação entre a tipologia e a função desses artefatos cerâmicos.

Para avaliar a granulometria, recorremos à tabela elaborada por Rice (1987), levando em consideração ainda a composição da pasta, a cor do núcleo da cerâmica e o processo de queima utilizado.

2.3.5 – Metodologia de análise de materiais construtivos

O material arqueológico de função construtiva presente na coleção aqui analisada restringe-se a apenas dois vestígios muito fragmentados, que representam 1,9% de toda a coleção. Sua análise baseou-se nos seguintes atributos: peso, espessura, medidas e marcas de fabricação ou sua ausência. Para sua classificação a terminologia utilizada foi: telha colonial, tijolos (artesanal, baiano, industrial).

Como base para a análise utilizou-se de fonte bibliográfica específica, sendo ela: Chmyz (1976), Rye (1981), Lima (1985), Rice (1987), La Salvia e Brochado (1989), Orton et. al. (1993), Shepard (1995 [1956]), Santos (2000), Caldarelli (2000), Prous & Lima (2010), Seda (2013) e Amaral (2012).

2.2.6 Metodologia de analise material metálico

Para a análise do material metálico, utilizamos as referências de Caldarelli (2000) e Albuquerque (1994-95). Devido às questões de conservação do material, optamos por não realizar a higienização e mantê-lo envolvido em algodão dentro de sacos plásticos separados. A categorização desse material foi feita de acordo com as seguintes categorias propostas por Caldarelli ao nos dizer:

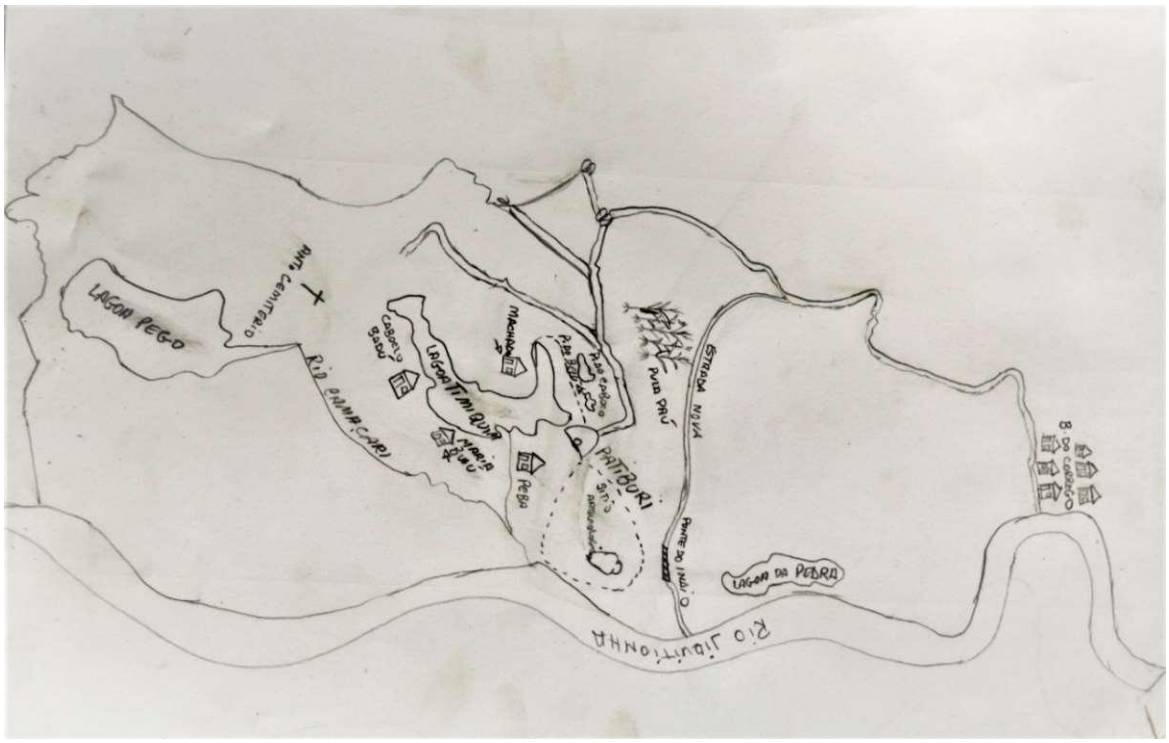
> "Tralha construtiva: incluindo arames, pregos, cravos, etc.; Tralha militar: abrangendo mecanismos de armas, balas, sabres, etc.; Tralha equestre: como esporas, freios de montaria, estribos, ferraduras, etc.; Tralha agrícola: contemplando foices, enxadas, etc.; Tralha doméstica: englobando talheres, chaves, anéis, dedais, tesouras, etc.; Tralha indumentária: como fivelas, abotoaduras, etc.; Tralha decorativa: abrangendo castiçais, objetos decorativos, etc.; Tralha monetária: incluindo moedas." (CALDARELLI, 2000, p.192)

Essa categorização nos permitiu uma análise mais precisa e organizada do material metálico, possibilitando identificar e compreender melhor as diferentes funções e usos dos artefatos encontrados, isso quando possível, já que, devido ao nível de conservação desse material, grande parte não foi possível sua identificação.

CAPÍTULO 3

As histórias de vida do passado contidas nas materialidades: análise material

Neste capítulo apresentaremos os resultados da análise dos materiais arqueológicos dos sítios históricos da T.I. Tupinambá de Belmonte. Esses locais foram previamente indicados por essa comunidade, na primeira etapa de campo realizada em 2017 por meio do Etnomapa (MAPA 3) elaborado pela comunidade durante a ação de extensão "*Arte, história e língua maxakali pataxó: educação pública intercultural e integral na região Sul da Bahia*", e serviu para definição dos objetivos da pesquisa com os Tupinambá. Posteriormente, na etapa de campo realizada entre 14/10/2018 e 24/10/2018 foram desenvolvidas ações arqueológicas não-interventivas nesses "lugares", com emprego de técnicas de caminhamento orientadas por metodologia de prospecção arqueológica, com a finalidade de um conhecimento amostral mais abrangente sobre área pré-definida pela comunidade. Ressaltamos que dois dos sítios trabalhados não se encontram no etnomapa elaborado na primeira etapa de campo e foram adicionados posteriormente, durante a execução da terceira etapa de campo ocorrida em 2018 (GARCIA, 2018, p. 9).



Mapa 3 – Etnomapa elaborado pelos jovens Tupinambá sobre os sítios que compõe seu passado recente. Fonte: GARCIA, 2019, p.13

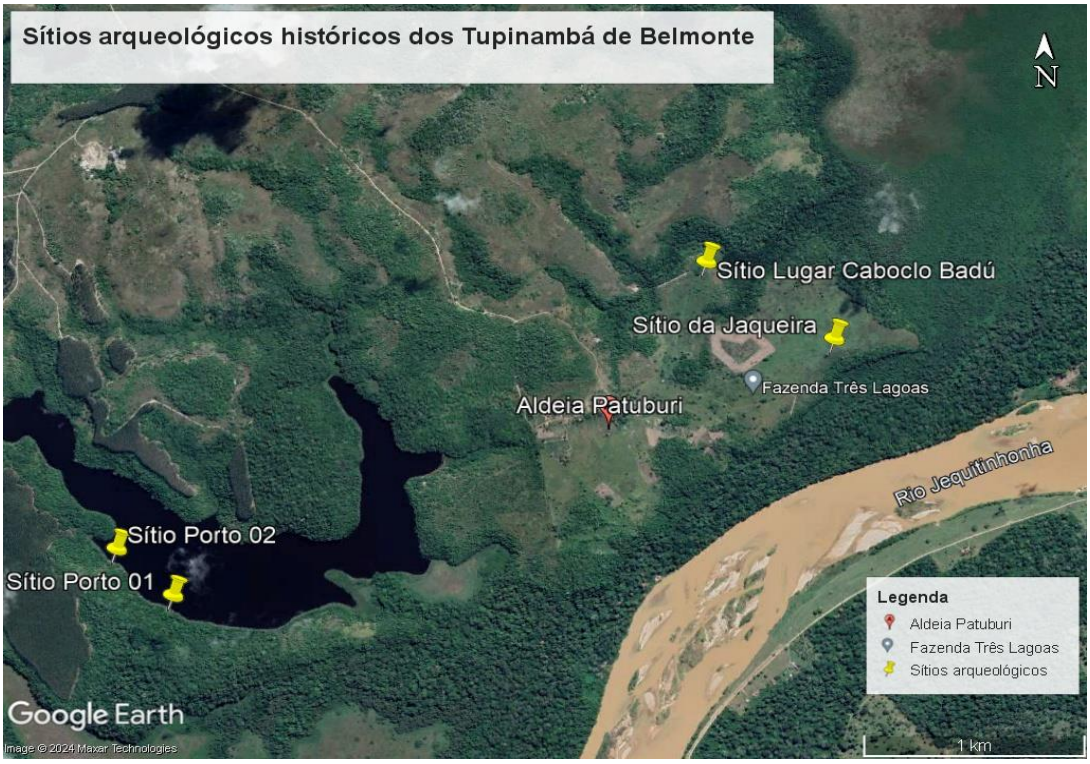
Cabe ressaltar que o survey arqueológico realizado na segunda e terceira etapas de campo não cobriram todos os lugares da memória dos anciãos que residiam no território devido aos conflitos entre fazendeiros e indígenas, restringindo a atuação nos lugares situados no entorno da Lagoa Timiquim/Lagoa da Volta (FOTOGRAFIA 1) "onde estão situadas as antigas moradias das famílias indígenas, cujos lugares e pessoas são parte da história do passado recente dos Tupinambá de Belmonte." (GARCIA, 2019, p. 17).

Fotografia 1: Vista da Lagoa Timiquim a partir do Porto da Sucuiuba. Fonte: Garcia, 2019, p.18

Os locais previamente indicados e prospectados nessas etapas do projeto com auxílio dos jovens indígenas Tiere, Tatiana, Mateus, Elian, Ismael e Bibico, são o foco dessa pesquisa, sendo eles: Lugar de Maria Buiú, Lugar dos Peba, Lugar dos Machado, Lugar do Caboclo Badú, Pedra do Caboclo, Lagoa Timiquim e Lagoa da Pedra, Jaqueira, Sitio Tiere e os Sítios Porto I e Porto II (GARCIA, 2019, p. 14). Devido a questões de logística e segurança já citadas, neste trabalho iremos focar no estudo de quatro sítios/lugares históricos da T.I. Tupinambá de Belmonte, onde foi possível a coleta de materiais arqueológicos: sítios Porto I, Porto II, da Jaqueira e Lugar do Caboclo Badú (MAPA 4). Mas deixamos claro que os demais sítios citados também são sítios históricos ligados ao passado recente dessa população.

Os vestígios arqueológicos coletados em superfície nos sítios indicados pelo Etnomapa analisados nesta pesquisa possuem múltiplas temporalidades e dizem respeito não apenas a

modos de vida do passado, mas se ligam com o presente através da relação indissociável entre memória, identidade e território (GARCIA, 2018, 2019).



Mapa 4: Sítios arqueológicos históricos do passado recente estudados. Fonte Google Earth. Elaboração própria.

A coleção arqueológica dos quatro sítios associados ao passado recente (XIX-XX) dos Tupinambá de Belmonte, sul da Bahia, aqui analisados, consistem em um total de 105 peças de interesse e relevância arqueológica. Dentre o material, temos as seguintes quantificações e frequências, 56 peças (53,3%) correspondem a materiais vítreos; 28 (26,7%) a fragmentos cerâmicos; 11 (10%) a peças de metal; 7 (6,7%) a fragmentos de louça; 2 peças (1,9%) referentes a materiais construtivos/tijolo; 1 peça (0,9%) Grés.

Os materiais que constituem a coleção trata-se de alguns fragmentos cerâmicos, materiais vítreos (sendo este o material majoritário das coleções analisadas), um fragmento grés, fragmentos de louça e poucos fragmentos de metal não identificados devido ao estado de conservação, muito enferrujados e corroídos devido a suas próprias características químico-físicas, que dificultam a preservação dos mesmos em ambientes tropicais

Após a realização das coletas de superfície, no ano de 2019, os materiais foram levados para o Laboratório de Paisagem e Sociedade (LAPSO-DARQ/UFS), onde foram higienizados, devidamente acondicionados e numerados. Cabe destacar, primordialmente, que a retirada e transporte desses vestígios arqueológicos foi consentida pelos Tupinambá em um

diálogo prévio. A primeira etapa consistiu na limpeza dos materiais, sendo utilizada água com o auxílio de escovas de dente e pincéis macios para sua devida higienização. Posteriormente foram numerados com caneta nanquim branca, sobre uma camada de base incolor. Sua triagem começou a ser desenvolvida entre os meses de setembro e outubro de 2023, e iniciou-se a análise em janeiro de 2024.

Fotografia 2: Coleção arqueológica analisada. Autoria própria

Os materiais arqueológicos chegaram ao LAPSO para análise e acondicionamento em um caixa de isopor devidamente lacrada. Cada um dos sítios e vestígios se encontravam devidamente separados em sacos plásticos tipo ziper lock, devidamente etiquetados. A curadoria consistiu em:

1. Higienização com água (cerâmica, louça, grés e vidro);
2. Higienização a seco do material metálico;
3. Conferência de cada um dos materiais, com o intuito de verificar se as mesmas quantidades coletadas em campo chegaram corretamente ao laboratório;
4. Numeração dos materiais com nomenclaturas/siglas para cada um dos sítios;
5. Análise descritiva das peças com emprego de fichas de catalogação – onde constam dados de identificação e proveniência da peça, técnica de produção, dados métricos, forma, função, marcas de uso, e cronologia relativa;
6. Registro fotográfico de cada fragmento;
7. [Re]acondicionamento do material após a análise.

A numeração dos vestígios se preocupou em não misturar dados e vestígios, e para isso, foram seguidas à risca as informações contidas nas etiquetas de campo. A distinção entre cada um dos sítios foi constituída pelas siglas individuais que cada um destes recebeu.

Sítios	**Siglas**
Porto 1	T.B.2
Porto 2	T.B.3
Caboclo Badú	T.B.4
Jaqueira	T.B.5

Ressaltamos que a totalidade do material vítreo analisado nesta monografia se sobressaem em relação aos outros materiais históricos identificados em superfície nos sítios ligados ao passado recente (XIX –XX) dos Tupinambá de Belmonte. Entretanto, nosso foco não é quantitativo, e sim qualitativo. Isso se dá pelo fato de termos recolhido peças parcialmente fragmentadas e ainda preservado elementos norteadores para análise laboratorial, nos permitindo, assim, discutir sobre os processos de manufatura, períodos de produção, consumo, uso e significados no contexto do sul da Bahia do séculos XIX e até a segunda metade do século XX. Primeiro, iremos explicitar os métodos e técnicas relacionadas à manufatura desses materiais no período proposto em seus aspectos tecnológicos e cronológicos, e depois iremos apresentar os materiais e sua análise.

3.1. Descrição dos lugares/sítios arqueológicos históricos da T.I. Tupinambá de Belmonte

Segue abaixo a descrição dos sítios arqueológicos que este trabalho se propõe a estudar e seus resultados de análise

3.1.1 Sítio Porto 01 [24L480607N8236917E]

O sítio Porto 01 é um depósito subaquático, que se localiza às margens da Lagoa Timiquim (FOTOGRAFIA 3). Os vestígios arqueológicos não foram identificados na parte terrestre que circundam o sítio, mas sim nos limites de ligação entre a parte emersa e a terrestre (GARCIA, 2019, p.28). O sítio recebeu a sigla T.B.2, sendo importante informar que seguimos as siglas já utilizada no projeto ao qual este trabalho está inserido, de modo que a sigla T.B.1, é referente ao sítio arqueológico Aldeia Patiburi, local onde se encontra a urna funerária que deu início ao projeto.

Fotografia 3: Sitio Porto 1. Fonte: Garcia, 2019, p.32

Neste sítio foram identificados um total de 15 vestígios de interesse e relevância arqueológica. Dentro desse material, as quantificações e frequências seguem a seguinte ordem: 11 peças de materiais vítreos, que representam 73.33% do sítio como um todo; 1 fragmento de louça e 1 de grés, representando, cada um desses dois tipos de materiais 6.67 %; e dois fragmentos cerâmicos, que representam 13.33% do material coletado e analisado desse sítio.

Material	**Quantidade**	**Porcentagem**
Fragmentos Vítreos	11	73,33%
Fragmentos Cerâmicos	2	27,03%
Fragmentos de Louça	1	6,67%
Fragmentos de Grés	2	6,67%
Total	**15**	**100%**

Estes materiais remontam aos séculos XIX e XX. De modo que servem como evidência da importância histórica da lagoa na colonização da região e na história da população indígena local. Embora não tenham sido identificados materiais arqueológicos diretamente na parte continental associada ao sítio Porto 01, sua existência confirma a tradição oral dos Tupinambá sobre a existência de pontos específicos utilizados para deslocamento entre as áreas alagadas e acesso a lagoa. Garcia (2018) aponta que localmente esses pontos recebem o nome de estivas,

e que segundo a toponímia essa nomenclatura indicaria prováveis áreas antigas de carga e descarga de embarcações que entravam e saiam da região, utilizadas tanto nas áreas de desembarque do Rio Jequitinhonha quanto na Lagoa Timiquim (GARCIA, 2019, p.28). Além de demonstrar a importância secular desses locais de acesso a água por parte da população aqui posta em evidência.

Fotografia 4: Coleção arqueológica referente ao Sitio Porto. Autoria própria

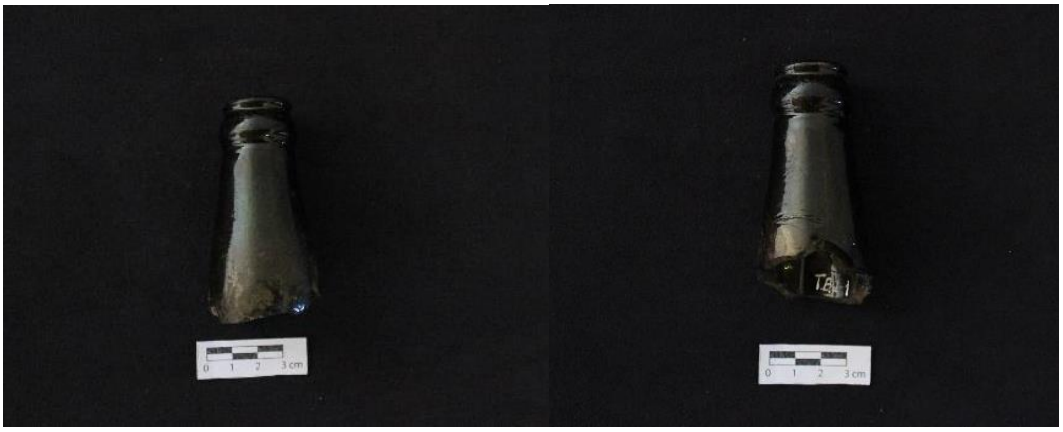
A coleção vítrea pertencente ao Sítio Porto I representa, como já dito, um total de 11 peças. Todos são classificados enquanto fragmentos de garrafas de bebidas e estão muito fragmentados no geral. Mas ainda preservando, em alguns casos, marcas de fabricação e características, tal qual a cor, que nos possibilitam inferir suas datações relativas e suas técnicas produtivas. A coleção vítrea é composta de 5 fragmentos de base, onde um possui uma peculiaridade única, que é um lascamento em vidro, dois fragmentos do corpo e 4 ligados aos pescoços e gargalos das garrafas.

A baixa densidade de material e sua intensa fragmentação, com peças variando entre 3 a 6 cm, dificultam e trazem limitações à análise do material em seu contexto. No que diz respeito à função desses fragmentos, identificou-se como pertencentes a garrafas de bebidas no geral.

Os detalhes são extremamente importantes no processo de identificação das técnicas de manufatura e consequentemente nas datações desses artefatos. Dos 11 fragmentos apenas 1 não possui qualquer marca de fabricação, sendo sua datação relativa inferida de acordo com sua cor

e período que este era utilizado no processo de manufatura de garrafas. As outras 10 apresentam marcas como: Costura lateral no pescoço (3); bolhas (2), chapinhas metálicas (2), superfície irisada (1); reforço da base da garrafa, conhecidos como push-up/ kick-up ou '*fond piqué'* (1); *appliend-fish* (1).

O vestígio vítreo T.B.2 – 1 (FOTOGRAFIA 5) encontra-se fragmentado, e possuímos apenas seu pescoço e gargalo. No entanto, a peça é classificada enquanto uma garrafa de bebida, possivelmente cerveja, e detém marcas passíveis de identificação que nos possibilitam analisar essa peça, tais quais costuras laterais verticais em ambos os lados, que se prolongam por toda extremidade da peça. Sua superfície é irisada, indicando que sua massa vítrea não foi tão controlada e possui certas impurezas, ou seu preparo não foi feito da forma ideal. Seu gargalo é de chapinha metálica, sendo este muito usado atualmente. Sua coloração é oliva âmbar meio amarelada. A datação relativa de fabricação dessa peça é possível devido a essas características citadas, já que essas marcas, dentro da bibliografia especializada, se relacionam com as tecnologias de produção semiautomáticas e automáticas.



Fotografia 5: Peça T.B.2 – 1- Gargalo de chapinha metálica. Autoria: Lorena Garcia

As máquinas semiautomáticas surgiram inicialmente na penúltima década do século XIX, nos Estados Unidos em 1982, mas só ganharam local de destaque em 1893 e no Reino Unido em 1886, que por sua vez passou a ter uma parcela expressiva na produção em 1899. Já as máquinas totalmente automatizadas, chamadas de 'Owens', surgiram em 1903 e tiveram seu início em produção em larga escala no ano seguinte (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p.41).

A classificação exata em relação a tecnologia empregada na produção da peça T.B.2 – 1 é imprecisa, uma vez que, segundo Zanettini e Camargo:

> "Apesar dos equipamentos semiautomáticos e automáticos serem bastante distintos entre si, sobretudo do ponto de vista da divisão do trabalho e, consequentemente, do incremento que a segunda obteve em relação à primeira no tocante à capacidade de

> produção X custos de produção, não há marcas diferenciadas entre os objetos feitos por uma ou outra técnica.” (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p.42)

Desse modo, ambas as tecnologias deixam marcas semelhantes nos processos de manufatura, sendo elas: uma ou duas linhas horizontais que contornam toda a área de junção entre gargalo e pescoço. Linhas verticais que percorrem todo o corpo da peça. Em alguns casos, marcas verticais paralelas às primeiras. E por fim, uma marca horizontal, logo acima da base, sendo esta resultado da junção entre o molde duplo do corpo e a forma que define a base (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p.43). Com isso, a classificação de recipientes feitos por ambos os processos só é passível por meio de catálogos de colecionadores ou através da documentação primária diretamente com o fabricante. Entretanto, Zanettini e Camargo (2009), ressaltam que existem dois sinais característicos deixados pelas máquinas automáticas, o primeiro se relaciona com as cicatrizes em formato circular, não tão alinhadas à base da peça, resultantes das máquinas que cortam a massa vítrea quando o molde já está preenchido. Já o segundo é encontrado na superfície externa da base em alguns dos recipientes feitos por essa tecnologia, onde podemos identificar um polígono polifacetado pouco regular, resultante do funcionamento de uma válvula (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p.43).

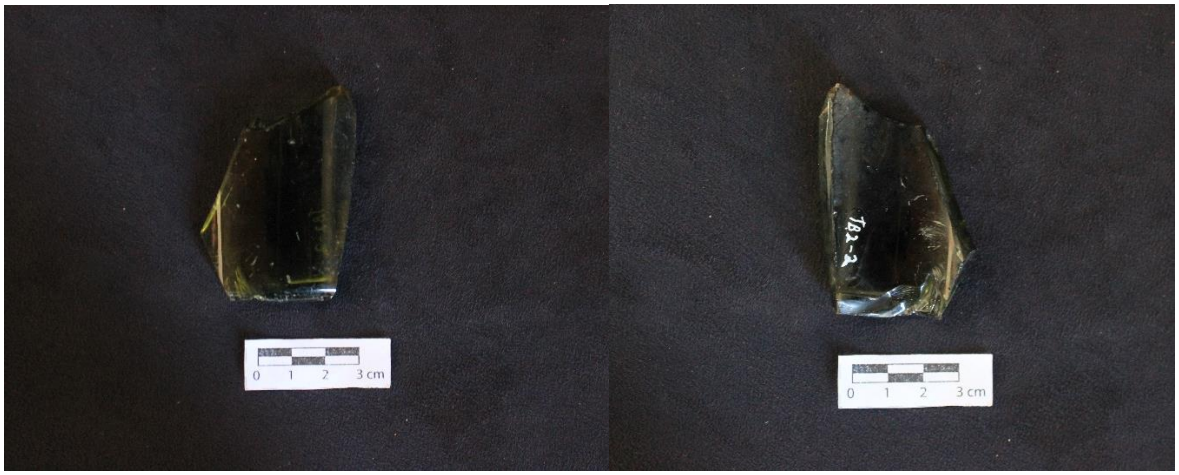
Com isso, para que possamos inferir qual tecnologia foi empregada, é necessário que a peça seja encontrada íntegra ou preserve as partes acima descritas, uma vez que ambos os processos deixam marcas muito semelhantes e quase indetectáveis, sem que analisemos o recipiente vítreo em sua totalidade. Dessa maneira, a classificação do vestígio vítreo T.B.2 – 1 em relação a sua técnica produtiva se torna um desafio, uma vez que, como já dito, essa peça se encontra muito fragmentada e preserva apenas seu gargalo e pescoço, justamente partes que em ambas as tecnologias apresentam marcas quase idênticas.

Dessa maneira, a datação relativa do vestígio vítreo T.B.2 – 1 o situa entre as duas últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX. Isso devido a sua coloração ser âmbar meio amarelada e sua massa vítrea apresentar certas irregularidades que demonstram pouco controle em seu processo produtivo. Exemplos típicos dos momentos iniciais de ambos os processos produtivos, quando ainda não havia se estabelecido uma padronização ideal da morfologia, textura e coloração das garrafas (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p.43)

Os fragmentos T.B.2 – 2 e T.B.2 – 6 (FOTOGRAFIAS 6 e 7) são vestígios de duas garrafas distintas, entretanto, se encontram muito fragmentados e não possuem marcas de fabricação, com exceção de três bolhas muito pequenas na última das peças citadas. Devido a essa fragmentação acentuada e a falta de marcas de fabricação, suas análises se restringiram à análise de sua coloração. A primeira peça T.B.2 – 2, é um fragmento de corpo, mais

especificamente da porção de ligação entre a base e o corpo da garrafa. Esse fragmento é de uma garrafa de bebida, mas não é possível inferir com certeza devido a seu nível de fragmentação. Sua coloração é verde azeitona e, como já dito, a peça não apresenta marcas de fabricação. Desse modo, sua datação foi feita através da sua coloração. Esse tipo de verde azeitona foi muito presente até o surgimento das máquinas semiautomáticas e automáticas, quando caem em 'desuso' devido a predileção de compradores e produtores de garrafas até 1900, devido aos novos avanços tecnológicos e questões econômicas ligadas a maximização de tempo e de matéria prima (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p.48; SILVA, 2014).

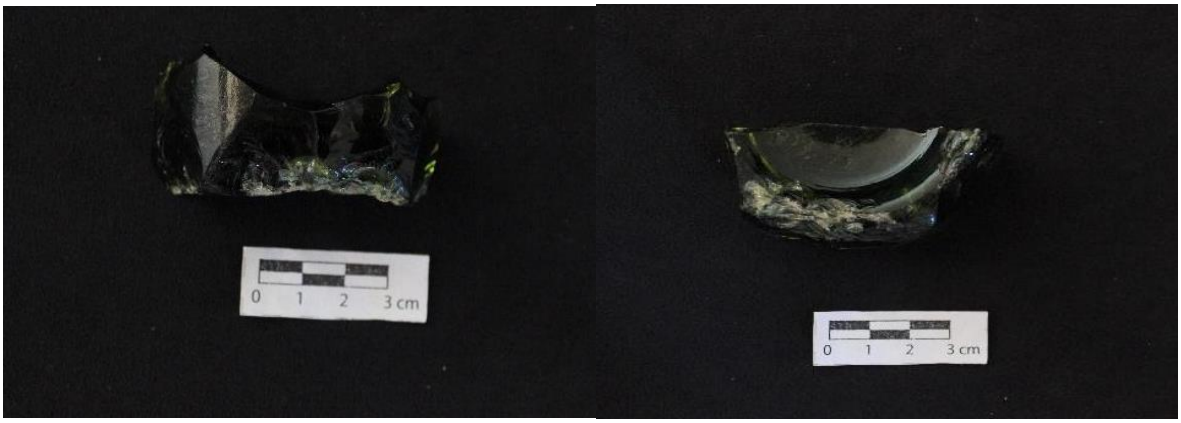
Já o vestígio T.B.2 – 6, assim como o anterior, é um fragmento de corpo, mais especificamente da porção medial de uma garrafa, e sua cor é oliva âmbar. Também não apresenta marcas de fabricação, entretanto, a peça possui três bolhas bem pequenas, duas bem próximas e uma cerca de 3 cm das demais, sendo essa terceira menor ainda. Sua coloração e a presença dessas bolhas nos permite falar do seu processo produtivo. Essa coloração, assim como a anterior, é ligada ao século XIX e a presença dessas 3 bolhas reforça essa ideia, já que elas indicam uma produção manual, na qual não havia uma hegemonização ideal no processo, o que só ocorreria na virada do século e nas primeiras décadas do século XX (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p.48; SILVA (2014). Dessa maneira, os dois fragmentos possuem uma datação relativa que as associa por volta da virada do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.



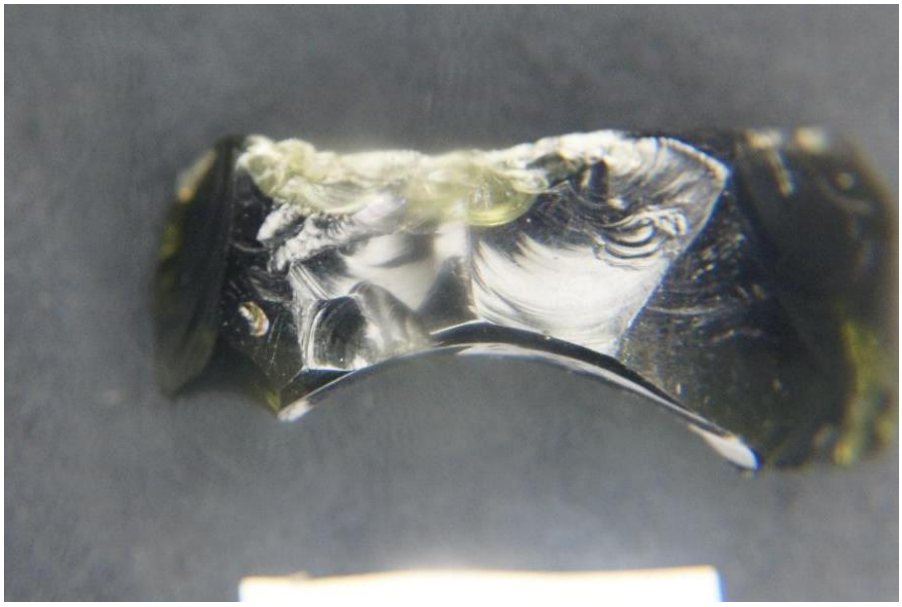
Fotografia 6: Peça T.B.2 – 2. Fragmento de parede da porção inferior ligado a base. Autoria: Lorena Garcia

Fotografia 7: T.B.2 -6. Fragmento de parede contendo 3 bolhas. Autoria própria

A peça T.B.2 – 3 (FOTOGRAFIAS 8 e 9) É uma das mais interessantes por se tratar de um lascamento em vidro. A peça é um fragmento de base na cor verde azeitona, está muito fragmentada e possui apenas a metade da base da garrafa. Essa base, embora muito fragmentada, é relacionada às garrafas feitas no século XIX, a partir da técnica manual de molde duplo ou triplo. A identificação é limitada devido a sua fragmentação e lascamento, mas é possível inferir que se trata de uma das duas devido ao próprio relevo da peça, já que após a invenção dessas duas tecnologias, a garrafa passou não mais a ser feita a partir do gargalo, e suas bases passaram a ser produzidas primeiro, eliminado o 'fond piqué' ou 'push-up'. Desse modo, a peça já saia do molde em sua forma final. Com isso, devido às limitações da própria peça, sua datação relativa a situa na segunda metade do século XIX (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p.33). A base foi utilizada de plano de percussão. Nela, é possível identificar cerca de oito retiradas, as seis primeiras na mesma direção (sentido ao gargalo) e 2 na direção oposta (sentido base). O primeiro negativo de retirada é da esquerda para a direita, a segunda foi retirada ao lado da primeira, e a terceira se utiliza dessas duas primeiras retidas para o ângulo propício para seu lascamento. As retiradas quatro, cinco e seis estão muito repicadas, porém, preservam pontos de impactos, que possibilitaram suas identificações. Já o sétimo e o oitavo negativo de retirada estão em lados opostos, cada um em uma das extremidades da peça, o último negativo é o maior e o que preserva as marcas de lascamento mais visíveis.



Fotografias 8: Peça T.B.2 – 3, contendo 8 lascamentos intencionais distribuídos por toda sua superfície. Autoria própria



Fotografia 9: Peça T.B.2 – 3, em sua face lateral contendo dos 8 lascamentos nessa área da peça. Autoria própria

O vestígio T.B.2 – 4 é um fragmento do pescoço de uma garrafa de bebida, a peça possui cerca de 6 cm, sua coloração é âmbar oliva, e a única marca de fabricação presente é uma linha vertical lateral que se estende por toda a peça. Existem também duas linhas menores e irregulares em sua porção direita. Essas 3 linhas são distintas, a primeira, como já vimos em análises anteriores, é a costura lateral presente tanto nas tecnologias manuais em moldes duplos e triplos dos séculos XIX, como também nas máquinas semiautomáticas e automáticas da virada dos séculos XIX para o XX. Mas não é possível inferir exatamente qual tecnologia foi usada devido ao próprio tamanho da peça. Seria preciso que a garrafa estivesse mais íntegra para analisarmos os outros componentes para tal. Com isso, sua datação relativa mais uma vez foi inferida através de sua coloração e devido à presença dessas duas linhas irregulares. Sua coloração e espessura do fragmento o situa relativamente no século XIX, as duas linhas irregulares reforçam isso, pois essa característica está relacionada a uma baixa homogeneização

no processo produtivo e a retirada da peça ainda quente dos moldes (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, 2011).

As peças T.B.2 – 5 e T.B.2 – 11 são dois fragmentos de base, talvez de uma mesma garrafa, mas difícil a certeza devido a seu nível de fragmentação e falta de outros pedaços que possibilitem sua remontagem. Possivelmente, esses vestígios são provenientes de uma garrafa de bebida, suas colorações são âmbar oliva bastante escuro e suas morfologias indicam que provavelmente tratam de fragmentos relacionados a uma tecnologia manual em duas ou três partes, já que o fundo não possui o 'fond piqué' ou 'push-up', característico das garrafas feitas a sopro livre. Nem o fundo plano e homogêneo das semiautomáticas e automáticas. Desse modo, sua morfologia e coloração nos permitem situá-las mais ou menos entre as décadas de trinta e 80 do século XIX.

A peça T.B.2 – 8 (FOTOGRAFIA 10), se encontra fragmentada, e possuímos apenas metade do seu gargalo. Sua datação foi inferida por meio da técnica de produção utilizada para sua produção, a qual, dentro da bibliografia especializada sobre a produção de gargalos, recebe o nome de 'appliend-fish'. Essa técnica consistia na aplicação de uma massa vítrea na boca da garrafa, e, após isso, ela era torneada com o ferro de marisar. A datação dessa técnica está situada no seu início entre 1830 (Inglaterra) e 1850 (EUA) sendo bastante utilizada até o final do século XIX, quando cai em desuso com as invenções das máquinas semiautomáticas e automáticas. Com isso, as peças passaram a ser produzidas não mais a partir do seu fundo, mas sim da parte superior da peça (ZANETTINI e CAMARGO, 2009). Desse modo, podemos inferir que a peça T.B.2 – 8 foi produzida neste intervalo de tempo.

Fotografia 10 - T.B.2 – 8, Técnica Manual Appliend fish para finalização de gargalo. Autoria: Lorena Garcia

Já o vestígio T.B.2 – 9 é uma base de uma garrafa de 650 ml e está relacionado a uma tecnologia de produção semiautomática ou automática. Sendo difícil inferir qual é exatamente

pelos mesmo motivos citados na peça T.B.2 – 1, ou seja, as duas tecnologias deixam marcas semelhantes nas garrafas produzidas, necessitando, então, que as garrafas estejam o mais íntegras possíveis para sua identificação. As marcas presentes na peça são: uma marca de confecção horizontal, um pouco acima da base, resultante da união do molde duplo do corpo com a forma que define a base. Na parte de baixo é possível identificar a volumetria da peça devido a inscrição feita durante seu próprio processo produtivo em alto relevo, que nos indica que essa era de uma garrafa de cerca de 660 ml, logo acima também existe um número ‘1. Sua coloração é um verde oliva mais homogêneo e translúcido que os demais verdes olivas presentes nessa coleção, fortalecendo a classificação enquanto uma garrafa mais contemporânea as tecnologias semiautomáticas e automáticas. Existe também uma bolha de cerca de 1,4 cm na sua porção superior, indicando possivelmente um erro de controle durante o processo produtivo, seja na retirada da massa vítrea incandescente do forno ou devido ao atrito com o metal frio. Essa bolha pode nos indicar que essa garrafa foi produzida mais ou menos nas primeiras décadas do século XX, quando ainda não existia um rígido controle de todas as etapas (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p. 48).

O vestígio T.B.2 – 10 se encontra muito fragmentado, e é remetente a uma garrafa produzida por meio das tecnologias semiautomáticas ou automáticas. (FOTOGRAFIA 11) A identificação não é possível pelos mesmo motivos já citados na peça anterior, ou seja, seu nível de fragmentação, que impossibilita a certeza. Essa peça é relacionada a um gargalo tipo ‘coroa’, padrão ainda em uso atualmente, sua cor é verde clara, encontra-se muito desgastada e com uma espécie de crosta meio oxidada, provavelmente devido a ação do tempo e ao local de onde esta foi retirada.

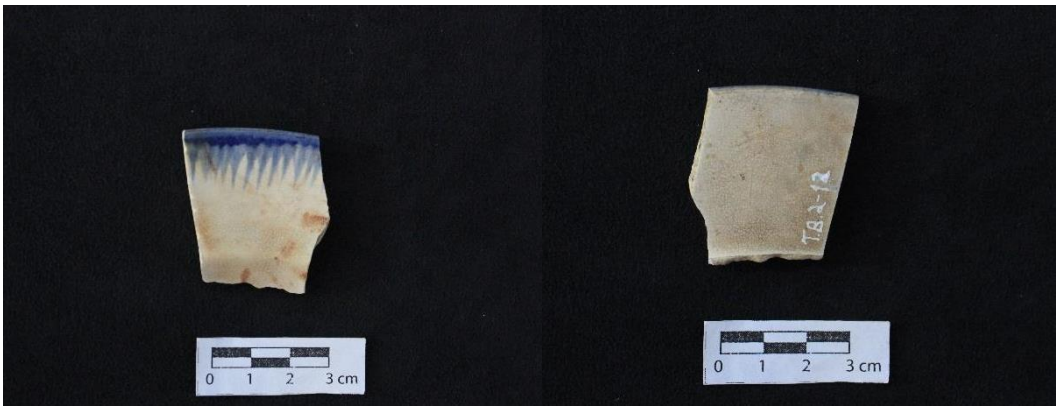
Fotografia 11: Peça T.B.2 – 10, gargalo tipo coroa. Autoria própria

A coloração da coleção T.B.2 representou um importante elemento diagnóstico para auxílio nas datações dos mesmo, sendo a maioria (5) de oliva âmbar muito escuras e Verde Oliva (5), e apenas um verde claro. Não foi possível identificar nenhuma marca de fabricante e/ou produto, apenas uma inscrição de lote e numerações.

Por fim, os vestígios vítreos analisados referentes ao Sítio Porto 1 estão majoritariamente associados ao século XIX, onde temos 8 peças que representam 72.73% do total, enquanto as ligadas ao século XX temos 3 fragmentos que representam 27.27%.

Em relação à análise da única peça de louça presente neste sítio (T.B.2 – 12), foi possível verificar que, no atributo classe, esta representa um fragmento de prato de faiança fina de 3,5 cm de largura e 0,6mm de espessura. Esta é uma louça creme, muito craquelada, com sua beirada pintada à mão no estilo *Sheel Edgd*, datada entre 1850 e 1900 (FOTOGRAFIA 12). Este estilo de pintura à mão, amplamente reconhecido pela literatura especializada, passou a ser produzido em torno de 1775 e possui uma diversificada variedade de aplicações, dependendo do padrão de reprodução, local, fabricante e ano de produção. Essa decoração é formada através de linhas perpendiculares à borda, acompanhadas ou não por incisões e decorações moldadas em relevo (TOCCHETTO, 2001).

A datação dessa peça é possível justamente pelo seu padrão, já que ela possui dois tons de azul, um mais escuro, presente apenas na porção superior da pintura, servido como uma espécie de contorno e base para aplicação do azul mais claro, que, por sua vez, apresenta uma série de linhas verticais que não se estendem além de 1,5 cm e são distribuídas de forma mais ou menos regular por toda a peça.



Fotografia 12: Peça T.B.2- 12, louça pintada a mão, estilo Sheel Edgd. Autoria: Lorena Garcia

O material cerâmico do sítio Porto 1 é composto de apenas 2 fragmentos, ambos parte do corpo (ou parede) dos vasos. Como já vimos, esses vestígios foram coletados em superfície.

A técnica de manufatura utilizada nesses dois fragmentos é a acordelada, produzida pela sobreposição de roletes. A argila utilizada em ambos os caso não parece ter sido preparada previamente e há adição de antiplásticos: os dois fragmentos apresentam grãos de quartzo e mica de tamanhos bem pequenos e formatos sub-angular, em uma concentração média, correspondente à porcentagem H na tabela do Rice (1987). Não foram identificados outros elementos que poderiam conferir plasticidade e resistência aos vasos. Nos dois fragmentos analisados, não foi possível identificar as formas e função das vasilhas, porém um dos fragmentos apresentou marcas de queima (fuligem) na parte externa, sugerindo que pode ter sido exposto ao fogo durante sua utilização. A coloração da pasta é marrom e a queima em ambas as vasilhas é ocre. Os fragmentos analisados não possuem decorações plásticas, sendo ambos lisos em suas porções internas e externas.

O material cerâmico do Sítio arqueológico Porto 1 representa um único conjunto cultural, formado por dois fragmentos homogêneos, sem decorações plásticas e com uma pasta composta de grãos de quartzo e mica. Não é possível, unicamente através do material cerâmico, dizer com precisão o tempo cronológico de fabricação das peças, uma vez que as características de tecnologia possuem certa semelhança com materiais pré-coloniais identificados no sul da Bahia, como por exemplo, a construção de vasilhas por superposição de roletes.

Por fim, a única peça de grés pertencente ao Sitio porto 1 retém poucas informações e sua análise se limitou em seu método de produção, coloração da pasta e possível função. A análise indicou que esta, foi produzida a partir de um torno mecânico, seu englobo é laranja e sua parte interna é cinza. E esta possivelmente diz respeito, a uma garrafa de bebida

3.1.2 Sítio Porto 02 [24L480350N8237141E]

Assim como o anterior, este é um sítio arqueológico situado em uma das áreas de acesso à Lagoa Timiquim, presente no território dos Tupinambá de Belmonte. Se caracteriza por uma estrutura portuária submersa associada a restos de um antigo píer de madeira. O sítio Porto II serve como prova material da tradição oral dessa população sobre a existência de 'estivas' ligadas às áreas de desembarque na Lagoa. Garcia (2019) aponta que durante o inverno, segundo Tiere Tupinambá, a estrutura que caracteriza o sítio fica totalmente submersa (GARCIA, 2019, p.32).

O Sítio não está presente no Etnomapa elaborado por essa população durante a primeira etapa de campo, realizada em 2017, sendo localizado durante a terceira etapa de campo, realizada em 2018 (GARCIA, 2019, p. 32). É um local de importância histórica para essa

população justamente por ser uma área de ligação entre a parte terrestre do seu território e a Lagoa, possibilitando tanto o transporte quanto a utilização da Lagoa como meio para adquirir alimentos, e também por situar as histórias de vida dessa população em volta do território, sendo sempre retratada pelos mais velhos como um espaço que testemunhou experiências compartilhadas ao longo das gerações. Servindo, então, como um importante local na construção da identidade e memória coletiva.

Os vestígios arqueológicos do Sítio Porto II foram localizados próximos aos limites emersos da Lagoa, onde foram realizadas coletas de superfície de duas garrafas de vidro e esteios de madeira, comprovando a existência do antigo píer. (FOTOGRAFIA 13)

Fotografia 13: Sitio Porto 2. Fonte: GARCIA, 2019, p. 32

O Sítio recebeu a sigla T.B.3 e, durante o transporte, uma das garrafas acabou se fragmentando em 11 pedaços. Dessa forma, o material analisado em laboratório referente ao Sítio Porto II é composto por uma coleção de 12 fragmentos vítreos.

No que diz respeito à coleção vítrea analisada, essas garrafas remontam ao século XIX e ao início do século XX, e todos os 12 fragmentos são classificados enquanto garrafas de bebidas muito fragmentadas, mas preservam elementos diagnósticos que possibilitam sua análise e datação relativa sobre seus período de confecção, tais quais marcas de fabricação e coloração. Uma das peças, no entanto, possui marcas posteriores a sua fabricação e utilização

enquanto recipiente líquido, possuindo intensas marcas de repique, indicando, assim, seu uso posterior para uma função diferente da qual esta foi produzida.

A coleção é composta por 3 fragmentos de base; 8 fragmentos do corpo/ parede da garrafa e um apenas 1 fragmento de pescoço e gargalo quase inteiro, contendo todos os principais elementos diagnósticos para análise. A baixa densidade de materiais e sua intensa fragmentação, com peças variando entre 3 à 12 cm dificultam a análise mais acurada do seu contexto arqueológico como um todo, mas demonstram que a vida útil e utilização de alguns desses fragmentos se estendeu além do que foi previamente planejada durante sua confecção primária, transcendendo, assim, seu aspecto funcional de garrafas de bebidas.

Os detalhes mais uma vez se tornam essenciais no processo de identificação das técnicas de manufatura e consequentemente em suas datações. Dos 12 fragmentos vítreos, apenas 4 apresentam marcas de fabricação, tais quais base (3), sendo estas da mesma garrafa, linhas horizontais (1), aplicação da técnica Tooled finish para a finalização de gargalo (1), reforço da base da garrafa ford piqué, conhecidos como push-up/kick-up ou (1).

Dessa forma, os 12 fragmentos dizem respeito a duas garrafas distintas, onde os 11 primeiros fragmentos do sítio são referentes a uma garrafa na cor âmbar oliva escuro, onde é possível observar que nas partes mais próximas da base a coloração é mais escura e, conforme vai se estendendo até a parte superior, vai ficando mais clara e menos homogênea. Essa baixa homogeneização é característica de peças vítreas produzidas utilizando tecnologias manuais, onde o controle era reduzido (CAMARGO e ZANETTINI, 2011). É importante destacar que muito possivelmente essa garrafa se fragmentou durante o processo de transporte da T.I até o laboratório, tendo em vista a fotografia 13, logo acima, onde podemos ver claramente que a peça ainda preservava metade do seu corpo e base não fragmentados.

Essa primeira garrafa foi produzida utilizando a técnica manual sopro-livre em molde único e possui um reforço da base da garrafa, conhecidos como push-up ou kick-up, esse reforço imprime na morfologia das garrafas uma concavidade chamada de ‘fond piqué’ ou fundo picado (imagem a seguir), traço, segundo Zanettini e Camargo, ainda muito presente nos tempos atuais em garrafas de vinho produzidas por máquinas automáticas.

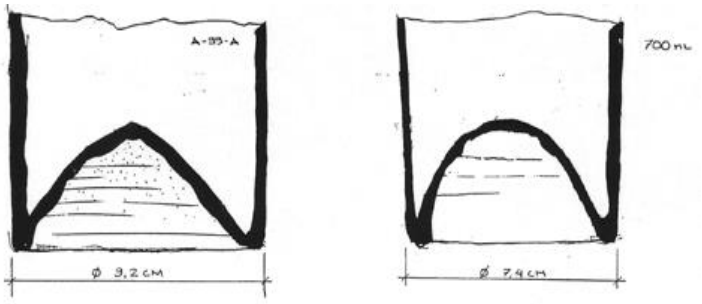


Figura 4: Esquema da elaboração do fond piqué. Fonte: (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p.28

A técnica manual de sopro livre em molde único/inteiriço, segundo Sherene Baugher-Perlin (1988), teria sido utilizada desde o final do século XVII até meados do século XIX, mais precisamente até o final da década de 1810 (ZANETTINI e CAMARGO, 2009). Esse tipo de molde pode ser cilíndrico e vazado nas duas extremidades ou fechados em uma delas, o qual praticamente não deixava marcas nos objetos, gerando dúvidas com relação à sua identificação e classificação, uma vez que se assemelham bastante àqueles artefatos elaborados livremente, sem molde, sendo apenas mais simétricos nas formas.

Devido ao intenso grau de fragmentação da peça, que apenas possuímos 11 fragmentos de sua base, e todos sem quaisquer marcas de fabricação, com exceção ao reforço na base da garrafa 'fond piqué', sua análise se restringiu às características passíveis de identificação e análise, tais quais coloração, técnica de fabricação e baixa homogeneidade na sua massa vítrea, típica das produções dos séculos XVIII e XIX, reunindo, assim, elementos que possibilitam sua datação por volta desse espaço de tempo.

Um importante elemento é o já citado repique intencional, exatamente onde deveríamos encontrar a marca do pontel em seu 'fond piqué', na base da garrafa, na peça T.B.3 – 1 (FOTOGRAFIA 14). Como também já dito, isso reforça a ideia de um uso posterior e diferenciado do qual foi pré-estabelecido em sua confecção.

Fotografia 14: peça T.B.3 - 1, Reforço da base fond piqué bastante repicado. Autoria própria

Ainda a respeito dessa primeira garrafa, os demais fragmentos da mesma são fragmentos do corpo da garrafa e não possuem marcas de fabricação ou de uso posterior, mas possuem uma superfície bem irisada e pouco homogênea no quesito coloração, reforçando, assim, os elementos que a caracterizam enquanto uma garrafa do final do século XVIII e primeira metade do XIX.

Fotografia 15: Demais fragmentos da mesma garrafa que contém o repique intencional. Autoria: Lorena Garcia

Já em relação a segunda garrafa, possuímos apenas sua parte superior, contendo seu pescoço e gargalo. Durante a análise, foi possível constatar que se trata de uma garrafa da segunda metade do século XIX até o início do XX, devido a sua técnica de produção e coloração. No que se refere a técnica de produção, identificamos que a garrafa foi produzida a partir da utilização da tecnologia manual de molde duplo. Chegamos nessa conclusão através da análise das linhas laterais horizontais presentes nas duas extremidades da peça, que se estendem desde do pescoço até o gargalo, e pelo acabamento do gargalo, que, por sua vez, foi produzido utilizando a técnica Tooled finish.

Segundo Zanettini e Camargo (2009), os moldes duplos já eram conhecidos desde o século XVIII. Porém, apenas em 1814 (patente de 1822) que a Ricktts Company, localizada em Bristol na Inglaterra, atendendo a pedido das indústrias de bebidas alcoólicas, produziu um molde duplo eficiente, e seu uso foi, então, muito difundido. Até meados da década de 80 do século XIX, quando as máquinas semiautomáticas e automáticas passaram a ganhar lugar de destaque devido à consolidação dos modos de produção capitalista (ZANETTINI e CAMARGO, 2009).

Os moldes duplos imprimem as características identificadas na peça T.B.3 – 11 (FOTOGRAFIAS 16 e 17), que são justamente as linhas laterais horizontais nas duas extremidades já citadas, podendo também possuir uma terceira linha na junção entre o gargalo

e o corpo. Essa, por sua vez, não foi identificada na peça, mas isso pode ocorrer por dois fatores simples. O primeiro está relacionado ao fato de não possuirmos a garrafa em sua totalidade, mas sim apenas seu gargalo e pescoço. Já o segundo diz respeito ao fato dos próprios fabricantes a eliminarem durante o processo de fabricação. Identificamos que seu gargalo foi finalizado utilizando a técnica manual Tooled finish, utilizada desde 1870 até o início do século XX. Essa técnica consistia no reaquecimento do gargalo e então torneá-lo com o ferro de marisar. Esse torneamento deixa marcas horizontais ao longo de toda superfície, devido ao atrito entre o metal frio da ferramenta com o vidro ainda quente e o movimento rotativo realizado com a ferramenta (ZANETTINI e CAMARGO, 2009, p.28). Sua coloração é âmbar velho, meio amarelada.

Desse modo, esses elementos diagnósticos, tais quais técnicas de produção, manual molde duplo, acabamento do gargalo e sua coloração nos permitiram inferir sua datação entre a segunda metade do XIX até as primeiras décadas do século XX.

Fotografias 16 e 17: peça T.B.3- 11- Gargalo finalizado utilizando a técnica manual Tooled finish. Autoria: Lorena Garcia.

3.1.3 Sítio Lugar Caboclo Badú [24L483020E8238537N]

O sítio arqueológico Lugar do Caboclo Badú é um sítio histórico de extrema importância emocional e identitária para os Tupinambá de Belmonte. Outrora, era o local da moradia do Caboclo Badú, um ancião Tupinambá que habitava as imediações da Lagoa da Pedra e Lagoa Timiquim. Badú era conhecido como o mais famoso Caboclo dos Menian, etnônimo histórico que identifica o povo indígena da região de Belmonte desde o século XVII. Badú, segundo Oliveira (2010, p.42), faleceu em 2002, mas ainda faz parte da memória tanto de indígenas quanto de pessoas não indígenas da região (GARCIA, 2019, p.27). Os vestígios de ocupação desse sítio conforme veremos a seguir recuam até pelo menos ao início do século XIX. Uma peculiaridade interessante desse sítio é sua grande variedade de materiais arqueológicos, onde foram identificados: Cerâmicas, fragmentos vítreos de garrafas (diversificadas), metais (diversificados), louça, e materiais construtivos.

Fotografia 18: Sitio Lugar do Badú. Fonte: GARCIA, 2019, p.28

Esse sítio não foi identificado durante a primeira visita ao local realizada em 2018, com exceção das plantas do antigo quintal, vindo a ser identificado apenas na terceira etapa de campo, realizada em 2018, por meio dos próprios Tupinambá, que, ao se sentirem violentados e profundamente tristes pelas constantes tentativas de apagamento histórico de seus antigos anciões em seu território realizadas pelos sucessivos ataques de fazendeiros locais, decidiram realizar uma intervenção arqueológica por eles mesmos (GARCIA, 2019). Essa intervenção foi materializada pela abertura de uma 'leira' com o auxílio de um trator. Segundo Garcia (2019, p. 27), a abertura da leira possibilitou a identificação dos vestígios já citados e analisados posteriormente. Após a identificação desses materiais, foram estabelecidos alguns pontos de tradagem com uma cavadeira articulada (boca-de-lobo) para a verificação dos estratos em superfície e a profundidade da camada de ocupação.

A leira realizada pelos próprios Tupinambá se estendeu por aproximadamente 20 metros no sentido leste-oeste, e as tradagens foram realizadas no sentido norte-sul, com uma distância de 10 metros entre cada uma. Essas intervenções, segundo Garcia (2019, p.28), indicaram uma área de ocupação aproximada em 30m (L/O) x 70m (N/S). As tradagens possibilitaram a verificação de uma camada arqueológica com 20cm de espessura, ocorrendo entre os níveis 5cm e 25cm de profundidade. O solo apresentou textura franco-arenosa, fina, seca e solta, com

presença de cascalhos entre os níveis 10cm e 30cm. A área de escavação foi de aproximadamente 30m (L/O) x 70m (N/S) (GARCIA, 2019, p. 27, 28).

Pontos (leira)	Material	Coordenadas – UTM
1	Cerâmica e Faiança	24L483027N8238547E
2	Metal	24L483020N8238543E
3	Vidro e Faiança	24L483003N8238522E
4	Metal e vidro	24L483026N8238543E
5	Tijolo (piso)	24L483020N8233539E
6	Metal – suposto projetil	24L483014N8238542E
7	Metal	24L483025N8238546E
8	Cerâmica	24L483017N8238533E

Tradagens	Material	Profundidade	Coordenadas – UTM
1Norte	Negativo	50cm	24L483009N8238551E
2Norte	Negativo	50cm	24L483005N8238560E
3Norte	Negativo	50cm	24L483002N8238570E
4Sul	Vidro e carvão	50cm [21cm]	24L483017N8238533E
5Sul	Vidro e cerâmica	50cm [10cm]	24L483017N8238533E
6Sul	Negativo	50cm	24L483022N8238525E
7Sul	Negativo	50cm	24L483026N8238516E

O Sítio Lugar do Caboclo Badú recebeu a Sigla T.B.4 e possui uma totalidade 74 vestígios de interesse e relevância arqueológica. A análise desse material revela uma diversidade de elementos, dos quais destacam-se 33 peças de fragmentos vítreos, representando a maioria significativa do sítio, com uma proporção de 44,59%. Os fragmentos cerâmicos totalizam 20 peças, correspondendo a 27,03% do conjunto, enquanto os fragmentos de louça possuem um total de 6 peças, representando 8,11% do material. Os fragmentos de metal somam 11 peças, ocupando 14,86% do sítio arqueológico. Além disso, há a presença de 2 fragmentos de tijolo (2,70%) e 2 fragmentos de grés (2,70%). Essa diversidade de materiais oferece uma visão rica e complexa da ocupação e das atividades associadas a esse sítio ao longo do tempo.

Frequência		
Material		**Porcentagem**
Fragmentos Vítreos	33	44,59%
Fragmentos Cerâmicos	20	27,03%
Fragmentos de Louça	6	8,11%
Fragmentos de Metal	11	14,86%
Fragmentos de Tijolo	2	2,70%
Fragmentos de Grés	2	2,70%
Total	**74**	**100%**

Em relação a sua coleção vítrea, foram identificados 33 fragmentos provenientes de cerca ao menos 7 objetos diversos, a grande maioria de garrafas de bebidas, como veremos mais adiante. Em alguns casos, a identificação não foi possível devido ao tamanho dos fragmentos e as morfologias das peças. De maneira geral, são fragmentos de garrafas muito fragmentadas, preservando, vez ou outra, marcas e características diagnósticas que possibilitam suas análises, tais quais marcas de fabricação, coloração e morfologia, nos permitindo inferir os possíveis períodos de fabricação. A coleção vítrea é composta por gargalo e pescoço (1), fragmentos de base (4), fragmentos de corpo (28). Desses, quatorze ainda reúnem marcas de fabricação, sejam as deixadas pelos próprios processos produtivos (4 fragmentos), sejam por inscrições de fabricantes e/ou lotes e rótulos, impressos nas próprias peças.

A baixa densidade de materiais e peças íntegras com marcas de produção, com peças variando de 2 a 9,5 cm, dificultaram e trouxeram limitações para a análise dessa coleção em seu devido contexto. Em geral, os fragmentos, como já dito, são associados a garrafas de bebidas. Dessa maneira, mais uma vez, a atenção aos detalhes foi primordial para identificação das técnicas de manufaturas empregadas em sua confecção e, consequentemente, suas datações relativas. Os fragmentos sem qualquer marca de fabricação foram identificados e datados seguindo o exemplo dos dois sítios anteriores, pela sua coloração e homogeneização de suas massas vítreas.

Como já vimos, a abertura da leira possibilitou a localização de vários vestígios arqueológicos que antes estavam soterrados devido às ações de fazendeiros locais em um empreendimento excludente e criminoso que visava o apagamento histórico do ancião Caboclo Badú. Essa ação interventiva, dirigida e feita pelos próprios Tupinambás de Belmonte, possibilitou a localização da antiga moradia desse ancião. Nas páginas seguintes deste capítulo, direcionaremos a análise dos materiais encontrados nesse sítio arqueológico de grande valor para essa população.

O ponto um (24L483027N8238547E) evidenciou cerca de cinco fragmentos cerâmicos e um fragmento de louça. Dos 5 fragmentos de cerâmica, 4 não foram analisados devido ao seu tamanho ser menor que 2cm. O fragmento T.B.4 – 64 (FOTOGRAFIA 19), por sua vez, é um fragmento cerâmico muito pequeno, um fragmento de parede, sua pasta é homogénea, e não aparenta ter sido previamente preparada com limpeza e a adição de antiplásticos nesse fragmento, apresentando grãos de quartzo de tamanho grande, em formatos angular, com uma concentração média correspondentes à porcentagem I na tabela do Rice (1987).

Fotografia 19: Peça T.B.4 – 64, Fragmento de parede e demais fragmentos menores que dois 2cm.

Já o fragmento de louça T.B.4 - 66 (FOTOFRAFIA 20) também se apresenta muito fragmentado, de 2cm, e retém pouquíssimas informações passíveis de análise. Mas, de maneira geral, é um fragmento de louça creme, muito craquelado. A aderência entre o esmalte e a pasta não é boa, e essa peça não possui qualquer marca de fabricação ou pintura e/ou inscrições. A morfologia da peça permite dizer que talvez esteja relacionada a um pires de chá, mas seria necessário outras partes para inferir com certo grau de certeza.

Fotografia 20: Peça T.B.4 – 66, faiança fina fragmentada

O ponto dois (24L483020N8238543E) evidenciou cerca de 6 vestígios de metal, sendo eles: T.B.4 – 51, T.B.4 – 52, T.B.4 – 55, T.B.4 – 57, T.B.4 – 59, e T.B.4 – 60. Esses vestígios estão muito erodidos e de difícil identificação, sua análise se restringiu a medição, fotografia e

catalogação. Por possuírem morfologias e características não identificadas, foram aglutinados enquanto metais amorfos, ou seja, sem uma forma indefinida. Dessa forma, foram analisados de maneira diversificada e generalizada, muito mais preocupados com o registro do que propriamente a análise. Ressaltando que, devido às próprias questões químico-físicas desse material, eles foram separados cada um em zip locks individuais e não foram lavados

Fotografia 21: Peças metálicas T.B.4 – 51 e 52, muito erodidas

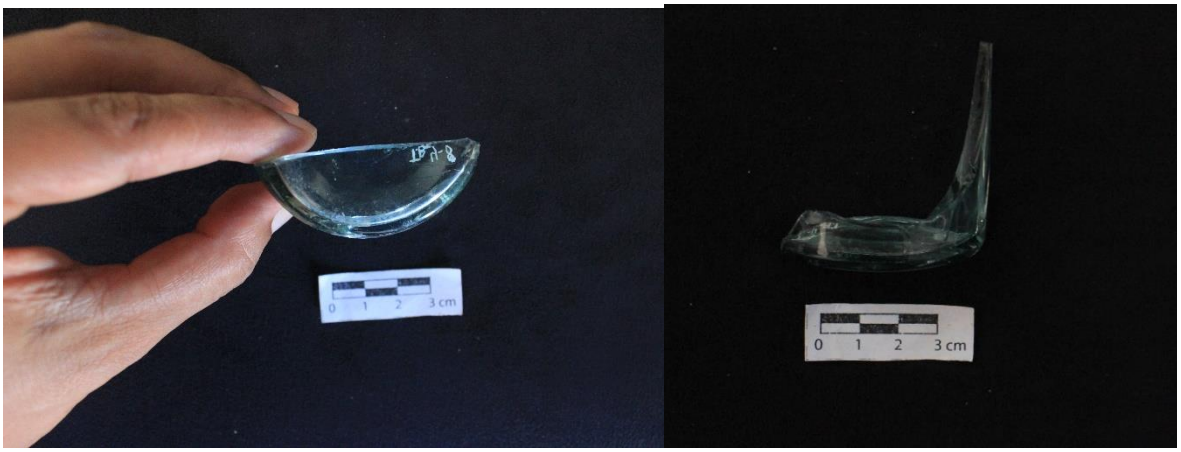
Fotografia 22: Peça T.B.4 – 55, peça metálica muito fragmentada e erodida

O ponto três (24L483003N8238522E) da leira, evidenciou cerca de 24 fragmentos de uma garrafa de vidro na cor aqua. Após análise de laboratório, foi possível constatar que todos fazem parte de uma mesma garrafa. Com isso, iremos tratar de todos esses 24 vestígios de maneira integrada em sua análise. Essa garrafa se encontra muito fragmentada e não dispomos de todas as suas partes, entretanto, os vestígios identificados nos possibilitam discutir questões relacionadas a sua técnica de manufatura, possível período e local de produção. Dos 23

fragmentos analisados dessa garrafa, 13 apresentam marcas passíveis de análise, sendo eles: fragmentos de base (3), bolhas (2), Gargalo e pescoço (1), alto-relevo nos fragmentos do corpo, contendo inscrições de rótulo (11). É importante salientar que, vez ou outra, o mesmo fragmento possui mais de uma dessas características citadas, como por exemplo o fragmento associado ao gargalo e pescoço, que além de reunir essas duas importantes informações, também possui bolhas. Os outros 10 fragmentos não possuem nenhuma marca de fabricação ou inscrições e foram classificados e analisados a partir das informações contidas nos demais.

Fotografia 23: Vinte e quatro fragmentos de uma mesma garrafa - T.B4. - peças de 1 a 24

Os três vestígios de sua base receberam as seguintes siglas e numeração: T.B.4 – 8, T.B.4 – 15 e T.B.4 – 23 (FOTOGRAFIAS 24 e 25). Esses fragmentos de base, embora muito fragmentados, foram identificados como relacionados às garrafas feitas a partir da segunda metade do século XIX, utilizando a técnica manual de molde duplo. A identificação é limitada devido a sua fragmentação, mas é possível inferir que se trata desse aparato técnico devido ao próprio relevo da peça, já que, após a invenção dessa tecnologia, a garrafa passou a não mais ser feita a partir do gargalo, mas suas bases passaram a ser produzidas primeiro, eliminado o ‘fond piqué’ ou ‘push-up’. A peça, desse modo, já saia do molde em sua forma final.



Fotografias 24 e 25 – respectivas aos fragmentos de base T.B.4 - 8 e T.B.4 - 15

O fragmento T.B.4- 8, é o segundo maior fragmento de base, sendo preservado nesse vestígio cerca de 35% da base como um todo. Além disso, a base preserva uma porção de 5 cm do corpo da garrafa. É possível identificar, na sua porção inferior, uma concavidade mínima, onde um pequeno círculo é visível. Essas características são típicas das garrafas feitas pela técnica manual de moldes duplos. O vestígio T.B.4 – 15, por sua vez, preserva cerca de 20% da base e não possui qualquer marca de fabricação, com exceção das linhas circulares já citadas na peça anterior. Por fim, o fragmento T.B.4 – 23 retém a maior porção dessa base, no qual é possível estimar cerca de 40% do total. Esse fragmento, além de possibilitar a estimativa do tamanho da base, possui informações importantes em relação a sua produção, pois preserva uma porção de 2,3 cm do corpo da garrafa, contendo uma pequena bolha, o que indica, como já dito na análise dos sítios anteriores, uma baixa homogeneidade e baixo controle da massa vítrea durante o processo produtivo. Sendo um elemento bem característico das garrafas feitas antes da invenção das máquinas semiautomáticas e automáticas, durante a virada do século XIX para o XX. Nessa mesma porção do corpo onde está localizada a bolha é possível identificar um pedaço da letra ‘R’ impressa em alto-relevo na vertical presente na peça.

A identificação dessa letra só foi possível devido ao processo de remontagem da garrafa feito em laboratório, quando identificamos que essa peça está relacionada à peça T.B.4 – 3, que, por sua vez, preserva cerca da metade faltante da letra ‘R’ já citada. A partir da identificação que essa letra está disposta na vertical da garrafa, adquirimos a compreensão que as demais poderiam seguir o mesmo padrão. Com isso, verificamos que quatro dos fragmentos são passáveis de remontagem, sendo eles as seguintes peças: T.B.4 – 3, T.B.4 – 11, T.B.4 – 22 (todos fragmentos do corpo da garrafa) e a T.B.4 – 23 (fragmento de base). Ao remontá-las foi possível identificar que juntas formam a frase incompleta ‘Rio de J’. O fragmento T.B.4 – 19, embora não encaixe em nenhuma das peças, preserva letras do mesmo tamanho das anteriores e possivelmente faz parte da frase, retendo as letras ‘NE’. Desse modo, esses 5 fragmentos

parecem estar associados e possivelmente formam a frase “Rio de Janeiro”, mas, devido ao nível de fragmentação e falta dos demais pedaços, não conseguimos remontar a frase inteira. (FOTOGRAFIAS 26, 27 e 28)

Fotografia 26: Peças T.B.4 –23 (base com porção da letra ‘R’; T.B.4 – 3 (contendo uma parte da base e corpo com o restante da letra ‘R’; T.B.4 – 11 (fragmento do corpo, contendo as letras “I” e ‘O’.

Fotografia 27- Peça T.B.4 - 22, contendo o pedaço faltante do 'O' da peça T.B.4 - 11, e as letras 'D' e 'E', e a parte inferior da letra 'J'

Fotografia 28 - Peça T.B.4- 19, fragmento de corpo contendo as letras 'N' e 'E'

As peças T.B.4 – 1, T.B.4 – 4, T.B.4 – 13 e T.B.4 – 20, por sua vez, também preservam inscrições em alto relevo dispostas verticalmente no corpo da garrafa. Diferentemente do padrão descrito no parágrafo acima, essas possuem letras um pouco maiores, de cerca de 1,5 cm, e não conseguimos remontar nenhuma palavra ou frase. O vestígio T.B.4 – 1, possui 5 letras, mas, devido à quebra abrupta desse fragmento, apenas as letras 'OR' foram identificadas (imagem). Já na peça T.B.4 – 4, é possível identificar dois tamanhos de letras diferentes, mas, devido à quebra, as letras menores não foram identificadas. As letras maiores, embora também quebradas, ainda preservam elementos que indicam as seguintes letras agrupadas: 'CAR'. O vestígio T.B.4 – 13, por sua vez, preserva metade de uma letra 'L", a letra A em sua totalidade, a 'R' quase inteira e metade do que aparenta ser uma letra 'O', que juntas formam 'LARO'. Por último, a peça T.B.4 – 20 retém as letras 'V' e 'A' em sua totalidade e um pedaço do que aparenta ser uma letra "R", formando assim, "VAR". O nível de fragmentação e a falta das demais peças integrantes dificultaram a identificação de frases completas, tornando a análise e remontagem um desafio significativo.

Fotografia 29 - Fragmentos com diversos tamanhos de letras impressos em relevo da mesma garrafa

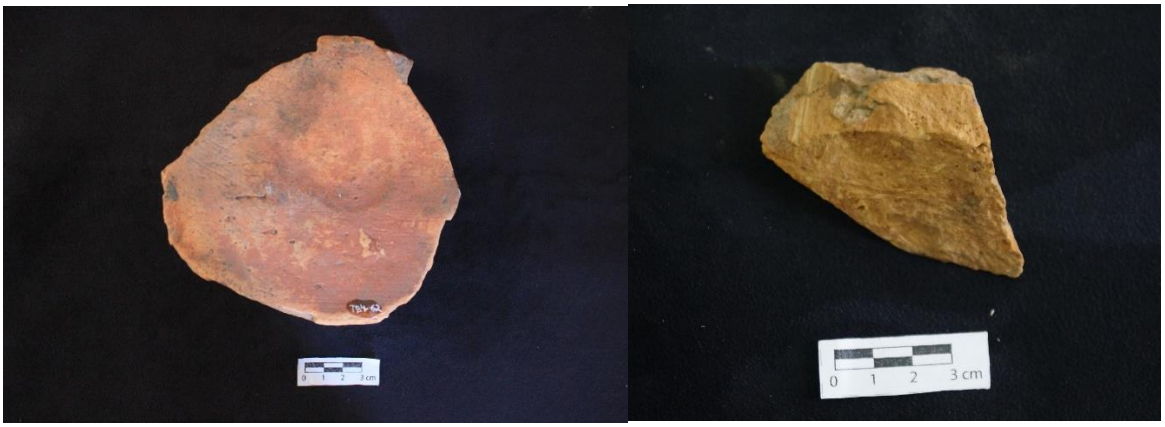
A peça T.B.4 – 10 (FOTOFRAFIA 30) é um fragmento de gargalo e pescoço praticamente inteiro, fragmentado justamente na junção entre o corpo e o pescoço dessa garrafa. Foi a partir desse fragmento que pudemos inferir quais foram as técnicas de produção utilizadas na produção dessa garrafa, como sendo proveniente de uma tecnologia artesanal de molde duplo. Seu gargalo foi finalizado usando a técnica já descrita Tooled Finish. A parte interna da garrafa possui uma série de imperfeições, como bolhas minúsculas indicando uma baixa homogeneidade e controle da massa vítrea em seu processo produtivo, várias estrias de sopro dispostas de maneira irregular, tanto no sentido vertical, como no horizontal. Essas marcas e imperfeições vão de acordo com a técnica manual de sopro livre em moldes de duas partes, fortalecendo, assim, a identificação da aplicação dessa técnica na peça. Quanto à sua datação relativa, é situada entre as décadas de 40 e 80 do século XIX.

Fotografia 30: Peça T.B.4 - 10 contendo a tecnologia manual de finalização de gargalo Tooled Finish

No ponto quatro (24L483026N8238543E) foram encontrados um fragmento de vidro (T.B.4 – 73) e um de metal (T.B.4 – 74). O fragmento vítreo é menor que 4 cm e, pela sua morfologia e espessura, trata-se de um fragmento de corpo. Sua coloração é âmbar, coloração muito comum entre o final do século XVIII até a primeira metade do século XX. Já o vestígio T.B.4 – 74 é um vestígio de metal bem estreito, com uma morfologia que lembra um prego, possui 3,5 cm e assim como as demais fragmentos de metais que compõe essa coleção se encontra muito erodido e não possui qualquer marca diagnóstica que nos permita inferir com mais grau de precisão se este vestígio realmente era um prego ou parafuso.

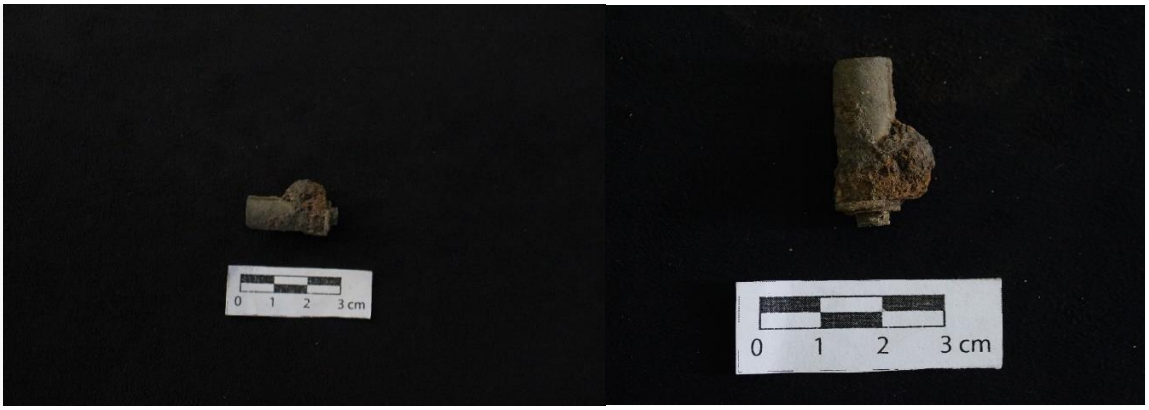
Fotografias 31 e 32: Respectivas as Peças T.B.4 -73 (Vidro) e T.B.4 -74 (Metal)

O ponto cinco (24L483020N8233539E) evidenciou dois fragmentos de materiais construtivos, estes se assemelham a um tijolo, entretanto devido sua morfologia e dimensões, nos levam a crer que se trate de fragmentos de piso, feitos em argila. Suas dimensões são: 4,6cm de altura, 12 cm de largura e 4,5 de espessura. Esse vestígio foi produzido a partir de argila e em sua composição é possível identificar antiplásticos minerais, como mica e quartzo em formato angular, com uma concentração media correspondente a porcentagem J da tabela do Rice (1987). Este vestígio foi interpretado como sendo pertencente a um pedaço de piso do século XIX ou XX. Infelizmente não localizamos bibliografias que nos ajude a inferir com certo grau de certeza.



Fotografias 33 e 34: Respectivas as peças T.B,4 – 62 e T.B,4 -63. Ambos fragmentos de piso feitos em argila

O ponto seis (24L483014N8238542E) remete ao vestígio T.B.4 – 53. Morfologicamente essa peça aparenta ser cápsula de revólver calibre 22, deflagrada. Entretanto, devido a sua parte interna possuir um rosqueamento, essa hipótese inicial foi descartada, e a interpretamos como uma peça componente de algum outro artefato. Essa peça está fragmentada em sua porção superior, onde em um dos lados falta uma das suas paredes, na parte inferior é possível ver uma abertura de encaixe que não foi identificada.



Fotografias 35 e 36: Peça T.B.4 – 53. Peça de metal que se assemelha a uma capsula de revolver

O ponto sete (24L483025N8238546E) evidenciou 3 fragmentos de metal, sendo eles: T.B.4 – 54, T.B.4 – 58 e T.B.4 – 56. Todos se encontram em um avançado grau de corrosão, preservando, assim, poucos ou quase nenhum indícios que nos possibilitem suas análises. Entretanto, em suas superfícies é possível identificar pequenos pontos brancos e/ou brilhantes que se assemelham muito a metais esmaltados, como xícaras e cambucás de metal esmaltadas (FIGURA 5) que são produzidas atualmente. O fragmento T.B.4 – 54 possui uma morfologia que lembra muito uma asa de uma dessas xícaras de metal citadas. Já o vestígio T.B.4 – 58

possui uma morfologia e espessura que mais se assemelha ao corpo de uma xícara ou copo (FOTOGRAFIA 37).

Fotografia 37: T.B.4 – 54 – Morfologicamente lembra uma asa de uma caneca esmaltada. Autoria: Lorena Garcia.

Figura 5: Exemplo de caneca esmaltada atuais. Fonte: Google imagens

O ponto oito (24L483017N8238533E) evidenciou 8 fragmentos vítreos e um cerâmico, ambos bastante fragmentos e com poucas características diagnósticas passíveis de análise. O fragmento cerâmico por ser menor que 2 cm foi agrupado com os demais vestígios cerâmicos desse sítio e discutiremos sua análise em conjunto mais à frente. Já os vestígios vítreos: T.B.4 – 24, T.B.4 – 25, T.B.4 – 26, T.B.4 – 27, T.B.4 – 28, T.B.4 – 29, T.B.4 – 30 e T.B.4 – 31 serão discutidos nos próximos parágrafos

O fragmento T.B.4 – 24 não preserva qualquer marca de fabricação passível de análise devido a seu tamanho e a falta de marcas de fabricação. Sua análise restringiu a sua coloração e espessura, sua cor foi identificada como âmbar azeitona, muito usado no século XIX, e sua

espessura grossa lembra as garrafas produzidas na primeira metade deste século, mas é impossível inferir com certeza.

As peças números T.B.4 – 25, T.B.4 – 26 e T.B.4 – 31 são três fragmentos de coloração verde azeitona e não possuem qualquer marca de fabricação, com exceção da última citada. São poucas as informações, mas, devido à sua morfologia, é possível inferir que se tratam de dois fragmentos de corpo de uma garrafa. Sua massa vítrea é homogênea e não possui nenhuma bolha. Não foi possível inferir a datação de ambas as peças, devido à falta de elementos e marcas passíveis de análise, portanto, restringimos a sua coloração.

Fotografia 39:rescpecitavemnte as peças T.B.4 – 25 e T.B.4 – 26. Autoria: Lorena Garcia

Já a peça T.B.4 – 31, assim como as outras, não possui marcas que possibilitem a certeza de qual tecnologia foi empregada em sua confecção, entretanto, a peça possui desenhos em relevo não identificados, esses padrões possuem uma certa curvatura indicando um desenho não identificado. Na bibliografia consultada não foi possível identificar esse padrão. (FOTOGRAFIA 40)

Fotografia 40 T.B.4 – 31. Autoria: Lorena Garcia

Já as peças T.B.4 – 27, T.B.4 – 28 e T.B.4 – 29 são dois fragmentos da mesma base e no caso do T.B.4 – 29 é um fragmento de ligação entre base e corpo, em os casos ambos se mostram muito fragmentados, e preservam poucos elementos diagnósticos passíveis de análise. No caso do primeiro (T.B.4 – 27), é possível identificar que essa base foi produzida a partir da técnica manual de sopro livre em molde único, não possui linhas de costura, e sua pasta demonstra certa homogeneização, embora seja possível identificar uma pequena bolha na sua porção superior. Em sua parte de baixo é possível identificar uma série de linhas formando círculos, típicos dos moldes únicos. Já a segunda peça T.B.4 – 28 não preserva qualquer marca de fabricação e sua análise se deu através da peça anterior. Ambas possuem uma coloração aqua e aparentam ter sido analisadas em seu processo de manufatura. A datação relativa dessas peças a situam entre a última parte do século XIX. Mas para inferirmos com um maior grau de certeza seria necessário possuir as demais partes desta garrafa. (FOTOGRAFIAS 41 e 42)

Fotografia 41 e 42, respectivas as peças T.B.4 – 27, T.B.4 – 28 e T.B.4 – 29. Autoria: Lorena Garcia

3.1.3.1 Discussão sobre as louças

Em relação a análise dos fragmentos dos 5 fragmentos de louça presentes neste sítio, suas classificações no que diz respeito aos atributos de classe, são peças associadas a: fragmentos de prato (2), fragmento de pires (1), e fragmento de chaleira (1). Essas peças retém poucas informações, seus fragmentos variam entre 3 a 8 cm, e, de maneira geral, são peças ligadas a um uso cotidiano no consumo de alimentos, produzidos no século XX.

Os fragmentos T.B.4 – 32, T.B.4 – 33 e T.B.4 – 35 não possuem qualquer marca de fabricação ou de pintura. Como já dito, são todas de louças de faiança fina, a aderência entre sua pasta e esmalte não são boas e todas estão muito craqueladas e porosas. O vestígio T.B.4 – 32 possui uma espessura de 0,4mm e uma largura de 2,1 cm, possivelmente é um fragmento ligado a um prato de sobremesa. A peça T.B.4 – 33 é a peça com maior espessura, 0,7mm, sua

largura é de 1,9 cm. Esse fragmento possui uma leve curvatura. Devido sua espessura e curvatura, essa peça foi identificada como sendo referente a uma xícara de chá/café. A T.B.4 – 35 possui uma espessura de 0,3mm e uma largura de 1,1 cm, sendo um fragmento plano, identificado devido a sua espessura enquanto parte de um pires de chá/café.

Fotografia 43 e 44, respectivas as peças T.B.4- 32 e T.B.4 – 32. Autoria: Lorena Garcia

Os fragmentos T.B.4 – 34 e T.B.4 – 36, após análise laboratorial, foram identificadas enquanto partes de um mesmo objeto, um prato de jantar sem decoração, são fragmentos de uma louça creme, muito craquelada. A aderência entre a pasta e o esmalte não é boa, sua superfície é extremamente porosa. Suas dimensões são de 5mm de espessura, para ambas as peças. A T.B.4 – 34, possui uma largura de 6 cm. Já T.B.4 – 36 possui uma largura de 3 cm. A peça T.B.4 – 34 (FOTOGRAFIA 45) é o único fragmento de louça analisado que ainda contém informações relacionadas ao fabricante. Em sua superfície inferior é possível identificar um padrão que remete a um sol, onde é possível ler as iniciais do seu fabricante ‘J. e G. M’, após análise e pesquisa na bibliografia especializada, identificamos que se trata de um prato produzido pela marca J & G Meakin (Ltd)**.**

Essa empresa foi fundada em 1851 na região central da Inglaterra em Hanley, atual cidade de Stoke-on-trent, no condado de Staffordshire. Essa empresa ganhou destaque mundial durante os séculos XIX e XX pela sua produção de louças de faiança fina (*ironstone china*) que eram comercializadas a um custo baixo e tinha como objetivo, segundo Nissinem (2019), de integrar a organização doméstica de lares e os mercados de exportação. A marca foi comprada pelo Grupo de Companhia Wedgewood, em 2000, encerrando assim as atividades e produção de peças com a marca J & G Meakin (NISSINEM, 2019).

Fotografia 45: Os fragmentos T.B.4 – 34 e T.B.4 – 3. Fragmentos de um mesmo prato. Autoria: Lorena Garcia

De maneira geral, essa empresa fabricou muitas coleções, e seus padrões de selo de fabricação variaram muito com o passar do tempo. Entretanto, sua coleção de louça com a inscrição da marca ‘Sol’ no site do museu Companhia Wedgewood (FIGURA 6) foi uma das mais produzidas durante o período em que a empresa esteve em atividade.

Figura 6 Fonte: Site institucional do Museu Wedgewood. Disponível em: http://www.wedgwoodmuseum.org.uk/collections/search-the-collection/mark/sol_meakin. Apud NISSINEM, 2019, p.63

O site especializado para arqueólogos/as históricos que trabalham com faianças ‘thepotteries.org’ foi uma importante fonte de informação, pois ele retém todos os selos e datações referente a uso desses selos da coleção “Sun” pela marca. A partir dele, foi possível

reconhecer o padrão encontrado na peça T.B.4 – 34 como sendo de produtos produzidos entre os anos de 1912 e 1933 (FOTOGRAFIA 46).

Fotografia 46: Peça T.B.4 – 34, Fragmento da base de um prato do padrão 'Sun". Autoria própria

Figura 7: Padrão identificado na peça T.B.4 - 34. Fonte: https://thepotteries.org/mark/m/meakin_jg.html

3.1.3.2 Discussão do Material Cerâmico

Nesta parte do capitulo iremos olhar com mais atenção para os vestígios cerâmicos. Devido a homogeneização desse material, resolvemos agrupar e discuti-los em conjunto para facilitar sua análise e entendimento.

O Material cerâmico proveniente do Sítio Lugar do Caboclo Badú é composto de 20 fragmentos maiores que 2 cm, dentre os quais 15 são fragmentos de corpo (ou parede) dos vasos, 1 é um fragmento de borda e 4 são os fragmentos cuja tipologia não foi identificada. Esses materiais foram coletados em uma camada de 20 cm.

A técnica de manufatura das vasilhas é bastante homogênea, desse modo, optamos por descrevê-la em conjunto. A argila utilizada nesse sítio parece não ter sido previamente preparada com limpeza e adição de antiplásticos, todas as peças apresentam grãos de quartzo em tamanhos pequenos e médios em formato angular e sub-angular, a grande maioria conta também com a adição de limonita e mica, correspondentes a porcentagem A – E – G – H na tabela do Rice (1987). Tais informações sugerem que esses antiplásticos estavam presentes na argila e não foram adicionadas em seu processo de preparo. Os vasos foram majoritariamente construídos por meio da sobreposição de roletes (técnica roletada/acordelada), 1 fragmento de corpo apresenta sinais de uma tecnologia moldada e em 5 não foi possível identificar suas técnicas de manufatura.

Dos fragmentos analisados, apenas uma vasilha foi passível de reconstituição (T.B.4 – 38), que consistem em uma vasilha grande, com a borda extrovertida inclinada externamente à direita, e seu lábio é arredondado.

Não foi possível inferir a função de nenhum dos fragmentos analisados, entretanto, 8 fragmentos apresentam marcas de queima (fuligem) em suas porções externas e 5 possuem uma espécie de crosta em sua parte interna, muito provavelmente sendo restos de comidas. Essas características indicam que talvez se trate de vasilhas que foram expostas ao fogo durante o processo de preparo de alimentos.

Os vestígios apresentam diferentes colorações de pasta e tipos de queima. No que diz respeito à coloração do núcleo dos vasos, identificamos que estes são majoritariamente de coloração marrom, entretanto, outras cores se fazem presentes, como preto (6), cinza (2) e bege (1). Isso sugere a existência de talvez duas ou mais fontes de matéria-prima de argila, possibilitando a existência de colorações diferenciadas.

Os fragmentos analisados não apresentam decorações plásticas, sendo a grande maioria lisos na parte externa e interna (9), ou liso na parte externa (2), entretanto, também foram identificados fragmentos que receberam englobo vermelho (3) e pinturas externas em preto (6). Três fragmentos estavam muito erodidos, dificultando a visualização de sua superfície.

O material cerâmico do Sítio Lugar do Caboclo Badú representam um conjunto homogêneo, majoritariamente sem decorações plásticas e em alguns casos um pintura preta em suas fases externas, suas pastas são compostas de antiplásticos minerais como quartzo, mica e limonita, já presentes na argila utilizada em suas confecções. Foram confeccionados por meio da técnica de acordelamento, e foi possível inferir a forma de apenas um dos vasos. Não foi possível inferir seu período de produção unicamente por meio do material cerâmico.

Fotografia: 47 - Peças T.B.4 – 38, T.B.4 – 39, T.B.4 – 41, T.B.4 - 44 e T.B.4 – 49. Autoria: Lorena Garcia

Fotografia: 48 - Peças T.B.4 – 37, T.B.4 – 40, T.B.4 – 45, e T.B.4 – 47. Autoria: Lorena Garcia.

3.1.3.3 Discussão da análise.

Como vimos no decorrer do processo de exemplificação da análise, os materiais arqueológicos do Sítio Lugar do Caboclo Badú remontam às últimas décadas da primeira metade do século XIX e se estendem até a segunda metade do século XX. Essa datação corrobora com as fontes históricas e orais que situam a ocupação desse sítio até pelo menos o início do século XX, quando o ancião Caboclo Badú residia no local. Entretanto, é possível

inferir que a ocupação do local pode ser anterior ao mesmo, sendo talvez ligada a um de seus parentes mais antigos no século XIX. As diferentes localizações dos materiais analisados deste sítio nos pontos da leira aberta por essa população, e sua grande divergência em termos materiais e cronológicos nos possibilita inferir a hipótese de que esse sítio representa um local de ocupação contínua de pelo menos 100 anos. Essa cronologia relativa vai ao encontro com as datações obtidas nos sítios Porto 1 e Porto 2, o que levanta a possibilidade dos indígenas que utilizavam e ocupavam essas áreas que circundam a lagoa terem utilizado esses espaços contemporaneamente, e talvez indique também diferentes funções para cada um desses sítios, como locais de moradia (Lugar do Caboclo Badú), locais de utilização das margens da lagoa como fonte de subsistência, deslocamentos, cargas e descargas de embarcações.

3.1.4. Sítio da Jaqueira [24L483601N8238162E]

Segundo Garcia (2019), este é um importante sítio arqueológico histórico localizado em uma extensa área planalto que circunda o vale do Rio Jequitinhonha e a Lagoa da Pedra. De modo que a presença de uma Jaqueira marca um antigo local de habitação, cujo seu fundador e/ou dono não é mais lembrado pelos Tupinambá atuais, o que sugere que esta seja uma ocupação ainda mais antiga. Garcia (2019, p.29) relata que durante as escavações foram encontrados vestígios de um forno de barro e fragmentos de cerâmica com pinturas em vermelho. Infelizmente, assim como ocorreu com o Lugar do Caboclo, a Jaqueira foi destruída pelas ações de fazendeiros locais, com os vestígios de ocupação agora enterrados ou em subsuperfície. Os vestígios do forno e cerâmica foram identificados a uma profundidade de 10cm-30cm, e a área agora é caracterizada por pastagens, sendo a Jaqueira a única árvore em destaque no local. Nesta área não foram realizados trabalhos de escavação ou delimitação (GARCIA, p.29).

Foto superior: Sítio da Jaqueira – vista do planalto/pasto.
Foto inferior: Sítio da Jaqueira – vista para o vale do Rio Jequitinhonha

Foto superior: cerâmica-fragmento de borda com pintura vermelha
Foto inferior: vestígios de possível forno de barro.

Fotografia: 49 - Sitio da Jaqueira. Fonte: GARCIA,2019, p.26

Os vestígios arqueológicos analisados em laboratório provenientes desse sítio são 4 vestígios cerâmicos coletados a 20 cm de profundidade, sendo 2 feitos por meio de torno mecânico, T.B.5 – 1 e T.B.5- 3. Logo, são mais recentes e corroboram com a história oral dos Tupinambá de Belmonte, as memórias dos indígenas mais velhos ainda retém a lembrança que cerâmicas eram produzidas pelos antigos habitantes dessa população em tempos mais recuados, mas ainda recentes em uma escala temporal de longa duração. O T.B.5- 3 é um vestígio de borda (FOTOGRAFIAS 52 e 53). Enquanto, o T.B.5 – 1 é um vestígio de parede (FOTOGRAFIAS 50 e 51). Ambos possuem uma pasta homogênea que aparenta ter sido previamente preparada com limpeza, e há adição de antiplásticos nesses dois fragmentos, apresentando grãos de quartzo de tamanho grande, em formatos angular, com uma concentração média, correspondentes à porcentagem I na tabela do Rice (1987). Tais características indicam que esses antiplásticos foram adicionados durante o processo de preparo da pasta. Dos fragmentos identificados enquanto provenientes de uma técnica de manufatura em torno mecânico, apenas um foi passível de reconstrução em relação a sua forma, que consiste em uma vasilha grande. Ambos os tratamentos de superfície são em alisamentos finos e a queima em ocre. As peças não estão erodidas e seu englobo são vermelho em ambas as faces. Os dois fragmentos apresentam estrias de alisamento. O fragmento de borda (T.B.5 – 3) é introvertido e possui uma espessura de 2,1 cm. Ambos os fragmentos não possuem decoração. A coloração desses dois fragmentos é marrom.

Os outros dois T.B.5 – 2 e T.B.5 – 4, são feitos a partir da tecnologia acordelada, a partir da sobreposição de roletes, um é fragmento de borda (T.B.5 – 2) e o outro de parede (T.B.5 – 4). Ambos possuem uma pasta homogênea, de coloração marrom, que aparenta não ter sido preparada previamente, apresentando grãos de quartzo, limonita, feldespato e mica em formatos redondos e muito pequenos, com uma concentração media, correspondente à porcentagem G na tabela do Rice (1987). Essas características indicam que esses antiplásticos estavam presentes nas argilas – e não foram adicionados durante o processo produtivo. Ambos os fragmentos possuem tratamentos de superfície alisados em suas partes internas e externas, contendo estrias de alisamentos também em ambos os lados, o englobo é vermelho em ambas as faces e sua queima é em ocre, os fragmentos não estão erodidos. O fragmento (T.B.5 – 2) é uma borda extrovertida inclinada externamente de espessura normal/direta. A espessura do fragmento é 0,5 mm e não possui decoração, com exceção da pintura em vermelho em seu lábio em sua face externa.

Fotografias: 50 e 51. Respectivamente face externa e interna da peça T.B.5 – 1.vestigio de cerâmica de parede feita em torno. Autoria própria

Fotografias: 52 e 53. Respectivamente face externa e interna da peça T.B.5 –3. Borda cerâmica feita em torno. Autoria própria.

Fotografias: 54 e 55. Respectivamente face externa e interna da peça T.B.5 –3. Borda cerâmica por acordelamento, com pintura em vermelho em seu lábio na face externa. Autoria própria

Fotografias: 56 e 57. Respectivamente face externa e interna da peça T.B.5 – 5. Fragmento cerâmico de parede, produzido por acordelamento. Cerâmica utilitária. Autoria própria.

3.2 Discussão geral da analise

Como vimos no decorrer do capítulo, os materiais arqueológicos analisados nos quatro sítios aqui estudados - Porto 1, Porto 2, Lugar do Caboclo Badú e Sitio da Jaqueira - fornecem importantes informações sobre o cotidiano dos antigos anciões Tupinambá que outrora residiam nessas localidades entre os séculos XIX e XX. Os artefatos encontrados não apenas corroboram com a tradição oral dessa população, que situa suas memórias e experiências nessas terras, sobre esses antigos anciões, mas também revelam aspectos cruciais da vida cotidiana e das práticas culturais dos Tupinambá nos séculos aqui em foco. A diversidade desses materiais, que vão desde de cerâmicas históricas até materiais metálicos, são testemunhos tangíveis dos modos de resistência e vida cotidiana adotada por essas pessoas no passado, cada fragmento é uma janela para o passado, permitindo-nos vislumbrar a complexidade e a riqueza dessa sociedade. A preservação desses materiais e a continuidade das pesquisas arqueológicas são fundamentais não apenas para a compreensão histórica, mas também para o fortalecimento da identidade e da memória coletiva dos Tupinambá de Belmonte, garantindo-lhes acesso as histórias de seus antepassados, e consequentemente a suas próprias histórias e legados atuais, bem como garante acesso para as gerações futuras a esse passado

Diante disso, a frequência dos materiais históricos nos sítios associados ao passado recente (XIX - XX) dos Tupinambá de Belmonte conduziu, até o momento, a dois questionamentos sobre os significados desses materiais para essa população que os incorporava e os interpreta como prova material do processo colonial que foram inseridos. Em primeiro lugar, perceber como pode ser pensada a relação entre esses materiais e o processo colonial durante o período proposto, e, em segundo lugar, sobre quais aspectos esse processo operou na reordenação social e territorial, bem como como esse processo pode ser percebido atualmente. Mas também levantaram as possibilidades desses sítios terem sido ocupados simultaneamente e utilizados para diferentes funções. Na trama cotidiana desses antigos indígenas que ali residiam, esses espaços eram utilizados e ressignificados de acordo com suas necessidades cotidianas, servindo, antes de tudo, como local seguro para seu resguardo e segurança no períodos marcados por grandes perdas territoriais e pela desfragmentação de sua forma tradicional de ocupação de espaços comunitários como uma aldeia onde coabitavam diferentes famílias. Conferido à lagoa um aspecto que transcende a mera captação de recursos, mas de importante local de refúgio para sua sobrevivência cultural e identitária, corroborando diretamente com as narrativas orais tecidas atualmente pelos anciãos mais velhos. Estes ainda retém memórias desses tempos, seja por terem convivido contemporaneamente com alguns dos

antigos anciões desse período, como nos casos da Maria Buiú e do Caboclo Badú, ou até mesmo por terem lembranças dessas histórias por meio das memórias de seus pais. Demonstrando, assim, uma possível genealogia histórica transmitida de geração para geração, mobilizadas pelo profundo elo com seu território pelo seus únicos e próprios modos de vida.

CAPÍTULO 4
O Passado no Presente

> "Mas quem controla o passado agora, controla o futuro. Quem controla o presente agora, controla o passado, quem controla o futuro agora?" – Testify, Rage Against The Machine, 11/11/2002

A separação temporal entre passado e presente perpetuada ao longo de décadas na grande maioria dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em terras indígenas nacionais recebeu diversas críticas ao longo das últimas duas décadas. Críticas voltadas ao seu caráter excludente e objetificador de populações historicamente marginalizadas e postas em segundo plano em nossas construções de narrativas históricas. Cenário ideal para que no cerne da disciplina emergissem fortes críticas ao colonialismo, sexismo e eurocentrismo que desde o século XIX direcionam a construção de conhecimento arqueológico (SILVA, 2019). A junção dessas críticas com os pressupostos pós-processualistas, e a adoção de perspectivas decoloniais sobre como lemos, interpretamos e 'construímos' o passado abriu caminhos para construções históricas. Nos possibilitando, consequentemente, novas abordagens interpretativas e analíticas sobre como devemos situar nosso pensar a respeito de outras formas de se entender o tempo, a cultura e materialidade de maneira mais diversificada, se quisermos construir narrativas históricas mais inclusivas e politicamente engajadas a respeito das populações indígenas com quem trabalhamos. Demonstrando a emergência de adotarmos perspectivas (auto)reflexivas a respeito do modo que pensamos e "fazemos arqueologia", em nossa busca por uma construção de conhecimento mais igualitária e politicamente engajada (SILVA, 2019, SILLIMAN, 2012, 2019). Desse modo, ao iniciarmos esse capítulo, deixamos claro nosso objetivo de atuar politicamente por um ativismo arqueológico através das interpretações de vestígios, lugares e narrativas tecidas sobre o passado recente dos Tupinambá de Belmonte.

As críticas e mudanças teóricas e metodológicas desencadeadas no âmago da disciplina continuam em um momento embrionário, mas já demonstram resultados positivos, e, cada vez mais, trabalhos colaborativos surgem como um caminho para inclusão de visões históricas anteriormente negligenciadas na construção de conhecimento arqueológico em âmbito nacional. Essas novas formas de fazer arqueologia, além de proporcionarem o devido destaque a essas populações, nos permitem outro entendimento sobre a história do mundo em que vivemos atualmente e sobre como a nossa realidade atual foi consolidada a base de sangue,

perdas territoriais e direitos por parte das populações nativas. Mas, principalmente, tem o poder de nos revelar a faceta de resistência ativa dessas comunidades, anteriormente soterrada pela historiografia oficial. Essa narrativa oficial relega às comunidades indígenas um papel de vítimas passivas de sua própria história, desconsiderado suas complexidades e vivências no mundo colonial, as agrupando em categorias simplórias, como "índios misturados", "aculturados" "culturalmente assimilados", ou até falsos indígenas. Categorias que serviram de mecanismo político para moer e apagar histórias culturais únicas que merecem devida atenção na construção de conhecimento arqueológico (GONZALEZ, 2014, ATALAY, 2019, SILLIMAN, 2009, 2010, 2019).

Essa mudança de perspectiva não apenas reconhece o silenciamento histórico perpetuado por vieses teóricos arqueológicos, mas também nos instiga a reavaliar nossos paradigmas e entendimentos sobre a história, tempo, materialidade e memória. Esse processo permite o reconhecimento de narrativas indígenas como fundamentais para uma compreensão mais abrangente e verdadeira do passado e do presente. Primordialmente, devemos aceitar nosso papel de agentes políticos e nos responsabilizar pelas histórias que escolhemos contar. Com isso, surge o questionamento: nosso objetivo é chancelar diversos discursos acríticos e homogeneizados que apenas tentam apagar uma história de resistência que escolhemos não ver? Ao nosso ver, devemos buscar ser cada vez mais sensíveis em nossas impressões sobre esses passados e histórias que possuem o poder de enriquecer e inspirar a busca por uma construção de conhecimento mais ética, colaborativa e inclusiva (SILVA, 2012, 2019, GARCIA, 2018,2019, 2020).

Neste contexto, este capítulo tem o objetivo de adentrar no cerne dos resultados da análise dos materiais arqueológicos provenientes de quatro sítios do passado recente dos Tupinambá de Belmonte. Nosso propósito essencial é situar nosso pensamento no âmbito da história indígena do passado recente dos Tupinambá de Belmonte entre os séculos XIX e XX, e explicitar como os vestígios analisados se situam nesse contexto histórico, demonstrado estratégias e mecanismos de resistência adotados para sobrevivência física e cultural, frente às pressões exercidas pelo Estado, fazendeiros e ao próprio avanço do modo de vida capitalista homogeneizante. Acima de tudo, nosso propósito é demonstrar o elo entre o passado e o presente feito pelos Tupinambá atuais com e através desses sítios e vestígios.

Destacamos a resistência, o valor da memória coletiva e a identidade dessa comunidade frente às narrativas historiográficas dominantes, que por vezes negam, invisibilizam e tentam silenciar sua presença e importância histórica na região do sul da Bahia. Ao explorar os vestígios materiais e os significados culturais presentes nesses sítios, visamos trazer à luz uma

história alternativa, uma narrativa indígena que se contrapõe à história oficial e que resgata a dignidade e a resiliência dessa população. Dessa forma, buscamos, assim como o Silliman (2019), situar nosso pensamento sobre o tempo e materiais arqueológicos no contexto daqueles que o viveram, mas principalmente situar os Tupinambá atuais em sua própria e única história de resistência, nosso objetivo é demonstrar como essas pessoas do passado (antigos anciões) e do presente sabiam e sabem mobilizar histórias de curta, média e longa duração como mecanismos de fortalecimento identitário para enfrentar os seus desafios contemporâneos. Demonstrando, assim, que o passado não é desassociado do presente, mas sim uma poderosa fonte de conhecimento e resiliência que ecoa através das gerações, que as mobilizam através de sua tradição oral. Ao reconhecer e valorizar as narrativas e práticas dos antigos anciões, estamos construindo uma ponte entre tempos distintos, enriquecendo nosso entendimento do mundo e fortalecendo os laços de identidade e pertencimento da comunidade Tupinambá contemporânea.

Ao nos dedicarmos à discussão dos resultados obtidos da análise dos materiais arqueológicos, é crucial considerarmos a relevância de estarmos atentos às escalas temporais e suas influências nessa construção de narrativa histórica. Na construção historiográfica do sul baiano, muitos estudos sobre populações indígenas os colocam em um local de meros espectadores, reduzindo sua história à perda de elementos culturais como línguas, costumes e saberes tradicionais. Além disso, esses estudos frequentemente focam em aspectos econômicos e suas variações ao longo do processo colonial, negligenciando a complexidade das experiências indígenas ao longo do tempo e as estratégias de resistência ativa que caracterizam e influenciam diretamente a própria história da região. Ou seja, se utilizam de uma linha temporal, muitas vezes manipulada, para enquadrar os povos indígenas da região em uma narrativa estática de perda e passividade, ignorando sua capacidade de resistência e reinvenção ao longo dos séculos (SILLIMAN, 2019).

Portanto, aqui nos propomos a dar uma forma alternativa para futuras interpretações e utilizações de escalas temporais na construção do conhecimento arqueológico no contexto sul baiano. Visamos, então, ampliar nossa compreensão temporal de maneira diversa e multivocal. Silliman (2019) nos diz que não existe uma escala temporal única ou mais adequada para todos os contextos coloniais, pois cada comunidade indígena tem sua própria forma de tecer histórias e memórias de curto, médio e longo prazo. O autor propõe que, em vez de tentar unificar essas escalas, é fundamental requilibrá-las para refletir as vivências e experiências das pessoas que as protagonizaram e mantiveram viva sua memória.

4.1. O Passado Recente na T.I Tupinambá de Belmonte: O passado é o agora!

Agora que debatemos sobre a importância das escalas temporais e das narrativas indígenas na construção do conhecimento arqueológico, podemos adentrar na análise do passado recente dos Tupinambá de Belmonte. Como já bem debatido, a perspectiva dos Tupinambá sobre essa história difere significativamente da narrativa oficial apresentada pela historiografia tradicional. Ao explorarmos os relatos dos indígenas mais velhos e suas memórias transmitidas aos mais novos sobre os antigos anciões que residiam nos quatro sítios e a análise dos materiais arqueológicos, percebemos uma visão mais rica e diversa sobre os eventos e transformações ocorridas ao longo do tempo. Essas narrativas não apenas oferecem uma perspectiva interna e autêntica, mas também revelam estratégias de resistência, adaptação e resiliência que muitas vezes são omitidas ou distorcidas na história convencional.

Garcia (2018) nos diz que "As histórias do contato e do colonialismo são inseparáveis da formação territorial e das reivindicações feitas pelos indígenas do sul da Bahia" (GARCIA,2017, p.12). O elo primordial com a terra transcende aspectos físicos e permeia todas as experiências vividas por essa população, seja no passado ou presente, alicerçando suas histórias de vida ao longo de todo o contexto colonial sul baiano. Seu modo próprio e único de organização social, utilização da terra e mobilização de memórias criam um cenário ideal para demonstrar como os vestígios arqueológicos são muito mais que vestígios de uma suposta adesão acrítica e passiva de um modo de vida capitalista homogeneizante e destruidor de pluralidades. Visão representada pelos discursos políticos de fazendeiros e de alguns pesquisadores ao os conceituarem como "índios misturados" ou como não legítimos. Esses sítios, lugares e vestígios são, antes de tudo, materializações de histórias de resistência e luta, servindo assim, como ponte para avançar cada vez mais em sua própria história de maneira múltipla, internamente coerente, independentemente das sucessivas tentativas de apagamento histórico na região.

Como exemplifica a Cacique Cátia em uma palestra para o MAE no dia 17/03/2022, ao falar sobre a importância da urna e do projeto desenvolvido pela Prof. Dr.ª Lorena Garcia, desenvolvido junto à comunidade:

> "Hoje ou a partir daquele achado, a situação mudou. Mudou com o sonho narrado pela Índia, mudou com a condução do processo, de uma forma totalmente nova, valorizando cada dia mais a narrativa Tupinambá, valorizando a construção da história. Unir o passado ao nosso presente. Então, não tem mais o limite. Bom, a gente só consegue até aqui. Não, nós conseguimos até onde for possível, porque as crianças

> hoje falam da urna de outra forma que falam os adultos. Os anciões falam de outra forma que falam os adultos mais novos, mas todos falam do nosso passado, de uma forma bem presente. Essa é a mudança talvez mais importante entre os Tupinambá a partir do achado. São as mudanças atuais na fala de cada um, na fala do estudante de 10 anos, na fala do estudante de 14 anos" (Cacique Cátia, 2022, MAE, minuto 19:34).

Os Tupinambá de Belmonte nunca deixaram de existir. Do século XVI aos nossos dias, estabeleceram distintas formas de resistência e interação política, econômica, religiosa e social com diferentes agentes sociais e étnicos para enfrentar e resistir às mais diversas situações de extrema violência e silenciamento. Guerras, acordos de paz, conversões religiosas, alianças, roubos, conflitos armados e silenciosos, recursos jurídicos, negociações, deslocamentos forçados, fugas, apropriações crítica e consciente de novos códigos culturais e políticos para rearticulações culturais, sociais e identitárias como formas estratégicas de resistência.

Cancela (2012) destaca a importância crucial atribuída aos indígenas pela coroa portuguesa desde os primeiros momentos da colonização no sul da Bahia, visando o povoamento e a manutenção territorial da capitania. Esse reconhecimento e envolvimento das populações locais foram fundamentais para o desenvolvimento e êxito do empreendimento colonial, resultando em interações complexas que moldaram a percepção histórica sobre essas comunidades na região sul-baiana (CANCELA, 2012, p. 160).

Essa perspectiva inicial da coroa portuguesa demonstra como a inserção e o reconhecimento dos indígenas foram, desde o princípio, considerados elementos essenciais para o sucesso do projeto colonial no sul da Bahia, evidenciando a importância histórica dessas comunidades na região, tornando evidente a grande falha da historiografia oficial ao minimizar a importância indígena para um entendimento mais complexo e ético da história da região.

Como vimos, para os Tupinambá de Belmonte, a forte ligação com a terra orienta 'a vida e o modo de ser', demonstrando a influência danosa da intrusão de não indígenas em suas terras e a impossibilidade de autonomia plena sobre esse território. Os sítios arqueológicos históricos do passado recente e suas materialidades, situadas ao longo do território reivindicado junto às forças estatais, materializam e comprovam a presença das antigas famílias indígenas que viveram e resistiram nesse território nos séculos XIX e XX, período que a historiografia narra categoricamente como o momento de extinção de indivíduos indígenas no Nordeste Brasileiro. Essa narrativa historicamente construída deixa um vácuo temporal obscuro sem seu devido aprofundamento, corroborando veladamente com a exclusão e o silenciamento das perspectivas e vivências dos Tupinambá de Belmonte durante esse processo. Com isso, o estudo arqueológico colaborativo dos sítios históricos desempenham um papel fundamental como

contraponto histórico. As interpretações e a inclusão do ponto de vista dos Tupinambá sobre as materialidades e lugares aqui estudados não só enriquecem a compreensão histórica da região, mas também preenchem lacunas, revelam nuances e narrativas antes negligenciadas. Essas contribuições arqueológicas são de extrema importância para compreendermos como essas dinâmicas se enraizaram e atuam em nossos entendimentos contemporâneos das relações de poder, inclusão e exclusão de diferentes visões sobre o passado (GARCIA, 2018).

Diferentemente do que narra a historiografia oficial, os resultados obtidos na análise provenientes dos sítios arqueológicos Porto 1, Porto 2, Lugar do Caboclo Badú e Jaqueira demonstram que os Tupinambá de Belmonte permaneceram no território ao longo de longas décadas. Funcionando como ponte entre os antigos anciões que outrora escreveram suas histórias de vida nesses locais e a comunidade atual, atravessando o tempo e fazendo do passado o presente, como ilustra a fala da Cacique Cátia:

> "Os conflitos seguem, mas estamos fortalecidos pela nossa ancestralidade. Nós estamos orgulhosos com força que nós não sabíamos que existia dentro de nós. E que esse encontro foi fundamental para fazer essa força brotar novamente. É a força Tupinambá. Brotar e resistir. Os conflitos nos dias de hoje são terríveis. São conflitos que parentes sumiram. Tenho um enteado sumido, meu filho sofreu um acidente. Vivo sob proteção, tenho a minha viagem, os meus deslocamentos, todos acompanhados pela polícia militar, mas isso é consequência do conflito em que vivemos. Mas a força Tupinambá, a força da nossa ancestralidade, ela se faz mais presente do que nunca. Então, o passado no presente do Tupinambá. Essa é, quer dizer, a nossa história mais presente, mais viva na nossa memória. É o nosso passado. O nosso passado é muito rico, contado de várias formas e continua sendo contado de várias unidades. Como eu disse antes, pelas crianças, pelos jovens, pelos anciões, hoje contado de várias maneiras, mas de uma maneira atual. E nós não íamos conseguir jamais falar do nosso passado de uma forma tão presente, vivida por nós, não só na memória, mas vivida nos dias atuais" (Cacique Cátia, MAE, 2022, minuto 28:43)

A T.I Tupinambá de Belmonte, situada na região atualmente reconhecida como "Território de Identidade Costa do Descobrimento" faz parte de um cenário secular de contatos interétnicos forçados entre diversos coletivos indígenas e agentes coloniais. Criando um cenário consolidado de conflitos sangrentos que se estendem até os dias, fazendo assim, o passado ainda presente nas histórias de vida e luta enfrentadas atualmente pelos Tupinambá de Belmonte. A historiografia oficial narra esse cenário historicamente construído de maneira sombria, destacando os conflitos violentos, as perdas progressivas de terra por parte dos Tupinambá e a

consequente marginalização dessa comunidade no cenário regional, mas desconsidera a agência indígena.

Para falar sobre os Tupinambá de Belmonte a partir de uma arqueologia do passado recente, se faz necessário um recorte temporal. Com isso, voltaremos nossos esforços para esse período, mas deixamos claro que essa história é muito mais profunda do que um simples registro ou recorte temporal. Ela se entrelaça com a resistência, o valor da memória coletiva e a identidade dessa comunidade frente às narrativas historiográficas dominantes que por vezes negam, invisibilizam e tentam silenciar sua presença e importância histórica na região do sul da Bahia.

Os séculos XIX e XX são um período extremamente crítico para os Tupinambá de Belmonte, período marcado inicialmente pelas leis de terras de 1850 (Lei nº 601/1850). Essas leis dizem respeito a um conjunto legislações implantadas em território nacional, promulgadas visando dilatação territorial e agrícola. Estabelecendo novas regras para aquisição de terras vistas como improdutivas e introduzindo os conceitos de "terras devolutas" e "título de domínio". As terras devolutas são aquelas consideradas pelo Estado à época como terras públicas ou territórios tradicionais de populações nativas, ou que não possuíam um título claro de propriedade. Já o título de domínio se relaciona à regularização dessas terras devolutas, os indivíduos que ocuparam essas áreas poderiam recorrer ao poder estatal a título de domínio através da compra ou concessão de terras, desde que os critérios estabelecidos pela lei fossem cumpridos. Essas leis tiveram um papel essencial na distribuição territorial do Brasil e influenciaram diretamente o crescimento de grandes fazendas e a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários, gerando conflitos e disputas territoriais entre indígenas e fazendeiros no sul da Bahia, moldando profundamente a geografia e economia do estado. Isso levou ao deslocamento forçado, perda de identidade cultural e marginalização das comunidades indígenas no sul da Bahia, impactando negativamente sua história, cultura e direitos territoriais (ALACRON, 2013).

Na bibliografia especializada, esse momento foi posteriormente conhecido como o segundo processo de desterritorialização, no qual as comunidades indígenas do nordeste, assim como os Tupinambá de Belmonte, foram submetidas. O primeiro processo ocorreu no século XVII, com a implantação das missões religiosas e a política pombalina de mistura de raças (OLIVEIRA, 2016). Mas nosso foco é no segundo processo, e de que forma isso impactou negativamente os Tupinambá de Belmonte. Esse processo de desterritorialização influenciou drasticamente e abriu caminhos para presença cada vez mais incisiva de fazendeiros e grandes fazendas durante o processo de interiorização do cacau, conforme chancelado pela própria

agência indigenista da época, que, assim como o Estado na totalidade, incentivava e dava benefícios para colonos estrangeiros que viessem a residir em terras sul-baianas, numa tentativa de tornar as terras economicamente produtivas e inseridas na economia nacional (ALARCON, 2012, GARCIA, 2018). Esse processo teve seu apogeu entre as décadas de 1940 e 1950, momento em que a cacauicultura era de grande importância para a economia baiana. Desencadeando conflitos e uma alta taxa de mortalidade entre os indígenas. Consequentemente, os Tupinambá perderam cada vez mais terras e passaram a ser vistos como 'invisíveis' e não autênticos aos olhos do Estado, intensificando ainda mais sua marginalização, desqualificação de suas identidades, e a perdas progressivas de territórios, o que culminou na interiorização dos Tupinambás em áreas de mata em busca de refúgio (ALARCON, 2013, GARCIA, 2018, 2019). Mas essa estratégia de refúgio é entendida por eles não como um simples abandono de suas terras e identidades, mas sim como uma estratégia de permanência, até que uma conjuntura que os favorecessem surgisse, e possibilitasse o levante Tupinambá seguido pela recuperação de suas terras.

Segundo Alarcon (2013), esse momento de expulsão deixou marcas nas memórias dos mais velhos, que se viram impossibilitados de manter seu modo de vida, perdendo acesso às suas roças e a autonomia plena de seu território. A autora ainda destaca que esse momento crítico é entendido pelo Tupinambá como o momento de adoecimento da terra, "quando os bichos, as gentes, os Encantados e outras classes de seres recuaram, alguns desapareceram. Ainda hoje a terra estaria em recuperação" (ALARCON 2013, p.101 apud GARCIA, 2018, p.11).

Garcia (2018) aponta que esse adoecimento da terra coincide com a penetração cada vez mais incisiva dos não-índios no século XX. Nesse século, os Tupinambá se viram impossibilitados de estabelecer novas casas, perderam o acesso ao rio e suas roças, impossibilitando assim a revitalização do seu modo de vida associada ao abandono cíclico de espaços e cultivo de roças, visto que a mobilidade ao longo de suas terras, segundo Garcia (2018), atua como elo primordial para a reprodução do modo de vida das famílias indígenas que viveram no passado e vivem atualmente na Serra do Padeiro. Garcia (2018) destaca, ao conversar com a Cacique Cátia, sobre esse período:

> "Nesse processo, [os tupinambá] se dispersaram, 'perderam a conexão com o passado' [...] Nas palavras da Cacique, manter essa conexão é de certa forma 'fazer arqueologia', o que para ela pressupõe estar no território e nos lugares onde reside o conhecimento dos antigos." (GARCIA, 2019, p.9)

Diferentemente do que defende abordagem arqueológica positivista e funcionalista, que tende a simplificar a relação entre materialidade e questões subjetivas, a memória é intrinsecamente complexa, e entrelaça objetos, emoções, lugares e reflexões existenciais. Esse emaranhado revela as múltiplas camadas das histórias de vida e confere um sentido contemporâneo às pessoas que as carregam, e a partir delas tece narrativas históricas que rivalizam muitas vezes com a história oficial e tornam o passado uma presença viva no presente. Nesse contexto, a arqueologia do passado recente demonstra seu poder emancipador ao dar visibilidade aos questionamentos sobre como as materialidades, memórias e histórias de vida se entrelaçam e influenciam nas vivências cotidianas das pessoas (BUCHLI e LUCAS, 2001). Revelando-se uma abordagem com poder de não apenas lançar luz sobre aspectos muitas vezes negligenciados da experiência humana, mas também exemplifica o elo quase paradoxal entre passado, presente e futuro, destacando a complexa interconexão temporal que a arqueologia do passado recente pode nos fornece, os mecanismos para acessá-las, por meio de suas materialidades carregadas de significados emocionais, simbólicos e sociais, mas também estabelecendo uma ponte entre os legados ancestrais e as memórias vivenciadas nas histórias de vida contemporânea, criando assim coesão e noções de pertencimento, não apenas com a terra, mas também entre indivíduos, mesmo que temporalmente separados.

Nosso foco a partir daqui é demonstrar o poder dessa relação indissociável entre memória, objetos e emoções**,** que permeiam as histórias de vida dos indígenas do passado e presente, contidos nos vestígios arqueológicos dos sítios históricos: Porto 1, Porto 2, Lugar do Caboclo e Jaqueira. Esses materiais e lugares revelam-se não apenas como artefatos materiais e (re)significações na paisagem dos sítios, mas também como traços de memórias coletivas e individuais que refletem experiências existenciais e vínculos emocionais significativos, desenvolvidos no passado e no presente, se contrapondo as supostas crises de identidade. Ao reconectar o passado ao presente, por meio dos vestígios arqueológicos do passado, eles moldam seu presente, (re)significam esse passado de luta e preservam e inspiram legados para as futuras gerações de Tupinambá.

A análise dos sítios arqueológicos do passado recente circunscritos em suas materialidades evidenciam e corroboram com a tradição oral dessa população, que narra suas histórias e interpretações sobre o tempo em foram expulsas de suas terras e se viram impossibilitados de exercerem plena autonomia sobre elas, afetando assim seu modo de reprodução cultural. Entretanto, na conjuntura da constituinte de 1988, abre-se o cenário ideal para retomada de suas terras, e se inicia o processo de resgate não apenas territorial, mas principalmente identitário, favorecido internamente pelo elo entre a memória de seus ancestrais

que residiam e resistiram no território entre os séculos XIX e XX. Demonstrando que, embora as tentativas de expulsão e etnocídio cultural, esses antigos anciões foram ativos e utilizaram da estratégia de adentrar e se resguardar em áreas de mata fechadas nas proximidades da Lagoa Timiquim. A análise desses espaços (sítios históricos) e suas materialidades demonstram que o recuo para esses locais foi estratégico, e especialmente dão lugar de destaque à Lagoa Timiquim como um lugar de extrema importância histórica tanto no passado quanto no presente. As localizações ao redor e nas proximidades da Lagoa Timiquim dos oito sítios históricos referentes ao passado recente dessa população e a análise material dos quatro sítios aqui analisados apontam não apenas para a presença desses antigos anciões no território, mas demonstram a acomodação estratégica nesse local como uma possível área de refúgio, onde essas famílias de antigos antepassados viveram e resistiram ao longo de décadas, comprovada pelos materiais arqueológicos que demonstram claramente a relação íntima dessas antigas famílias com a área. É justamente essa forte ligação com a terra, estabelecida no passado e transportada ao presente por meio das memórias desses lugares, que dão sentido à retomada desses locais atualmente. Essas famílias retomam a terra justamente porque possuem memória desses lugares, e do ponto de vista da experiência arqueológica tudo que se observa ao visitar esses lugares e materiais, materializam justamente essa narrativa histórica indígena, que foi inviabilizada frente a história oficial, e seu discurso de não existência indígena naquela região.

Com isso, retomamos o apontamento feito por Silliman (2019) ao nos dizer que antes de enxergar apenas o suposto viés assimilacionista imposto pelos agentes coloniais, aqui representado pelo discurso de fazendeiros e da historiografia oficial de não existência indígena nessas áreas, devemos olhar para esses sítios arqueológicos como provas irrefutáveis de resistência e persistência.

As estratégias de pesquisa e análise colaborativa nos permitiram evidenciar ao menos 9 sítios arqueológicos, incluindo o sítio Aldeia Patiburi onde se situa a urna funerária que deu início ao projeto. Mas nosso foco aqui são nos sítios do passado recente cronologicamente situados entre os séculos XIX e XX. Foram evidenciados ao menos oito sítios históricos situados nesse período, nosso foco principal são os quatro onde a visita e coleta de materiais arqueológicos foram possíveis. Essa seleção não menospreza a importância dos demais sítios, mas sim os contextualiza dentro de nossa interpretação geral. A análise dos quatro sítios analisados desse período até o momento nos permite acessar importantes informações de práticas culturais dos Tupinambá de Belmonte que residiam nesses locais e nas proximidades da Lagoa Timiquim nos séculos XIX e XX e exemplifica o esforço para sobreviverem e resistirem às diversas pressões exercida no contexto colonial sul baiano.

Até o momento, a pesquisa arqueológica na T.I. Tupinambá de Belmonte em seus sítios históricos centrou-se em quatro sítios ligados ao passado recente dessa população abrangendo o período de meados do início do século XIX e ao longo do século XX. Inicialmente esse estudo se focou apenas nos sítios: Porto 1, Porto 2, Lugar do Caboclo, Badú e Jaqueira. Entretanto, estes são apenas os que foram possíveis a coleta de materiais, pois na T.I. existem outros sítios que aparentemente compõem esse mesmo contexto temporal, sendo eles: Lugar de Maria Buiú, Lugar dos Peba, Lugar dos Machado, Pedra do Caboclo, Lagoa Timiquim e Lagoa da Pedra. Os sítios aqui analisados indicam ao menos um século e meio de ocupação contínua da área em foco por essas antigas famílias. As restrições impostas por fazendeiros que impossibilitaram a visita e coleta de materiais nos demais sítios situados nesse contexto nos impede qualquer elaboração de detalhes mais profundos. Como podemos ver na imagem retirada do relatório de campo de Garcia (2018), todos os sítios que dizem respeito ao passado recente dessa população tem suas localizações ao redor da Lagoa Timiquim. Como veremos mais à frente, essas ocupações nesses locais nos levam a crer que as escolhas desses locais foram feitas de maneira consciente e indicam a utilização da área como uma possível área de refúgio.

4.1.2. O Sítio Lugar do Caboclo Badú e o elo identitário que perpassa gerações

O sítio histórico Lugar do Caboclo Badú ocupa um lugar privilegiado na tradição oral dessa população, tido internamente pela própria comunidade como um importante capítulo que merece atenção e destaque para a recuperação de sua própria história enquanto comunidade. Esse sítio nos oferece não evidências materiais significativas que nos permitem elaborar a hipótese de uma ocupação contínua, que recua desde a primeira metade do século XIX até pelo menos as últimas décadas da primeira metade do século XX, podendo transcender essa temporalidade e se alongar até a segunda metade do XX. Ou seja, aqui sugerimos a possibilidade de que esse espaço tivesse sido ocupado de maneira contínua por pelo menos 100 anos, antes da destruição da habitação e soterramento desse espaço com um trator, para apagar todo e qualquer vestígio que possibilitasse a identificação da existência desse espaço (Garcia, comunicação pessoal).

Desse modo, o sítio Lugar do Caboclo Badú se ergue como uma possível janela para o passado recente dessa comunidade, podendo servir como materialização identitária de suas raízes com o território e como fonte de comprovação das narrativas orais tecidas atualmente sobre esse antigo ancião. Sua importância transcende a mera catalogação de artefatos, sendo percebida como um palimpsesto vivo que revela as dinâmicas sociais, econômicas e culturais

desse período crucial para a identidade Tupinambá. O sítio é o que dispõe da maior quantidade e variedade de materiais arqueológicos analisados nesse trabalho. Sendo sua coleção representada por 74 fragmentos diversificados: materiais vítreos, cerâmicos, metálicos, louças e materiais construtivos de pisos.

Os materiais vítreos situam a ocupação desse local a primeira metade do século XIX, onde é possível identificarmos uma garrafa vítrea feita a partir técnicas de produção manual de sopro livre em molde duplo, seu gargalo foi finalizado com a técnica manual Tooled Finish, e a morfologia da peça possui uma série de imperfeições, tais qual bolhas e estrias de sopro dispostas de maneira irregular por toda sua extremidade nos sentidos verticais e horizontais. Devido ao seu grau de fragmentação não podemos inferir com certeza sua datação, mas a datamos relativamente entre as décadas de 40 e 80 do século XIX. Outra garrafa que merece atenção é a evidência no ponto três de abertura da leira, onde foi possível identificar 23 fragmentos de uma mesma garrafa produzida na cor aqua, datada relativamente como sendo produzida a partir da segunda metade do século XIX. O importante aqui não é debater termos técnicos dessa peça, mas sim o fato da análise indicar que talvez esta seja uma garrafa produzida em território nacional, já que durante seu processo de remontagem foi possível identificar um padrão de escrita na horizontal onde alguns fragmentos possibilitam o entendimento que se trate da frase “Rio de janeiro”, embora para tal afirmação seja necessário uma análise mais aprofundada em bancos de dados que não possuímos acesso no presente momento. Por aqui, deixamos essa possibilidade em aberto para futuras investigações.

Os demais fragmentos de garrafas vítreas analisadas neste sítio são bem distintas entre si, tanto em métodos de fabricação quanto em questões cronológicas, mas devido ao seu nível de fragmentação e às poucas marcas diagnósticas, debateremos esses vestígios em conjunto de maneira breve. Os 12 fragmentos vítreos restantes que compõem essa coleção remetem aparentemente a peças produzidas a partir de tecnologias de confecção semiautomáticas e automáticas. Sua diferenciação é difícil justamente pelo fato já citado no capítulo anterior de que as marcas deixadas por ambas as tecnologias são muito semelhantes e haveria a necessidade das garrafas inteiras para inferência com precisão. Desse modo, nós restringimos a análise de coloração, espessura do fragmento e morfologia, que deixa nítido que se trata de fragmentos datados relativamente entre o último quarto do século XIX e do decorrer do XX, do início da expansão, distribuição e circulação de garrafas de vidro em um nível mais globalizante e mercantilista, onde as garrafas possuem padrões, morfologias e cores que se adequem às exigências e preços de produção em larga escala que impunha certas exigências de padronização para facilitação e distribuição (ZANETTINI e CAMARGO, 2009)

Em contrapartida aos vestígios vítreos que possuímos poucas informações, a não ser as relacionadas aos métodos arqueológicos de análise, os cerâmicos merecem destaque especial. Esse destaque se deve ao fato de internamente na comunidade serem vistos como um importante elo identitário para toda a comunidade, ao guardar memórias e narrativas tecidas oralmente pelos relatos dos mais velhos que destacam que cerâmicas eram produzidas em tempos recentes e eram peças feitas e utilizadas em sua vida cotidiana. Portanto, a análise e datação relativa dos materiais cerâmicos coletados no Lugar do Caboclo Badú é esperada com bastante entusiasmo por toda a comunidade e entendida por eles como importante meio comprovar sua própria história oral. Ou seja, eles enxergam esses materiais como meio de materializar e confirmar no presente o que possuem apenas em memórias. O que confere a esses materiais uma importância que transcende questões arqueológicas.

A análise dos materiais cerâmicos do sítio Lugar do Caboclo Badú foi conduzida em conjunto devido à homogeneização desse material. No total, foram analisados 20 fragmentos maiores que 2 cm, correspondendo a 27% da coleção desse sítio em sua totalidade. A datação relativa dessas matérias a partir da análise os situa cronologicamente no período histórico mais recente, indo ao encontro com as memórias dos Tupinambá sobre a fabricação, uso e circulação de vasos em períodos mais recentes.

Como dito, esses materiais são muito similares, não apresentando grandes decorações plásticas. A grande maioria foi analisada na parte externa e interna (9), ou liso na parte externa (2), entretanto, também foram identificados fragmentos que receberam englobo vermelhos (3) e pinturas externas em preto (6). Três fragmentos estavam muito erodidos, dificultando a visualização de sua superfície. As vasilhas foram confeccionadas por meio da sobreposição de roletes de argila, tecnologia arqueologicamente conhecida como roletada/acordelada.

As argilas utilizadas não parecem terem sido previamente preparadas com limpeza e adição de antiplásticos, todas as peças apresentam grãos de quartzo em tamanhos pequenos e médios em formato angular e sub-angular, a grande maioria conta também com a adição de limonita e mica. Tais informações sugerem que esses antiplásticos estavam presentes na argila e não foram adicionados em seu processo de preparo. Os vestígios apresentam diferentes colorações de pasta, a coloração do núcleo dos vasos é majoritariamente de coloração marrom, entretanto, outras cores se fazem presentes, como preto (6), cinza (2) e bege (1). Essas diferenças de coloração não contradizem a homogeneidade dessas vasilhas, visto que essa variação pode ser um resultado de queimas conduzidas de maneira diversificada.

Dos fragmentos analisados, apenas um diz respeito a um fragmento de borda, que nos possibilitou sua reconstituição, que consiste em uma vasilha grande, com a borda extrovertida

inclinada externamente e direta, seu lábio é arredondado. Não foi possível inferir a função de nenhum dos fragmentos analisados, entretanto, 8 fragmentos apresentam marcas de queima (fuligem) em suas porções externas, e 5 possuem uma espécie de crosta em sua parte interna, muito provavelmente sendo restos de comidas. Essas características indicam que talvez se trate de vasilhas expostas ao fogo durante o processo de preparo de alimentos, ou seja, eram de uso cotidiano.

Como vimos, a análise dos materiais cerâmicos presentes no sítio Lugar do Caboclo Badú são bastantes homogêneos e dizem respeito a fragmentos de vasilhas de uso cotidiano, corroborando assim, com a tradição oral dos Tupinambá citados anteriormente que conta que as cerâmicas eram produzidas e utilizadas em um passado recente. A importância da análise e contextualização temporal desses materiais reside no fato de que estas vasilhas foram produzidas e utilizadas cotidianamente, provavelmente no tempo da memória dos Tupinambá atuais sobre o ancião Badú. Ao reconhecer que estes vestígios são da época do Badú, estamos reconhecendo e registrando mais do que um recorte temporal arqueológico, mas, primordialmente, estamos reconhecendo uma memória coletiva, uma herança identitária que se estende por gerações e geram perguntas, entusiasmos, lembranças dolorosas que nos possibilitam recuperar pedaços fragmentados de uma história de vida ainda presente por meio destes materiais.

As louças recuperadas no Sítio Lugar do Caboclo Badú são poucas em números e retém poucas informações em termos quantitativos, mas nosso foco é nas informações qualitativas e suas datações relativas. Esses materiais serão discutidos em conjunto devido à sua baixa frequência material e ao fato de possuírem cronologias relativas que os situam cronologicamente em períodos mais recentes, entre o início e o final da primeira metade do século XX (1900 – 1950). Quatro dos fragmentos não possuem nenhuma marca de fabricação ou decoração, são vestígios muito fragmentados, de forma que suas análises foram restritas apenas à composição e aderência entre a pasta e o esmalte, função, dimensões dos fragmentos (espessura, altura, largura e largura). A análise desses quatro primeiros fragmentos evidenciou que se tratam de vestígios muito homogêneos em termos técnicos, sendo todas de louças de faiança fina, a aderência entre sua pasta e esmalte não são boas e todas estão muito craqueladas e porosas. Suas morfologias nos permitiram inferir que se tratam de vestígios de um prato, uma chaleira e um pires, todas ligadas ao uso cotidiano de consumo e preparo de alimentos, produzidas ao longo do século XX.

Entretanto, um dos fragmentos de louça identificado como sendo a base de um prato retém informações ligados ao seu fabricante identificado como produzido pela J & G Meakin

(Ltd). Em nossa busca em bibliografias especializadas foi possível inferir que se trata de um selo da coleção “Sun” o que data a peça entre os anos de 1912 e 1933, época em que esse padrão exato, era impresso nas faianças finas de uso utilitário produzidos e distribuídos em larga escala por essa empresa. Desse modo, considerando a cronologia de confecção dessa peça e sua presença no sítio estudado, é seguro dizer que a peça foi introduzida e utilizada neste sítio durante o século XX, corroborando com as datações relativas que compõem a coleção de louças deste sítio.

Os fragmentos de metal e os materiais construtivos foram os que menos nos forneceram informações em suas respectivas análises. Todos se encontram em avançados graus de decomposição e muito erodidos devido às suas próprias questões químicas-físicas que impossibilitam a preservação desse tipo de material De qualquer modo, a análise desse material foi conduzida de maneira diversificada e generalizada, muito mais preocupados com o registro do que propriamente a análise. Entretanto, 3 dos fragmentos, devido à sua morfologia e ao fato de suas superfícies possuírem certos pontos brancos e/ou brilhantes que se assemelham muito a metais esmaltados, podem se tratar de objetos xícaras e cambucás de metal esmaltadas produzidas atualmente. Já o material construtivo diz respeito a dois fragmentos que se assemelham a tijolos coloniais, porém, sua análise indicou que este, na verdade, se trata de um pedaço de piso feito em argila. A partir desses apontamentos, levantamos a hipótese desses materiais terem sido produzidos no decorrer século XIX no caso do fragmento de piso, e ao longo do século XX em relação aos metais, situando a utilização e inserção desses materiais no mesmo período que as louças, cerâmicos, materiais construtivos e alguns dos fragmentos vítreos mais recentes presentes neste sítio.

Essas interpretações, elaboradas a partir dos vestígios analisados no sítio Lugar do Caboclo Badú, nos possibilitam levantar a hipótese de que talvez esse sítio não diga respeito à ocupação apenas desse antigo e importante ancião, mas que talvez se trate de um lugar de ocupação mais antigo onde outros anciões anteriores a ele também residiram e imprimiram suas histórias de vida e luta, transformando esses locais e materialidades. Falamos de anciões e não nos referimos apenas ao ancião Caboclo Badú justamente pelo fato da tradição oral dos Tupinambá situar a época de vivência e ocupação desse espaço no século XX. Conforme Oliveira (2010, p.42), Badú faleceu em 2002, mas os vestígios arqueológicos que recuam a ocupação deste sítio ao início do século XIX.

Como vimos no capítulo anterior, o sítio Lugar do Caboclo Badú é um sítio extremamente importante para essa população, sendo um lugar de demonstração do elo indissociável entre memórias, objetos e lugares. Também vimos que esse sítio sofreu uma

tentativa de apagamento histórico por parte de ações ilegítimas de fazendeiros que tentaram destruir qualquer marca da presença indígena, soterrando sua habitação, roça e quaisquer outras marcas que comprovassem que ali viveram famílias indígenas. Entretanto, essa tentativa de apagamento mexeu emocionalmente com os Tupinambás atuais, que se engajaram e por meio de suas próprias ações e realizaram uma escavação arqueológica ao seu próprio e legítimo modo de se "fazer arqueologia". Com auxílio de trator abriram uma leira que possibilitou a localização desses vestígios antes soterrados e historicamente excluídos.

Segundo a própria Cacique Cátia (2022), fazendeiros agiram incisivamente e conscientemente em uma tentativa de desmantelar a história de ocupação desse espaço na memória coletiva da história da região. Esse cenário impactou negativamente a reprodução do modo de vida tradicional dos Tupinambá, ocasionando em perdas de território cada vez mais acentuadas, geradas por expulsões, desmantelamento e extermínio de famílias. Consequentemente, houve a fragmentação na memória dos próprios indígenas a respeito desses locais e seus antigos anciões, permanecendo apenas vagas lembranças nas memórias dos mais velhos, ao nos falar sobre o interesse de resgate cada vez mais profundo da própria e única história coletiva da comunidade:

> "A gente sempre quis saber mais da nossa história. Então, teve um certo ponto em um certo momento que a partir dos anciões, das famílias mais antigas, que essa memória se tornou um pouco distante. Nós não conseguíamos mais alcançar a memória dos mais velhos, quando falavam do peixe grande da lagoa, quando falavam das caças que já não existe mais. Então, até certo ponto conseguimos acompanhar essa memória de certo ponto, já não conseguíamos mais. Então, se tornou um pouco lenda a história dos mais velhos, antes de 1900, até 1942. E daí, para lá, essa memória se tornou distante. E a gente viu que estávamos perdendo essa ligação." (CACIQUE CÁTIA, MAE, 2022, minuto 3:05)

Desse modo, essa sobreposição temporal contida nas memórias dos indígenas e dos vestígios arqueológicos de modo algum deve servir como mecanismo de distorção histórica. Mas sim direcionar futuras investigações históricas mais profundas e críticas que visem, em colaboração com os Tupinambá, preencher as lacunas nas memórias causadas pelos atos deliberados, ataques e pressões externas que visavam expulsar e desvincular essas pessoas de seus territórios. Mas mais do que uma questão de investigação histórica, é, antes de tudo, uma afirmação da importância de atuarmos ativamente em auxílio na recuperação e preservação das memórias coletivas e individuais dos Tupinambá de Belmonte, valorizando suas construções narrativas, mesmo que fragmentadas aos olhares ocidentalizados, ao almejarmos atuar

politicamente em seu favor na construção de uma compreensão mais completa e inclusiva de suas próprias e única história.

O estudo arqueológico do sítio Caboclo Badú materializa não apenas a presença e resistência contínua de indígenas em um período narrado pela historiografia convencional de modo a deixar subentendido que não existiam indígenas ali, mas também deixa claro a importância de estarmos atentos às formas adotadas pelo Tupinambá em suas mobilizações da memória.

Por fim, esperamos que os resultados, a cronologia relativa e a correlação desses materiais aqui inferida sirvam como fonte de reafirmação de suas memórias, para que estas continuem a ser contadas, contra todas as adversidades.

4.1.3. As margens da Lagoa Timiquim, sítios Porto 1 e Porto 2 e suas correlações

Os Sítios Porto um e dois também se inserem nesse contexto e demonstram a importância da Lagoa Timiquim não apenas como local de desembarque de mercadorias e locomoção, mas principalmente como um local de ocupação escolhido estrategicamente para resistência e persistência. Pôr os possibilitarem tirar desse ambiente as condições necessárias para sobreviver durante os séculos XIX e XX. Assim como o sítio Lugar do Caboclo Badú, mas materialidades desses sítios situam suas ocupações entre os séculos XIX e XX, entretanto, parecem estar mais relacionados a segunda metade do século XIX e principalmente a segunda metade do XX, período indicado por Alarcon (2013) como o período de "adoecimento da terra", e apontado por Garcia (2018) como sendo coincidente a penetração mais incisiva dos não-índios nesse território. Em ambos os sítios foi possível identificar, através da análise dos seus respectivos materiais e de suas localizações de implementação espacial, uma ocupação temporal que comprova a tradição oral dessa população sobre antigos pontos de acesso à Lagoa abertos para que seus antigos anciões pudessem possuir meios de utilizar esse ambiente como fonte de subsistência e resistência frente às pressões externas.

Os sítios arqueológicos Porto 1 e Porto 2 também são locais que possuem lugar privilegiado na tradição oral dos Tupinambá, por exemplificar a importância da Lagoa Timiquim como local de permanência, refúgio e subsistência. Seus materiais arqueológicos foram coletados em superfície e majoritariamente dizem respeito a fragmentos vítreos, embora materiais como cerâmica, louça e grés se façam presentes em menor número. Esses sítios serão discutidos em conjunto devido à análise dos materiais provenientes dos dois sítios apontar cronologias relativas e padrões de modificações e ressignificações aparentemente intencionais

nos materiais analisados, sugerindo a possibilidade de se tratar de locais ocupados contemporaneamente. Essa hipótese pode ser favorecida pelo fato de representarem espaços de ocupação similares em questões de implementação na paisagem, ambos referem-se a ocupações portuárias e possuem suas localizações bem próximas uma da outra, implementados nos limites imersos entre as margens da Lagoa Timiquim e parte terrestre. No sítio porto 1, uma das principais características a se destacar é que não foram localizados vestígios arqueológicos em sua porção terrestre e estes se encontravam submersos. Entretanto, como aponta Garcia (2019), a tradição oral dos Tupinambá fala a respeito da existência de estivas que eram ligadas tanto às áreas de desembarque no Rio Jequitinhonha quanto na Lagoa. Já o sítio Porto 2, similarmente ao anterior, trata-se de um resto de antigo píer de madeira situado às margens da lagoa e, assim como o primeiro, reforça a tradição sobre as existências de estivas ligando as áreas de embarque e desembarque da lagoa. O que o diferencia do primeiro é que seus vestígios arqueológicos foram coletados em superfície em sua porção continental.

O sítio Porto 1 possui uma coleção arqueológica composta por 15 fragmentos, que vão desde materiais vítreos, cerâmicos, louças e até uma base de grés. Os materiais cerâmicos, assim como os analisados no caso do Lugar do Badú, dizem respeito a fragmentos cerâmicos muito homogêneos entre si e possuem características morfológicas, tecnológicas e físicas quase idênticas às identificadas no sítio anterior, o que nos levar a crer que possivelmente também se tratam de vestígios cerâmicos produzidos em um passado histórico mais recente e também corroboram com a tradição oral da comunidade sobre a produção e utilização de cerâmicas em períodos mais recentes. Já a peça de louça foi identificada como sendo produzida entre os anos de 1850 e 1900, datação relativa inferida a partir do padrão de pintura *Sheel Edgd*.

Esse sítio merece atenção devido ao seu caráter único em termos materiais em relação aos seus vestígios vítreos, de maneira geral, possuem garrafas de bebidas diversas em acentuados níveis de fragmentação. A coleção vítrea é diversa em termos de tecnologias de produção aplicadas em suas produções, mesclando tanto tecnologias manuais (em menor escala) quanto tecnologias mais atuais representadas pelas garrafas feitas a partir de máquinas semiautomáticas e automáticas. Mas nosso objetivo aqui não é debater sobre esses assuntos já tratados no capítulo anterior, mas sim demonstrar como esses materiais produzidos e inseridos por um modo de vida ocidentalizado foram apropriados e ressignificados pelos antigos indígenas que se relacionaram e transformaram esses materiais. Nessa coleção vítrea, embora todos os fragmentos chamem atenção, dois se destacam devido à atuação ativa das pessoas do passado que transformaram, ressignificaram e deram outras funções a esses vestígios.

O primeiro caso é relacionado a peça T.B.2 -3, que diz respeito à base de uma garrafa da segunda metade do século XIX, que foi utilizada como base de percussão para um lascamento em vidro. A análise desse material identificou cerca oito retidas feitas de maneira conscientes, que se estendem por toda a extremidade da peça. O importante aqui é não é ressaltarmos técnicas de produção, origem, fabricante e questões ligadas a um padrão de consumo de bens materiais produzidos industrialmente e distribuídos globalmente de maneira acrítica e homogênea, mas sim demonstrar a agência ativa que, paralelamente a essas questões, foram transformadas e ganharam outro sentido servido a época em uma situação hipotética para reprodução de técnicas de lascamento feitos em materiais líticos. Ou seja, ao mesmo tempo que usavam esses materiais ocidentalizados, talvez tentaram replicar na peça práticas e ensinamentos antigos, ou, melhor dizendo, se utilizaram de coisas europeias de maneira nitidamente nativa. Dando a essa peça um significado diferente do qual ela foi preconcebida em seu momento de fabricação. Ao revelarmos essa distinção de entendimento sobre essa materialidade de origem ocidental em confronto à agência ativa e à complexa relação entre os Tupinambá e os objetos industrializados, contribuímos para a descolonização do saber, por representar uma subversão da lógica ocidentalizada, o que demonstra um ato de resistência e um exemplo de hibridização de saberes e materialidades, ganhando outros sentidos internos e únicos.

Agora debateremos sobre dois vestígios que parecem replicar um padrão similar de agência ativa de antigos anciões sobre as materialidades vítreas encontradas ali. Os dois vestígios que nos referimos são o T.B.2 – 7 e o T.B.3 – 1. Ambas as peças dizem respeito a fragmentos ligados a garrafas de vinho do século XIX e possuem características morfológicas e produtivas muito similares, possuindo bases ‘fond piqué’ características de garrafas produzidas manualmente no século XIX.

Nosso objetivo é discutir sobre agência humana inferida nas peças, pois, em ambos os casos, elas foram modificadas posteriormente de maneira que parece indicar um padrão sobre a atuação de ambas. A peça a T.B.3 – 1 possui um repique intencional sobre seu o ‘fond piqué’ aparentemente feito mediante várias batidas com um objeto pontiagudo que deixaram uma série de marcas no local onde deveríamos visualizar a cicatriz do pontel. Paralelamente a isso, a peça T.B.2 – 7 se encontra fragmentada justamente na parte onde deveria estar seu ‘fond piqué’. A análise desse material constatou que essa quebra não foi natural, mas sim intencional. Essas informações analíticas nos levaram a crer que, assim como a peça vítrea com lascamento já debatida, talvez as pessoas que viveram e utilizaram desses vestígios no passado fragmentaram

essas peças no mesmo local de maneira consciente, demonstrando assim um padrão de atuação sobre materialidades muito similares.

Como vimos, esses dois sítios possuem similaridades tanto em termos de ocupação e implementação espacial, quanto de datações relativas de seus materiais que situam a ocupação de ambos entre os séculos XIX e XX, entretanto, parecem estar mais relacionados a segunda metade do século XIX e principalmente a segunda metade do XX. Outra característica debatida é a similaridade de atuação ativa sobre garrafas vítreas, lhes conferindo outras funções e significados ainda não compreendidos em sua totalidade. Entretanto, esses apontamentos nos permitem levantar a hipótese de que ambos os sítios tenham sido ocupados simultaneamente. Acreditamos nisso justamente pela datação e pelo fato de que as alterações nesses materiais são muito similares e aparentam ter sido feitas seguindo um mesmo padrão de atuação sobre a peça.

4.1.4. O sitio da Jaqueira: agencia ativa e as ressignificações de materialidades

O sítio da jaqueira, embora disponha de apenas quatro fragmentos cerâmicos, é um importante sítio para debater sobre a hibridização de conhecimentos e técnicas de manufatura aplicadas na confecção dessas peças. Dos quatro vestígios analisados, dois foram produzidos a partir da técnica de sobreposição de roletes e possuem as mesmas características já citadas nos sítios anteriores, sendo muito homogêneos em questões plásticas, matéria-prima e uso. Parecem se correlacionar com os fragmentos cerâmicos dos demais sítios analisados, nos permitindo crer que também se tratam de cerâmicas utilitárias produzidas no período histórico, e muito provavelmente contemporânea às memórias dos Tupinambá sobre fabricação e uso dessas cerâmicas em um passado recente. Já os outros dois fragmentos também foram produzidos recentemente, porém, a partir da utilização de torno. A diferença reside no fato desses fragmentos feitos a partir desta segunda técnica possuírem uma pasta previamente preparada e limpa, e conterem antipáticos minerais de grãos de quartzo de tamanho grande, em formatos angulares.

Essas diferenciações de técnicas de produção e morfologia, evidenciada nos vestígios de vasilhas feitas tanto por uma tecnologia roletada, quanto a partir do torno, não devem ser entendidas como um abandono de um modo de se produzir cerâmica tradicional e como uma adesão acrítica de saber ocidentalizado em detrimento de um saber tradicional.

Técnicas divergentes comumente são vistas como elementos diagnósticos em interpretações arqueológicas para separação de um saber tradicional (roletadas) de um saber ocidentalizado (torno mecânico). Essa convergência de técnicas distintas culturalmente não é

entendida aqui como prova de assimilação, como veremos mais adiante na discussão geral dos dados. Mas de qualquer forma, a presença dos vestígios dessas vasilhas nesse sítio demonstram que diferentemente da oposição criada entre objetos “tradicionais” e “ocidentalizados”, usadas para classificar o que é nativo e o que não é, as interpretações não devem ser simplistas e baseadas em oposições reducionistas inferidas apenas por essas materialidades terem sido produzidas por técnicas diferentes. É necessário considerar a agência ativa e consciente dessas populações em se adaptar e utilizar de diversas materialidades. Às vezes, até incorporando elementos externos de forma significativa e adaptando-os às suas próprias práticas e tradições. Esse processo dinâmico de interação e transformação entre diferentes conhecimentos e tecnologias é um aspecto central na compreensão da história e da cultura das populações indígenas, desafiando narrativas simplistas de assimilação ou purismo cultural.

4.2. Memória vividas, com e através da materialidades: O passado é o agora

Os sítios, suas localizações, materialidades e narrativas orais tecidas atualmente sobre os mesmo nos revelam importantes aspectos culturais e artefatuais que, a olhares não críticos, poderiam ser interpretados como provas de uma assimilação cultural, onde temos vestígios arqueológicos comumentemente associados a um modo de vida ocidental, capitalista e homogeneizante, como garrafas de bebidas, louças, elementos metálicos distintos, cerâmicas tanto por meio de tecnologias tradicionais (roletadas) quanto por tecnologias associadas ao mundo ocidentalizado (torno mecânico), além de materiais construtivos que remetem a técnicas e materiais não associados a um suposto modo de vida indígena tradicional. No entanto, uma análise mais aprofundada, democrática e politicamente engajada interpreta que esses artefatos, tecnologias e principalmente seus usos na vida cotidiana dos antigos anciões que residiam nesses locais não representam uma simples assimilação cultural, mas sim estratégias adaptativas e de resistência adotadas pelos Tupinambá em um momento crítico para sua presença na região. Silliman (2019), contribui com essa afirmação ao nos dizer que a perspectiva teórica da arqueologia do passado recente, por um viés colaborativo reconhece que materiais e tecnologias de origem europeia podem de algum modo ter se tornado componentes de práticas cotidianas e até mesmo de tradições familiares ou das comunidades em sua totalidade.

A análise desses materiais e lugares nos levou a duas hipóteses de importância arqueológica: uma relacionada à possibilidade de esses sítios terem sido ocupados simultaneamente, e a segunda é sobre a possibilidade da utilização estratégica das áreas

circundantes à Lagoa Timiquim como local de refúgio. Essa hipótese foi levantada justamente pelas localizações geográficas desses sítios, que se situam em locais favoráveis em relação a recursos naturais essenciais, um maior distanciamento de agentes não-indígenas, sugerindo que suas implementações foram feitas de maneira estratégicas tanto no sentido de se resguardem, quanto de resistirem em locais que, além de possibilitarem sua sobrevivência, eram, antes de tudo, locais que possuíam significações internas que estruturam suas vidas cotidianas. Ambas as hipóteses vão ao encontro às memórias e narrativas orais tecidas pelos Tupinambá atualmente.

A primeira hipótese se relaciona com o fato das materialidades estudadas possuírem cronologias relativas muito similares, nos permitindo crer que os quatro sítios estudados e postos em evidência podem se tratar de locais ocupados contemporaneamente/simultaneamente. Os materiais analisados do sítio Lugar do Caboclo Badú indicam que a ocupação desse local talvez seja a que mais se recue temporalmente e represente um local de ocupação contínua por pelo menos um século, indo desde do início do século XIX até o trágico momento de expulsão e tentativa de apagamento da história desse local por fazendeiros na segunda metade do século XX. Paralelamente a isso, os sítios Porto 1 e Porto 2, e Jaqueira possuem materiais que, embora diversificados em termos físicos, indicam datações relativas que também os situam nesse mesmo período temporal. Essa convergência temporal pode ser inferida, no caso dos dois sítios situados às margens da lagoa, porque estes possuem materiais vítreos muito similares, tanto em tecnologias e períodos de fabricação, mas principalmente pelo fato de que alguns dos vestígios vítreos possuem alterações que indicam uma agência ativa e um certo padrão de atuação sobre essas materialidades. O sítio da Jaqueira se integra nesse contexto devido às cerâmicas presentes nesse sítios, embora sejam divergentes em termos de manufatura, se integram aos demais fragmentos cerâmicos analisados nos demais sítios, principalmente a coleção cerâmica do sítio do Caboclo Badú, demonstrando um certo padrão e homogeneidade tanto em questões relacionadas às matérias-primas utilizadas em suas confecções, quanto ao fato de serem cerâmicas de uso cotidiano. Essa homogeneidade nos materiais cerâmicos de todos os sítios vão ao encontro com a tradição oral dessa população que possui memórias de tempos mais recentes, onde seus antigos anciões produziam e utilizam essas vasilhas em sua vida cotidiana.

Desse modo, embora o estudo dos 4 sítios sejam reduzidos a apenas materiais coletados em superfície (com exceção do sítio Lugar do Caboclo Badú, no qual os vestígios só foram localizados devido à própria atuação dos Tupinambá, que se mobilizaram através do seu próprio conhecimento sobre o território para achar e escavar esse local de maneira autônoma, revelando

assim seus vestígios), é possível inferir que a provável ocupação contemporânea/simultânea desses sítios representa uma complexidade temporal e espacial significativa, que merece atenção em investigações futuras. Essa ocupação compartilhada pode indicar interações entre esses antigos anciões que outrora residiam nestes locais.

A presença de materiais divergentes em termos físicos nos diferentes sítios não contradiz essa hipótese, mas evidencia a variedade de atividades e usos dessas áreas ao longo das gerações. A convergência temporal observada, especialmente nos materiais vítreos e cerâmicos, sugere não apenas uma continuidade que se tratam de materiais produzidos e utilizados seguindo uma mesma lógica interna, mas também uma dinâmica de inovação e adaptação constante que foge do campo de estudos arqueológicos tradicionais. Esses estudos interpretariam esses materiais como provas de uma submersão aos modos de vida coloniais e ocidentalizados. Os materiais apontam para uma continuidade de práticas e conhecimentos que se desenvolveram internamente, conforme as necessidades e demandas específicas dessas comunidades. O coloca em cheque os ideais propagados no imaginário social da região sobre a não existência de indígenas nesses locais nos séculos XIX e XX.

A importância arqueológica dessa hipótese levantada reside no fato de demonstrar o elo indissociável entre objetos e memória, bem como as narrativas orais tecidas atualmente por populações tradicionais sobre estes. Lhes conferindo significados distintos às interpretações arqueológicas, demonstrando, assim, que essas ressignificações devem receber lugar de destaque em nossas construções narrativas sobre o passado. No caso específico dos Tupinambá, se torna evidente o poder interpretativo da correlação entre os saberes arqueológicos e tradicionais, representados aqui pelas informações orais transmitidas por eles, como um caminho que nos proporciona uma visão mais completa e democraticamente inclusiva. Materializando, assim, não apenas dados de interesse e relevância arqueológica, mas primordialmente elos que servem como mecanismos de resgate e comprovação de memórias que estruturam a vida dessa população atualmente.

A segunda hipótese é sobre a possibilidade da Lagoa Timiquim e seus arredores terem sido utilizados conscientemente como locais de refúgio e permanência no território pelas antigas famílias indígenas que outrora residiram nesses locais. Evidenciando um cenário de resistência em oposição às pressões e ações intrusivas dos fazendeiros que buscavam desestabilizar e fragmentar a configuração tradicional de assentamento coletivo dessas populações, representadas pelas antigas aldeias onde viviam coletivamente. Esta sugestão hipotética é fundamentada em uma análise abrangente de dados históricos, geográficos, materiais e organizacionais relacionados à ocupação do espaço tradicional dessa população.

A atuação direta de fazendeiros no desmantelamento e na tentativa de expulsar as famílias indígenas do território é muito profunda e impactou negativamente as memórias dessa população. Mas, primordialmente, atuou na própria fragmentação organizacional tradicional dessa população. Ao nos voltarmos para os estudos sobre as formas de ocupação de espaço tradicional dos Tupinambá, vemos claramente que assim como é visto e narrado oralmente sobre o processo de retomada da Aldeia Patiburi onde residem atualmente, essa população desde de períodos históricos mais distantes possuem sua organização social e de ocupação de espaço de maneira coletiva representada por aldeias, onde toda a comunidade reside coletivamente, com diferentes famílias coabitando um mesmo espaço. Isso reflete não apenas um modelo de assentamento, mas também um modo de vida profundamente enraizado na coletividade e na partilha do espaço. Intrincados de solidariedade, interdependência e memórias coletivas que sustentavam a coesão social, cultural e identitária da comunidade.

Esse desmantelar de suas antigas configurações espaciais pode ser percebido nos sítios e registros arqueológicos do passado recente dessa população. Como vimos durante o debate dos dados de cada um dos sítios analisados, estes se tratam de locais de ocupação pequenos em termos espaciais, que provavelmente dizem respeito a ocupações familiares, que embora se contraponham a dinâmica tradicional de ocupação de espaço, sugere uma dinâmica de dispersão e ocupação espacial mais flexível, utilizada como mecanismo ativo de resistência e permanência no território. Com isso, essa dinâmica de ocupação espacial dispersa em pequenos locais ao longo das áreas que circundam a lagoa Timiquim podem ter sidos estrategicamente preconcebidas por essas antigas famílias e anciões que ao se verem impedidos de estabelecer a aldeia devido aos ataques violentos de não-indígenas, utilizaram da lagoa e suas imediações como um local de refúgio.

Como sugerido na primeira hipótese, acreditamos que esses sítios foram ocupações simultâneas, o que pode sugerir que a escolha estratégica desses locais talvez funcionasse como parte de uma rede de interação complexa e mais ampla de movimentos e interações sociais entre diferentes famílias e anciões. Abrindo a possibilidade desses sítios possuírem diferentes funções, tais quais habitações, locais de retirada de recursos e áreas para acesso e deslocamento entre as partes do território

Ao optarem por ocupar locais mais geograficamente próximos, essas antigas famílias encontraram uma forma engenhosa de preservar de sua coletividade e conexões sociais com seu território, bem como de maximizar o uso dessa terra em diferentes ocupações com funções distintas. O que demonstra que, mesmo diante das adversidades enfrentadas, esses antigos indígenas possuíam plena consciência e aproveitaram o pouco espaço seguro ao máximo em

sua vida cotidiana. Essa estratégia não apenas revela a resiliência e a capacidade de adaptação dessa comunidade, mas também lança luz sobre a complexidade e a riqueza das práticas culturais e sociais dos Tupinambá em meio às transformações e desafios por forças externas.

Um importante relato da cacique Cátia conferida ao MAE em 2022 demonstra a importância da Lagoa Timiquim nos dias atuais como local de resistência em relação a um pedido feito e aceito de fazendeiro para fazer exploração de minérios dentro do território reivindicado, nas proximidades da Lagoa, ao nos dizer:

> "Estamos tranquilos, estamos resguardados e sabemos que o momento exato de resistência será na nossa lagoa, não entra a garimpeiro. As margens do Jequitinhonha, dentro da terra tradicional, não entra a garimpeiro. Então, eu acredito, como o Tupinambá que sou, não posso nunca deixar de acreditar e nem pretendo deixar de acreditar na força do nosso passado no presente." (CACIQUE CÁTIA, 2022, MAE, minuto 1:02:05)

As duas hipóteses apresentadas revelam aspectos complementares e interligados da ocupação contínua e resistência das antigas famílias indígenas na região da Lagoa Timiquim. A primeira hipótese, ao sugerir a ocupação contemporânea dos sítios arqueológicos e a homogeneidade nos materiais cerâmicos, aponta para uma complexidade temporal e espacial significativa, indicando um possível campo de interações entre essas famílias em diferentes locais. Por outro lado, a segunda hipótese enfoca a utilização estratégica da lagoa e seus arredores como locais de refúgio frente às pressões dos fazendeiros, evidenciando um cenário de resistência e permanência no território. Essas duas perspectivas se complementam ao mostrar que a ocupação dispersa em diferentes locais próximos, por meio de uma dinâmica de resistência e adaptação, pode ser entendida como parte de uma estratégia maior dessa comunidade para preservar suas tradições, memórias e modos de vida em meio a um contexto hostil. A relação entre os materiais arqueológicos, as narrativas orais e os dados históricos reforça a importância de considerarmos tanto os aspectos materiais quanto os imateriais nas (re)construções e interpretação sobre o passado recente.

Essa interligação entre as hipóteses ressalta a importância de uma abordagem integrada e multidisciplinar na pesquisa arqueológica nos estudos produzidos na T.I. Tupinambá, em nossa busca pela valorização e não hierarquização de saberes, valorizando, assim, narrativas indígenas, e reconhecendo a complexidade das estratégias de resistência e permanência adotadas por essas comunidades ao longo do tempo, não apenas as enfocando por separações temporais que utilizam de parâmetros comparativos entre o que se acredita representar um suposto modo de vida nativo ou não. Essa visão holística contribui não apenas para a

compreensão mais profunda da história local, mas também para a promoção de uma narrativa inclusiva e respeitosa das memórias e identidades dessas comunidades.

5. CONSIDERAÇOES FINAIS

O estudo dos materiais arqueológicos, feito através da arqueologia do passado recente, demonstra como os antigos anciões que residiam e ocupavam esses sítios não apenas utilizavam desses espaços como locais de moradia, mas primordialmente como meio de se manterem presentes no território. As análises qualitativas desses materiais em associação com a tradição oral dessa população sobre esses lugares e vestígios possuem o poder de lhes conferir importantes elos identitários que atravessam o tempo e são mobilizadas no presente para o resgate e consolidação de sua própria e única história em terras sul-baianas.

As estratégias de análise colaborativas, mesclando o saber arqueológico e o saber tradicional (oralidade) para interpretações dos vestígios arqueológicos dos quatro sítios analisados, nos permitiram evidenciar praticas culturais desempenhadas nesses locais e materiais pelos antigos anciões que outrora residiam na região entre os séculos XIX e XX, momento que a historiografia oficial narra a não existência de indígenas nessas terras. Os materiais analisados não só contrariam essa noção historicamente criada na região, mas situam as histórias de vida desses antigos anciões nessa região, onde provavelmente se utilizaram da Lagoa Timiquim e suas imediações como possível local de refúgio, ocupados em alguns casos por mais de um século.

Em parâmetros artefatuais esses sítios em conjunto dizem respeito a materiais bastante diversificados, marcados em grande escala por materiais produzidos e inseridos em um suposto modo de vida ocidentalizado. Representados por garrafas vítreas, louças e materiais metálicos, que, se analisados por uma escala temporal que separa o passado do presente, talvez fossem interpretados como provas de uma suposta assimilação cultural. No entanto, esses materiais não representam, de forma alguma, qualquer prova de assimilação ou aculturação, mas sim a resiliência cultural dos antigos anciões, refletida na reutilização e ressignificação de elementos introduzidos pelo contexto colonial. Por exemplo, as garrafas de vidro, produzidas inicialmente para fins mercantis, foram adaptadas posteriormente e reaproveitadas para diversos fins, como evidenciado pelos vestígios de vítreos lascados e pelas garrafas quebradas encontradas nos mesmos locais. Com isso, observamos uma combinação de conhecimentos tradicionais com materiais de origem e influências externas. Essa agência ativa sobre essas materialidades reflete

uma personalidade cultural, desafiando e rompendo visões simplistas de assimilação e submersão ao modo de vida ocidental.

A convergência de saberes e um olhar crítico e inclusivo desses materiais demonstram a resiliência cultural que não só se manifesta na manutenção identitária dos antigos anciões, mas que também serve de sustentação para o fortalecimento interno desta comunidade no presente. Como fica nítido com a coleção cerâmica analisada, que também a situa temporalmente em um período histórico mais recente, indo diretamente ao encontro às memórias e narrativas orais tecidas atualmente sobre esses antigos anciões e suas vasilhas cerâmicas produzidas em períodos recentes e inseridas nas vidas cotidianas desses antigos anciões. Para eles, a datação relativa dessas vasilhas em um passado próximo é de extrema importância, pois serve de comprovação de sua própria história oral, materializada exatamente nos locais que seus anciãos mais velhos ainda vivos narram sobre esses antepassados contemporâneos que já faleceram. Essa importância interna conferidas atualmente às memórias desses antepassados e suas vasilhas utilizadas em sua vida cotidiana no passado, é exemplificada pela fala da Cacique Cátia aos nos narrar com entusiasmo ao acharem cerâmicas em áreas dispersas em superfície no território:

> "A gente foi mostrar com aquela alegria, poder mostrar algo tão nosso, com a nossa memória tão mais próxima. A gente conseguiu ver nos relatos, fazer um apanhado daqueles relatos de que Maria Buiú contava dos ancestrais dela, da cerâmica, do utensílios. E a gente conseguiu montar tudo aquilo de uma forma tão bonita, tão bela de se ouvir. E o encanto não foi só com os adultos. O encanto foi com também as crianças, também com os anciões que falavam da queima da cerâmica, numa forma muito particular do Tupinambá." (CACIQUE CÁTIA, 2022, minuto 10:50)

Como esperamos ter demonstrado, os sítio/lugares históricos presentes na T.I e ao longo do território tradicional atuam como fio condutor, onde as narrativas vivas se entrelaçam com as histórias de vida atuais e passadas das pessoas dessa comunidade, lhes fornecendo internamente uma profunda noção identitária de pertencimento e conexão com seu território e as histórias de vida entrelaçadas no tempo e no espaço que estão inseridos, onde mobilizam conscientemente o elo indissociável com a terra para embasar suas reivindicações atuais perante ao Estado brasileiro, em sua luta pela demarcação e autonomia plena sobre estas terras.

Com isso, desejamos ir na contramão das encruzilhadas de silenciamento e apagamento histórico, preenchendo, assim, importantes lacunas na construção do conhecimento arqueológico no sul e extremo-sul da Bahia. Buscamos que essa tentativa de ativismo

arqueológico sirva para demonstrar o valor de pensarmos criticamente sobre a importância de nos distanciarmos de narrativas que apenas propagam estereótipos e perpetuam marginalização de povos historicamente silenciados e "esquecidos" nas raízes históricas que fundamentam o mundo que vivemos no presente. Os sítios e vestígios inseridos em terras indígenas enquadradas em contextos coloniais não dizem respeito apenas às materialidades e histórias fragmentadas do passado supostamente perdido e inalcançável. Como bem demonstram, os Tupinambá de Belmonte que mobilizam e se apropriam desse passado lançando mão de vestígios arqueológicos nessa trama interna, lhes conferindo autoreconhecimento e força para suas batalhas cotidianas por igualdade, respeito e autonomia. Para essa população, o passado é o agora. Como bem ilustra a fala da Cacique Cátia ao falar da força dos Tupinambá dos passado que protegem os do presente:

> "Vai ser a força do Tupinambá resistindo no território, a força do Tupinambá protegendo o Tupinambá da atualidade. Mais uma vez, é a ligação contínua do nosso passado com o presente, ou o presente com o passado" (CACIQUE CÁTIA, MAE, 2022, minuto 01:08:41).

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, D. M. (2012). Loiceiras, potes e sertões: um estudo etnoarqueológico de comunidades ceramistas no agreste central pernambucano. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

AMARAL, D. M. (Org.). Arqueologia Histórica Brasileira. 1ed.Belo Horizonte: Carline e Caniato, 2022, v. 2, p. 19-54.

ALARCON, D. F. **"Construir uma outra aldeia": vínculos sociais e territoriais no processo de retomada, aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, Bahia**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 96-146, jul./dez. 2013.

ATALAY, S. Can archaeology help decolonize the way institutions think? How community-based research is transforming the archaeology training toolbox and helping to transform institutions. **Archaeologies**, v. 15, p. 514-535, 2019.

ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as decolonizing practice. American Indian Quarterly, Lincoln, v. 30, n. 3-4, p. 280-310, Summer-Autumn 2006. DOI: https://doi.org/10.1353/aiq.2006.0015

ATALAY, S. Can archaeology help decolonize the way institutions think? How community-based research is transforming the archaeology training toolbox and helping to transform institutions. Archaeologies, v. 15, p. 514-535, 2019.

BAHN, P. Tudo que você precisa saber sobre Arqueologia para nunca passar vergonha. São Paulo: Ediouro, 1993.

BRAUDEL, F. 1958. Histoire et sciences sociales. La longue durée. Annales E.S.C, 4: 725-753.

BROCHADO, J. J. J. P. 1977 Alimentação na floresta tropical. Caderno nº2, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 103 p.

BROCHADO, J. J. J. P. 1984. An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America. Tese de Doutoramento, University of Illinois, Urbana, 574pp

Buchli, V. & Lucas, G. eds. (2001). Archaeologies of the contemporary past. Londres: Routledge

BUENO, L. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, p. 477-496, 2019.

BURSTROM, Mats. Olhando para o passado recente: Ampliando e explorando o campo da arqueologia. **Arqueologia Sueca Atual** , v. 15, p. 21-36, 2009.

CALDARELLI, S. B. 1984. Problemas de terminologia lítica no Brasil. Mesa-redonda – 10/07/1984. In: Revista de Pré-História, Cinquentenário da USP. São Paulo: Instituto de Pré-História da USP, p. 257-261.

CALDARELLI, S. B. 2000. Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista. SP-170 Rodovia Carvalho Pinto, São Paulo, SP.

CANCELA, F. E. T. "De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)." (2013).

_____**Os índios e a colonização na antiga capitania de Porto Seguro: políticas indigenistas e políticas indígenas no tempo do Diretório Pombalino**. Paco Editorial, 2019.

_____O trabalho dos índios numa" terra muito destituída de escravos": políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). **História (São Paulo)**, v. 33, p. 514-539, 2014.

CAMINHA, P, V. **Carta de Pedro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel (1500)**. Editado por Carolina Michaelis de Vasconcelos. In: Duas Páginas de Nossa História. Ensaios - Série Miniatura, nº 16, Ed. Progresso: Salvador/Ba, 1954.

CARVALHO, F. **TERRITÓRIO ORIGINÁRIO, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA:** trajetória dos indígenas Tupinambá de Belmonte numa perspectiva das Relações Étnico-Raciais. Universidade Federal do Sul da Bahia.2022

CHMYZ, I. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real de Guairá.Cadernos deArqueologia, Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá. v.1, p. 7-103, 1976.

CONDESC; FLORAM. **Diagnóstico Territorial dos Resíduos Sólidos dos Municípios pertencentes ao Condesc**. Estudo Técnico. Eunápolis, 2016.

CORRÊA, Ângelo Alves; SILVA, Fabíola Andréa. Pindorama de mboî e îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi. 2014

COUTO, P. N. de A. **Morada dos encantados: identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, Buerarema, BA**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – FFCH, UFBA, Salvador, 2008.

DANTAS, M. E.; MEDINA, A. I. M.; SHINZATO, E. **Geomorfologia da Costa do Descobrimento - Extremo Sul da Bahia: Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália**. Brasília: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2000

ETCHEVARNE, C.; FERNANDES, L. **Patrimônio arqueológico pré-colonial. Os sítios de sociedades de caçadores coletores e dos grandes grupos de horticultores ceramistas, antes da chegada dos portugueses**. In: Patrimônio Arqueológico da Bahia. / Carlos Etchevarne, Rita Pimentel (organizadores). – Salvador: SEI, 2011. 132 p. il. (Série estudos e pesquisas, 88).

ETCHEVARNE, C. **A ocupação humana do Nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa**. Revista USP, São Paulo, n.44, p. 112-141, dezembro/fevereiro 1999-2000.

HODDER, I. The past as passion and play: the future of the discipline. World Archaeology, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 151–167, Oct. 1993.

GALVÃO, E. **Áreas Culturais Indígenas do Brasil; 1900-1959**. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi; Nova série: Belém - Pará – Brasil. Antropologia, nº 8, janeiro de 1960.

GARCIA, L. L. W. G. **Arqueologia e Histórias de vida: Pesquisa arqueológica colaborativa na T.I. Tupinambá de Belmonte (BA)**. Relatório Parcial – IPHAN, 2017.

_____**Arqueologia e Histórias de vida: Pesquisa arqueológica e etnoarqueológica com os Tupinambá de Belmonte (BA) e as louceiras Xokó da Ilha São Pedro, (SE)**. Projeto de Pesquisa e Plano de Trabalho – PROARQ/UFS, 2019.

_____Arqueologia e histórias de vida: uma experiência com os Tupinambá de Belmonte, BA. **Brasiliana, London**, v. 9, n. 2, p. 52-71, 2020.

DE BLASIS, P. D. 1988. A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP: os sítios líticos do médio curso. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social)– Universidade de São Paulo, São Paulo.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Time to destroy: na Archaeology of Supermodernity. Current Anthropology, v. 49, n. 2, 2008.

GONZÁLEZ. B. A. Enfrentando dois mares: contactos Mediterrâneo e Atlântico no noroeste da Península Ibérica no primeiro milénio AC. Oxford Journal of Archaeology , v. 3, pág. 287-317, 2004.

GONZÁLEZ. Alfredo. Archaeology of the Contemporary Past. In Claire Smith (Ed.): Encyclopedia of Global Archaeology, New York: Springer, pp 1683-1694

GASPAR, M. D. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004: il. 89 p.– (Descobrindo o Brasil).

HAMILAKIS, Y. Archaeology and the senses: human experience, memory, andaffect. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

HAMILAKIS, Y. Arqueología y sensorialidad. Hacia una ontología de afectos y flujos. Vestígios, v.9, n.1, p.28-53, 2015.

HODDER, I. 1992. Interpretive archaeology and its role. In Theory and Practice in Archaeology. London: Routledge

HODDER, Ian. Archaeological reflexivity and the “local” voice. **Anthropological Quarterly**, New York, v. 76, n. 1, p. 55-69, Winter 2003.

JOYCE, Rosemary A. **The Languages of archaeology**: dialogue, narrative, and writing. Hoboken: Blackwell Publishers, 2002.

KOPENAWA, D.; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KRENAK, A. Antes o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201-204

KRENAK, Ailton. Antes o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto(org.). Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201-204.

LILLEY, I. Archaeology, diaspora and decolonization. Journal of social archaeology, v. 6, 2006.

LIMA, F. 2004. Cerâmica Pré-Histórica: um vestígio ancestral do Rio Grande do Norte. Monografia, UFRN, Natal, RN.

LIMA, T. A. A Arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da Navalha. Canindé, Xingó, n. 10, p. 11-24, dez. 2007

LIMA, T. A. et alli. 1989. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. Dédalo, Publicações Avulsas 1, pp.205-230.

LIMA, T. A. et alli. 1993. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material. São Paulo, USP, n.s., 1.

MACHADO, Juliana Salles. Arqueologias indígenas, os Laklãnõ Xokleng e os objetos do pensar. Revista de Arqueologia, Pelotas, v. 30, n. 1, p. 89-119, jul. 2017. DOI: https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.504

MARTIN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. atual. Recife: Edufpe, 1999.

MCGRATH, Ann. Deep histories in time, or crossing the great divide? In: MCGRATH, Ann; JEBB, Mary Anne (ed.). Long history, deep time: deepening histories of place. Australia: ANU Press, 2015. p. 1-31.

MCGRATH, Ann; JEBB, Mary Anne (ed.). Long history, deep time: deepening histories of place. Australia: ANU, 2015.

MELQUIADES, V.; AMARAL, D. M. Arqueologia do Presente e Etnografias Arqueológicas no Brasil. In: Marcos André Torres de Souza, Luiz Cláudio Pereira Symanski. (Org.). Arqueologia Histórica Brasileira. 1ed.Belo Horizonte: Carline e Caniato, 2022, v. 2, p. 437-461.

OLIVIER, L. (2001). The archaeology of the contemporary past. En V. Buchli y G. Lucas (eds.). Archaeologies of the contemporary past, 175-188. Londres: Routledge.

OLIVEIRA, J. P. de. O **Nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. João Pacheco de Oliveira. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 384 p.: il. color.

_____A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. João Pacheco de Oliveira (Org.) Rio de Janeiro, Contracapa, 2011.

_____Uma Etnologia dos "Índios Misturados"? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. MANA 4(1):47-77, 1998.

ORSER JR., C. E. Introducción a la arqueología histórica. Buenos Aires: AINA, 2000.

PARAÍSO, M. H. B. **Os Botocudos e sua trajetória histórica**. In; Manuela Carneiro da (org.). "História dos índios no Brasil". 2 ed. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992

_____"Os índios de Olivença e a zona de veraneio dos coronéis de cacau da Bahia." *Revista de Antropologia* (1987): 79-109.

_____Relatório sobre a História e Situação da Reserva dos Postos Indígenas 'Caramuru e Catarina Paraguassu'. Salvador: 1976, Projeto de Pesquisa sobre Populações Indígenas da Bahia; Convênio Funai-UFBA (não publicado).

_____Caminhos de Ir e Vir e Caminho Sem Volta índios, Estradas e Rios no Sul da Bahia. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1982

PELLINI, J. R. Arqueologia com Sentidos: Uma Introdução à Arqueologia Sensorial. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 9, n. 4[14], p. 1–12, 2016.

PEREIRA, T. S. **As etnogêneses, os índios do Nordeste e a territorialidade dos povos Jê dos Sertões do Leste: o caso Pataxó do Extremo Sul da Bahia**. Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. ISSN: 2525-4715 – Ano 2018, Volume 3, número 5, Janeiro – Junho de 2018.

RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. – 1 ª ed. 1995 – 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, A. O. et al. Camacãs, guerens, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de Cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877). 2015.

RENFREW, C.; BAHN, P. Introducción: la naturaleza y los propósitos de la Arqueología. In: RENFREW, C.; BAHN, P. Arqueología: teorías, métodos y práctica. Madrid: Akal, 2007. p.9-15.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, F. A.; BESPALEZ, E.; STUCHI, F. F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kuatinemu, rio Xingu, Pará. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 3, n. 1, 2011.

SILVA, F. A. Etnografando a arqueologia. Dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico. 2022.

SILVA, F. A.; GARCIA, L. Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. Revista Amazônica, Belém, v. 7, n. 1, p. 74-99, 2015.
_____O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista de arqueologia**, v. 25, n. 2, p. 24-42, 2012.

_____As tecnologias e seus significados. **São Paulo: Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, FFLCH. Universidade de São Paulo**, 2000.
_____Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **Métis: história & cultura**, v. 8, n. 16, p. 121-139, 2009.

SILLIMAN, S. W. Entre a Longue Durée e o Short Purée: Arqueologias Pós-Coloniais da história indígena na América do Norte colonial. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, p. 161–175, 2022. DOI: 10.31239/vtg.v1i13.15128. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/15128. Acesso em: 11 maio. 2023.
SILLIMAN, S.; ZIMMERMAN, L. Collaborating at the trowel's edge: teaching and learning in indigenous archaeology. Tucson: The University of Arizona Press, 2008.

Silliman SW. Contato Cultural ou Colonialismo? Desafios na Arqueologia da América do Norte Nativa. Antiguidade Americana . 2005;70(1):55-74. doi:10.2307/40035268

STEIN, Gil J. (ed.) The Archaeology of Colonial Encounters: comparative perspectives. Shooll of American Research Press: Santa Fe/James Currey: Oxford, 2005

_____Colonialismo na Arqueologia Histórica: uma revisão de problemas e perspectivas. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 19, n. 37, p. 26-54, 2022.
TOCCHETTO, F. (2000). A arqueologia da cidade: reflexões e propostas para Porto Alegre. In: Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira, (p. 11).

TRIGGER, B. G. História do pensamento arqueológico. 2ª ed. São Paulo: Odysseus, 2004

VON MARTIUS, Karl Friedrich; RODRIGUES, José Honório. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista de História de América**, n. 42, p. 433-458, 1956.

WEID-NEUWEID, Maximiliano, príncipe de. **Viagem ao Brasil, nos anos de 1815 a 1817**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

ZANETTINI, P. E., & Camargo, P. F. (2009). Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles? São Paulo: S.C.E.

ZARANKIN, A. Archeo-becoming, Zarankin-centrism and contaminated presents. Journal of contemporary archaeology, [S.l.], v.7, n. 1, p.48-60, 2020.

REFERÊNCIAS COM LINKS:

BAHIA/SEI. **Perfil Sintético dos Territórios de Identidade da Bahia**. Salvador, 2015. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284.

BAHIA/SEPLAN. **Território de Identidade Costa do Descobrimento: Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS**. Secretaria de Planejamento da Bahia, 2016. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS_TI_Costa_do_Descobrimento.pdf.

BAHIA, SICM. **Estudo de Potencialidades Econômicas Costa do Descobrimento**. Desenvolvimento Territorial – Território de Identidade | Costa do Descobrimento. Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia. 2016. Disponível em: http://www.sicm.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-11590.pdf.

FUNAI — FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Política Indigenista**, 2016. Disponível em: http://www.funai.gov.br/ Acesso em: fev. 2020.

Entrevista da Cacique Cátia ao MAE - https://www.youtube.com/watch?v=vqz99R7yCAk

ANEXO 1

Fichas de análise de materiais arqueológicos

1. Ficha de análise de Material Metálico – Elaboração própria

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia			
Ficha de análise de Material Metálico			
Dados de Proveniência		**Nível:**	**N° da Peça:**
Matéria-Prima		**Dimensões:**	**Peso:**
Nível de Conservação			
Datação aproximada			
Responsável pela análise			**Data:**
Descrição da peça:			
	Monografia		
	Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas		
	Aluno: Lucas Cunha Santos		
	Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
	Departamento de arqueologia **(DARQ)** - **UFS**		Abr/2024

2. Ficha de análise de Materiais de Louça/Faiança – Elaboração própria

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

Ficha de análise de Louças/Faiança

Dados de Proveniência		**Nível:**	**N° da Peça:**
Matéria-Prima:		**Dimensões:**	**Coloração:**
Nível de Conservação		**Pasta:**	**Forma:**
Técnica Decorativa		**Estilo:**	**Datação Relativa**
Responsável pela analise			**Data:**

Descrição da peça:

	Monografia
	Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas
	Aluno: Lucas Cunha Santos
	Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia
	Departamento de arqueologia **(DARQ)** - **UFS** Abr/2024

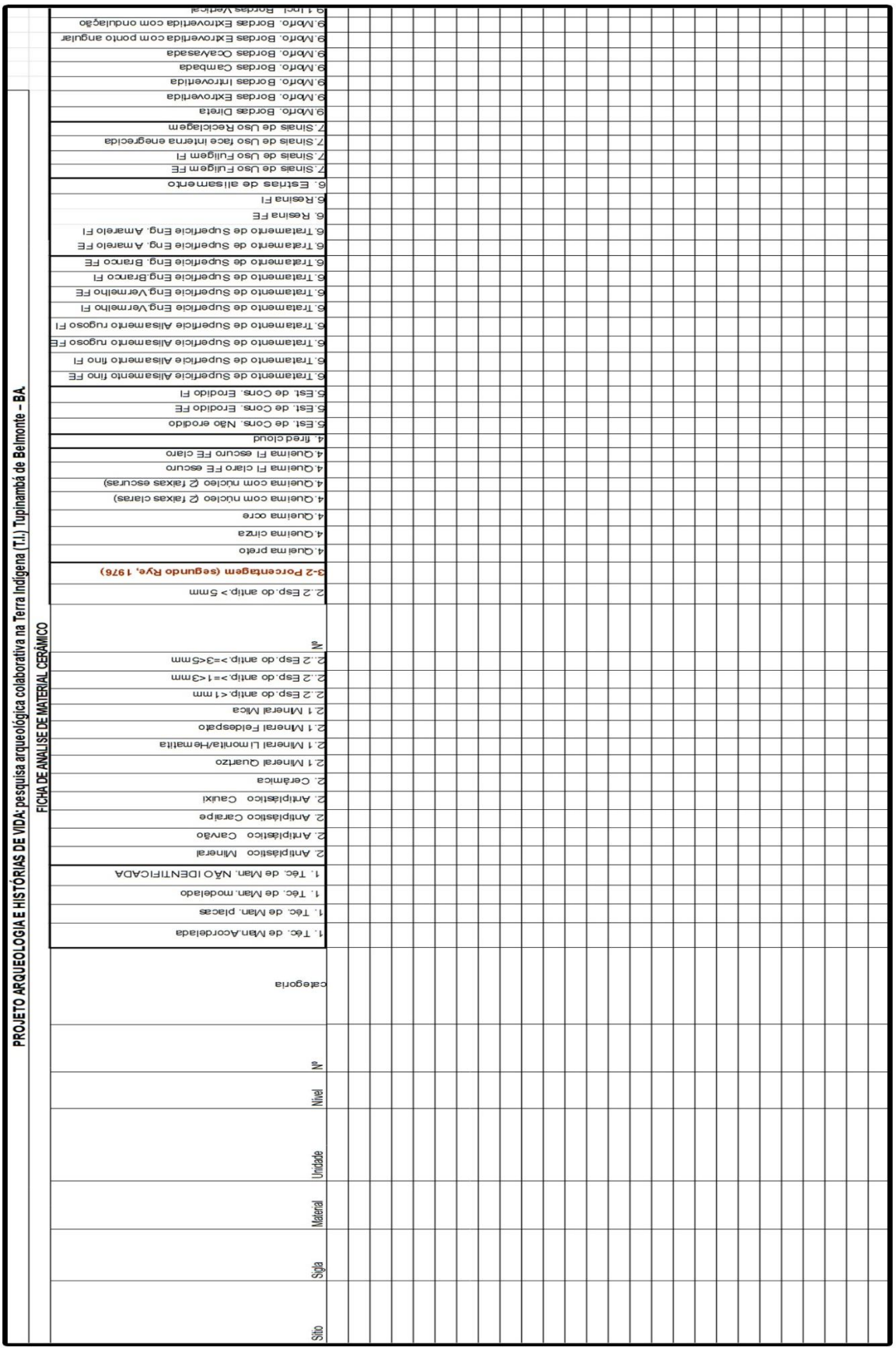
3. Ficha de análise qualitativa de materiais vítreos – Elaboração Lorena Garcia

Projeto Arqueologia e Histórias de vida: Pesquisa arqueológica colaborativa na T.I. Tupinambá de Belmonte
Ficha qualitativa de Análise de materiais históricos Vidros
1. Dados de proveniência
Sítio
Unidade/UTM:
Nível:
Nº da peça:
Categoria:
2. Uso
3. Cor
4. Marcas de fabricação
5. Tecnologia
6. Datação relativa
7. Descrição da Peça: **Observações:** **Responsável pela análise:** **Data:**

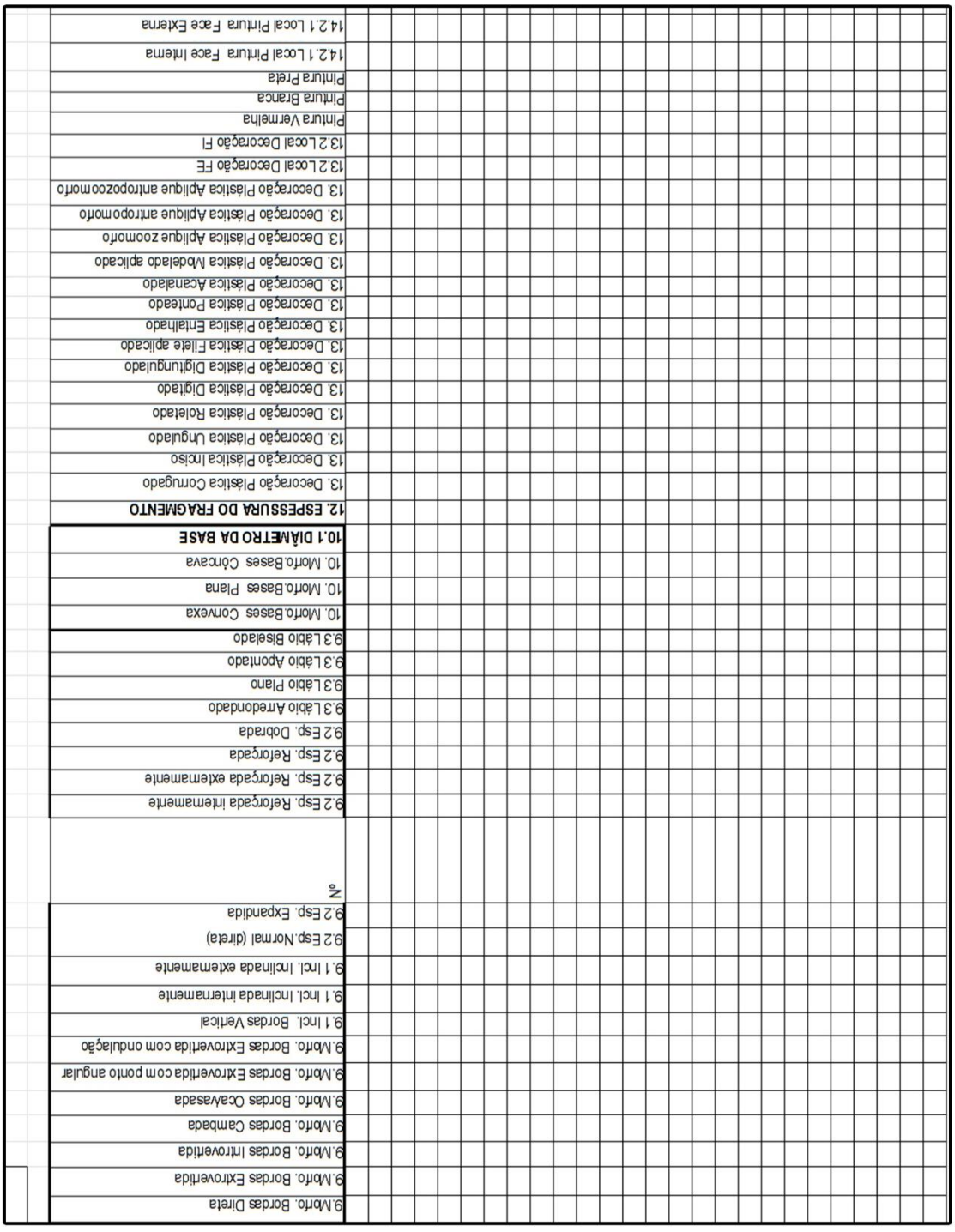
4. Ficha de análise de Materiais Vítreos – Adaptação da ficha de Bruno Ranzani

Projeto Arqueologia e Histórias de vida: Pesquisa arqueológica colaborativa na T.I. Tupinambá de Belmonte																							
Ficha de analise de Material Vitréo																							
Sitios	Sitíos arqueólogicos históticos do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, Extremo-sul da Bahia - DATA: ___/___/___																						
	Número	Uso											Cor					Marcas de fabricação	Tecnologia			Datação relativa	OBSERVAÇÕES/ Epigrafia/ Logomarca
		Bebida e alimentação				Serviço de mesa	Higiene/ saúde				Decoração	Construtivo/ Maquinário							Manual	Mecânica			
		Inteiro	Gargalo	Base	Outro	Descrição	Inteiro	Gargalo	Base	Outro	Descrição	Descrição	Âmbar	Azul	Transparente	Verde	Outro	Descrição		Máquinas compostas	Máquinas semi ou automáticas		

5. Ficha de análise de material cerâmico. Parte 1 – Adaptação de Lorena Garcia



5.1. Ficha de análise de material cerâmico. Parte 2 – Adaptação de Lorena Garcia

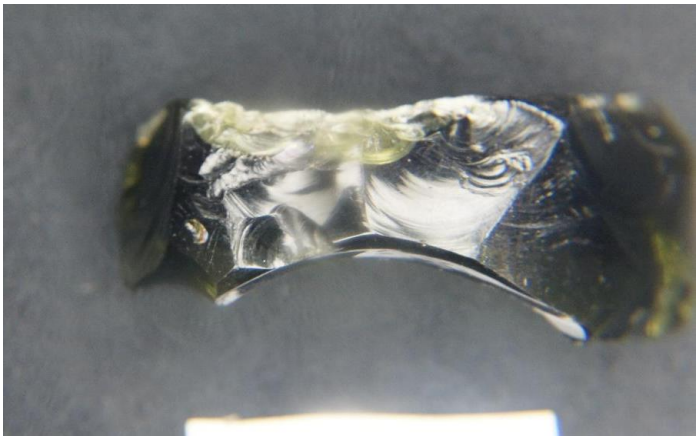


ANEXO 2

CATALOGAÇÃO DAS PEÇAS ANALISADAS

Ficha de catalogação - 1

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO PORTO 1	**T.B.2**	Peça: T.B.2 -3



Base de garrafa feita por uma tecnologia manual de molde duplo contendo 8 lascamento por toda sua superfície

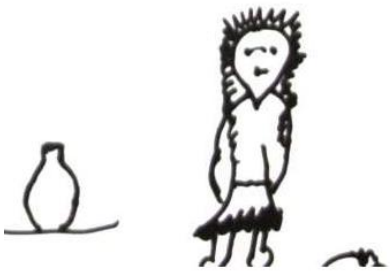


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 2

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO PORTO 1	**T.B.2**	Diferentes gargalos

Técnica Manual Appliend fish para finalização de gargalo. Respectivamente face externa e interna. T.B.2 - 8

Gargalos fabricados por maquinas semiautomáticas e automáticas. Respectivamente peças T.B.2 -10 - T.B.2 - 1

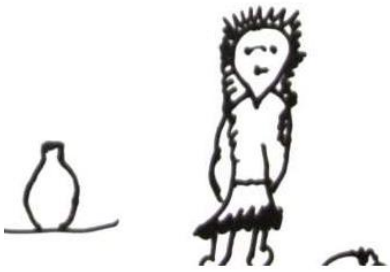


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia

Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas

Aluno: Lucas Cunha Santos

Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 3

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO PORTO 1	**T.B.2**	Fragmentos de pescoço e corpo

Fragmentos de pescoço contendo linhas de costuras verticais. Peça T.B.2 -4

Fragmento de corpo, face externa e intern. Peça T.B.2 -6

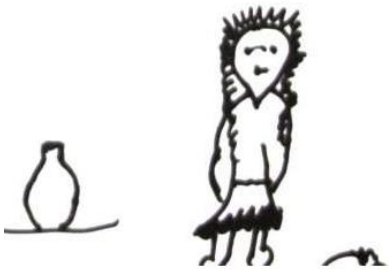
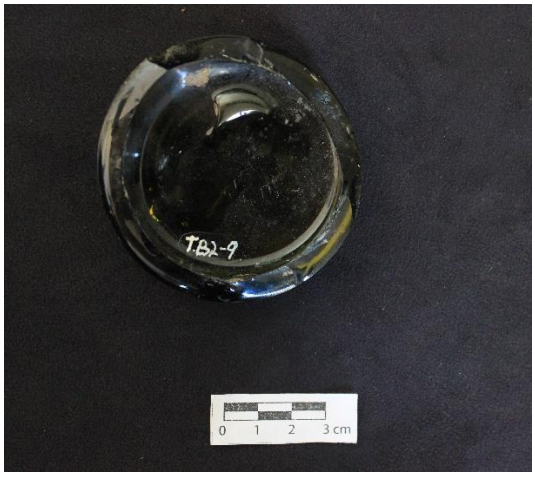


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

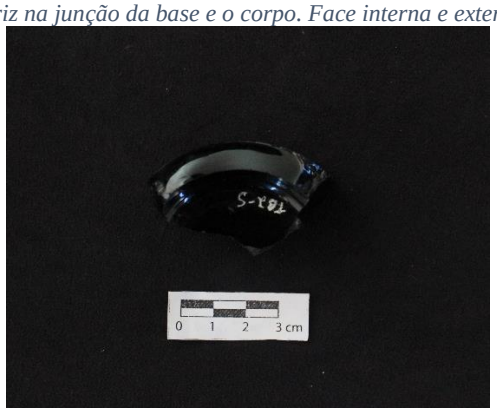
Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 4

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO PORTO 1	**T.B.2**	Fragmentos de base



Base feita por uma máquina automática Owens, contendo cicatriz na junção da base e o corpo. Face interna e externa. T.B2 - 9



Fragmentos produzidos pela técnica manual de molde duplo ou triplo. Peça T.B.2 - 5

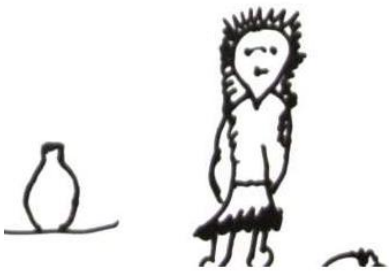


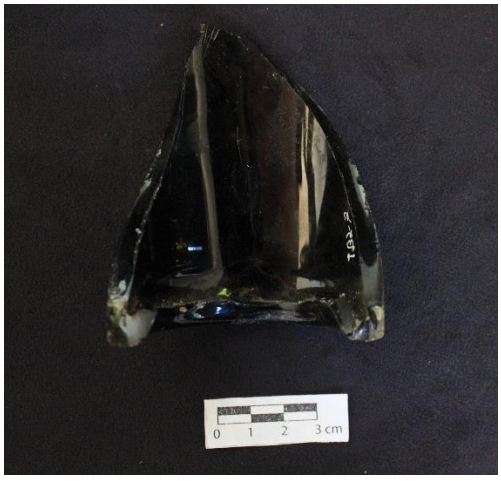
Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 5

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO PORTO 1	**T.B.2**	Fragmentos de base

Figura 1FRagmentos de corpo contendo ligação com a base, face externa e interna, Peça T.B.- 2



Base de garrafa de vinho contendo seu fond piqué fragmentando, face interna e externa. Peça T.B.2 - 7

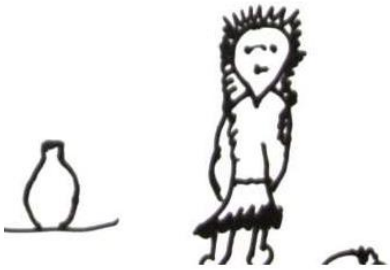


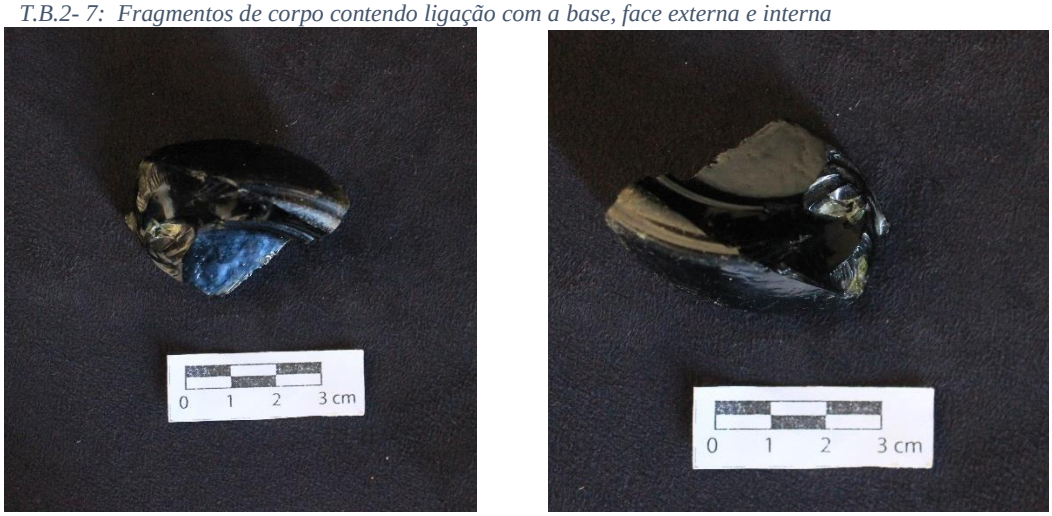
Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 6

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO PORTO 1	**T.B.2**	Fragmentos de base

T.B.2- 7: Fragmentos de corpo contendo ligação com a base, face externa e interna



Peça T.B.2 – 11: Base de garrafa feita em uma técnica manual de molde duplo ou triplo

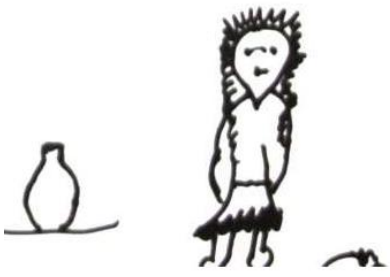
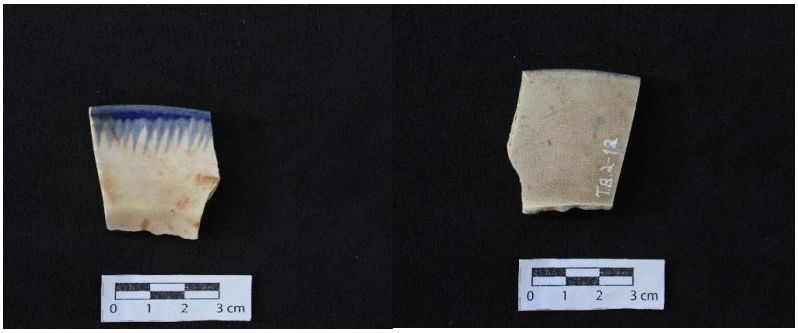


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ)** - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 7

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
MATERIAIS DIVERSOS SITIO PORTO 1	**T.B.2**	Grés, Louça, e Cerâmica



Louça pintada a mão, estilo Sheel Edgd –Peça T.B.2 -12

Grés produzindo em torno mecânico, englobo laranja e parte interna cinza T.B.2 -13

Cerâmica utilitária sem decorações plásticas e com uma pasta composta de grãos de quartzo e mica Peças T.B.2 – 24 e T.B.2 – 25

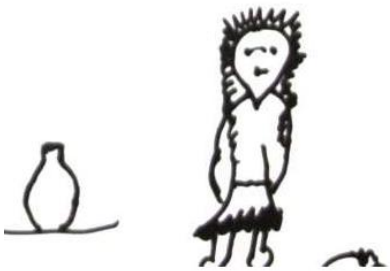


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia

Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas

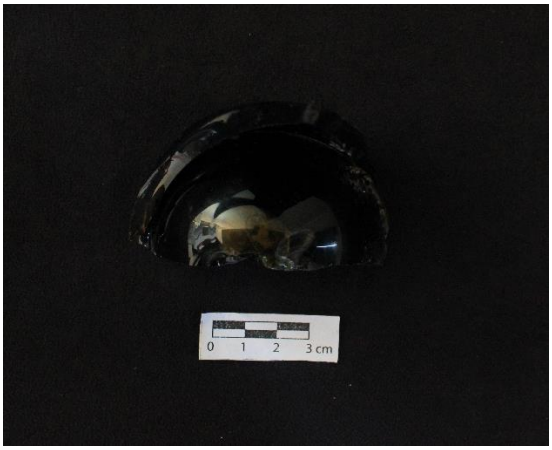
Aluno: Lucas Cunha Santos

Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

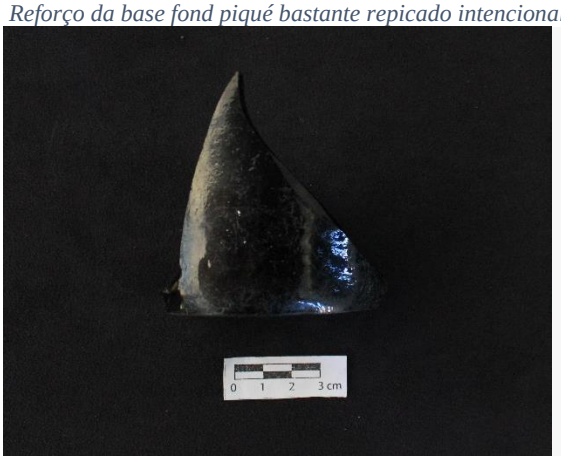
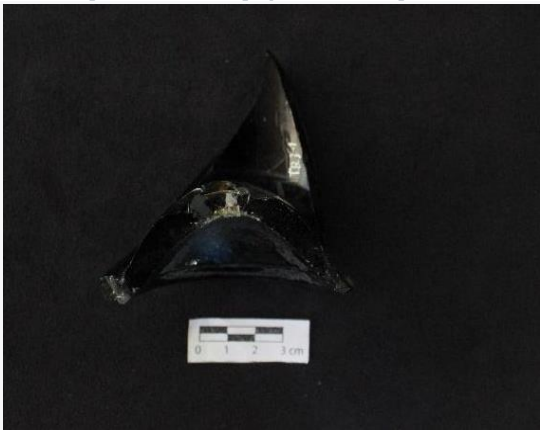
Departamento de arqueologia **(DARQ)** - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 8

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO PORTO 2	**T.B.3**	Fragmentos da mesma base – Peça T.B.2 - 1



Reforço da base fond piqué bastante repicado intencionalmente, respectivamente repique na base e parte interna

Garrafa de vinho fragmentada na junção entre corpo e base, contendo fond piqué visto em ambos os lados

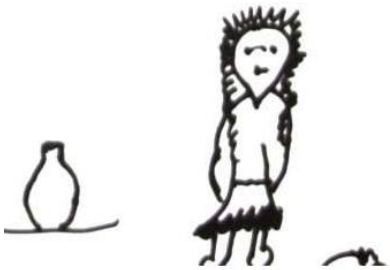


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 9

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO PORTO 2	**T.B.3**	Fragmentos da junção entre corpo e base

Peça T.B.3-4: Fragmento da junção entre corpo e base, face externa e interna.

T.B.3 – 2: Fragmento da junção entre corpo e base, contendo sua maior porção de corpo

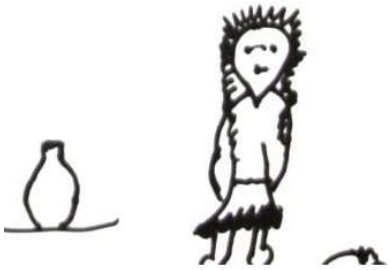


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 10

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO PORTO 2	**T.B.3**	Fragmentos menores

T.B.3 – 9 :Fragmentos da junção entre corpo e base, face externa e interna

Demais fragmentos que compõe a mesma garrafa do repique intencional

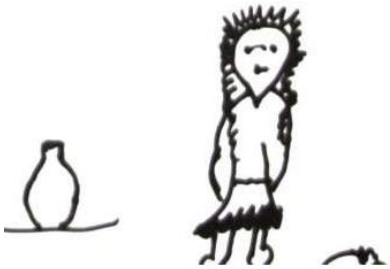


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 11

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO PORTO 2	**T.B.3**	Gargalo finalizado usando a técnica Tooled Finish: T.B4 - 11

Fragmento de pescoço e gargalo finalizado utilizando a técnica manual Tooled finish, com linhas horizontais em ambas as extremidades

Linhas horizontais em abas as extremidades que se estendem até o gargalo

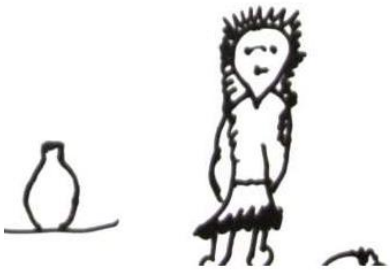


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ)** - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 12

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
Coleção Cerâmica do Sitio Lugar do Caboclo Badú	**T.B.4**	Cerâmicas acordeladas utilitárias

Peças: T.B.4 -38, T.B.4 -39, T.B.4 -41, T.B.4 - 49

Respectivos fragmentos: T.B.4 - 37, T.B.4 – 40, T.B.4- 45 e T.B.4 - 47

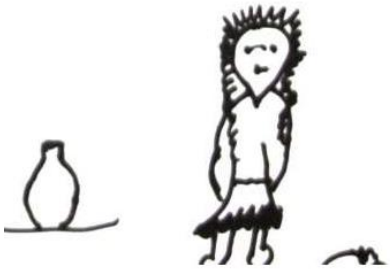


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 13

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
Coleção Cerâmica do Sitio Lugar do Caboclo Badú	**T.B.4**	Cerâmicas acordeladas utilitárias

Peças: T.B.4 – 67, T.B.4 – 68, T.B.4 - 70

Peça: T.B.4 – 43, face interna e externa

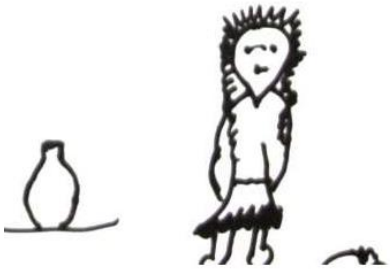
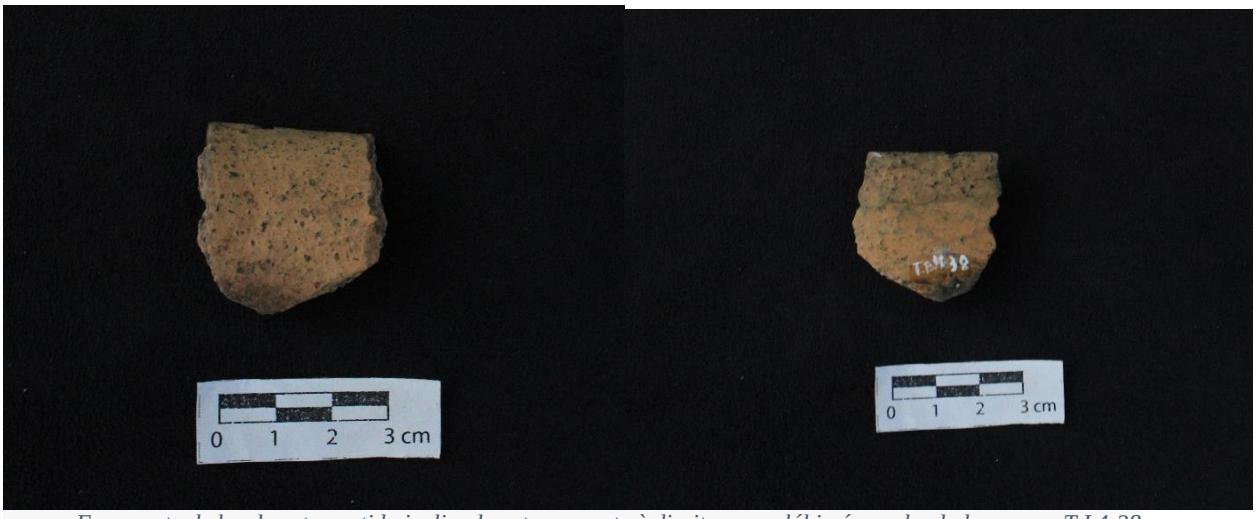


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 14

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
Coleção Cerâmica do Sitio Lugar do Caboclo Badú	**T.B.4**	Fragmento de borda



Fragmento de borda extrovertida inclinada externamente à direita, e seu lábio é arredondado. – peça T.I.4-38

Peças T.B.64 e T.B.4- 65 e fragmentos menores que 2cm

Peça T.B.4 - 71

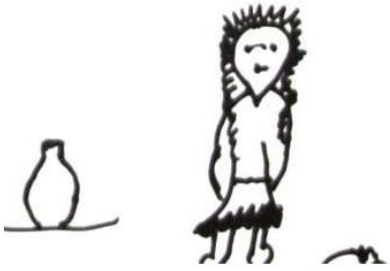


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 15

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
Coleção metálica do Sitio Lugar do Caboclo Badú	**T.B.4**	Metais amorfos

Todas imagens se referem a materiais que não foi possível identificação. Respectivamente peças:

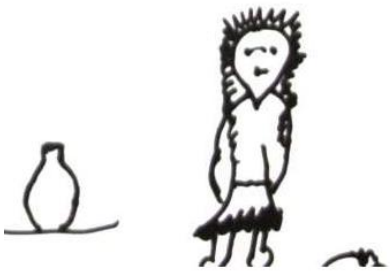


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 16

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Coleção metálica do Sitio Lugar do Caboclo Badú	**T.B.4**

Peça: T.B.4 – 54 em diferentes ângulos

Peça: T.B.4 – 54

Peça: T.B.4 - 56

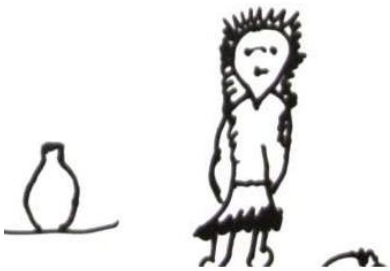
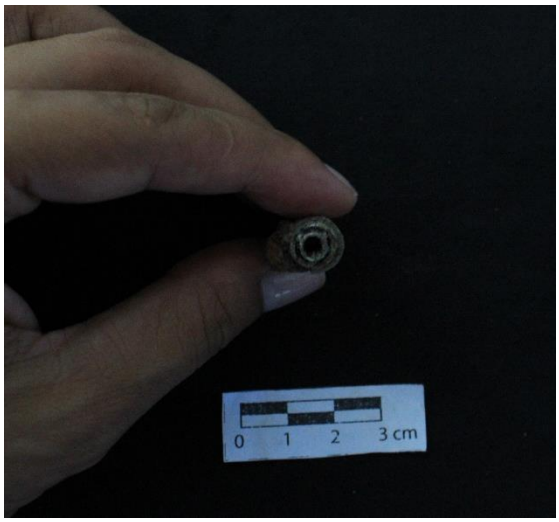


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 17

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
Coleção metálica do Sitio Lugar do Caboclo Badú	**T.B.4**	Peça: T.B.4 - 53



Peça de metal que se assemelha a uma capsula de revolver

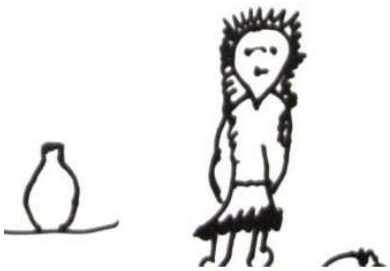
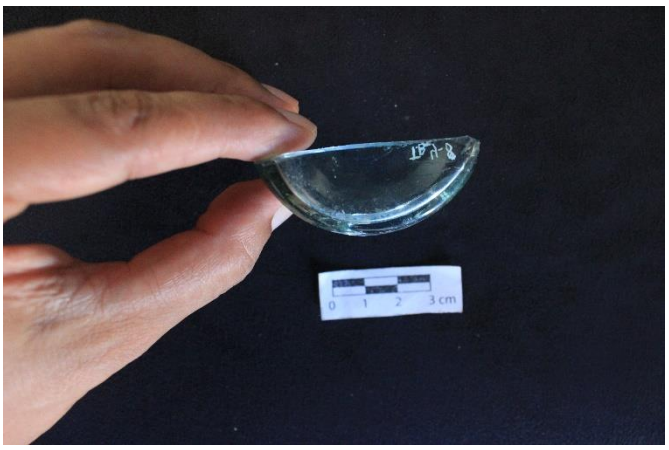


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucca Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 18

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO LUGAR DO CABOCLO BADÚ	**T.B.4**	Fragmentos da mesma garrafa



Respectivas aos fragmentos de base T.B.4 - 8 e T.B.4 – 15

Peças: Peça T.B.4 – 22, T.B.4- 19, T.B.4-20

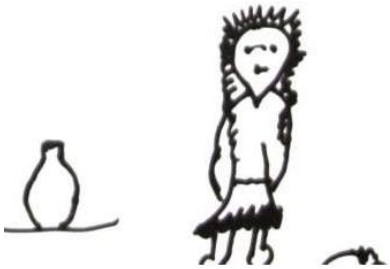
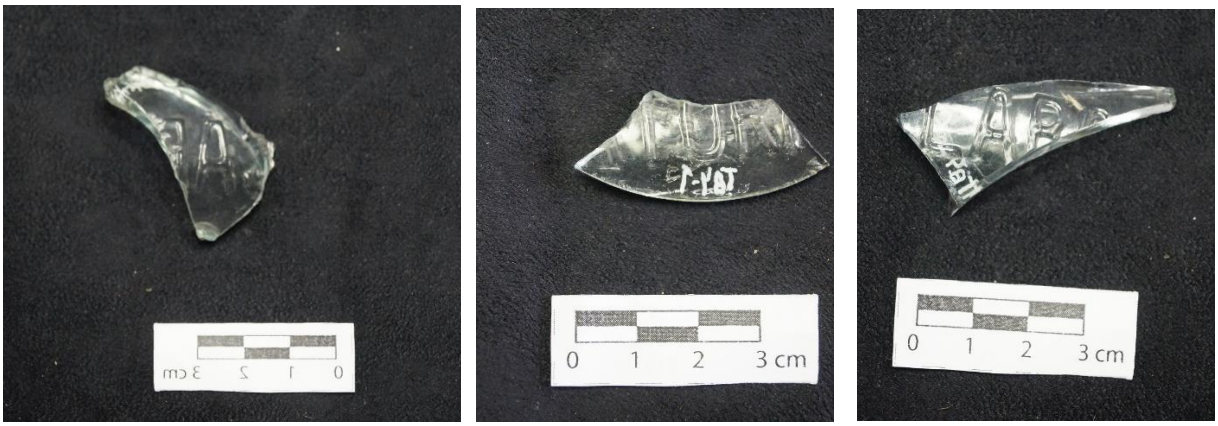


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

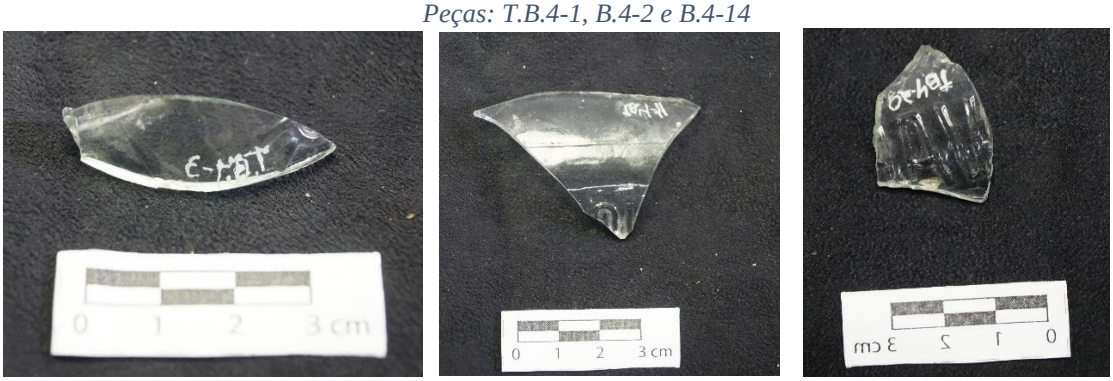
Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ)** - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 19

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SÍTIO LUGAR DO CABOCLO BADÚ	**T.B.4**	Fragmentos da mesma garrafa



Peças: T.B.4-1, B.4-2 e B.4-14



Peças: T.B.4-3, B.4-11 e B.4-20

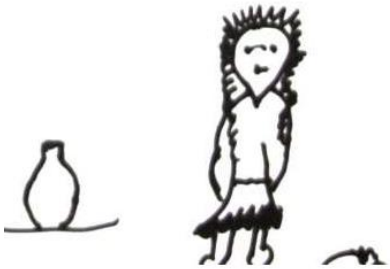
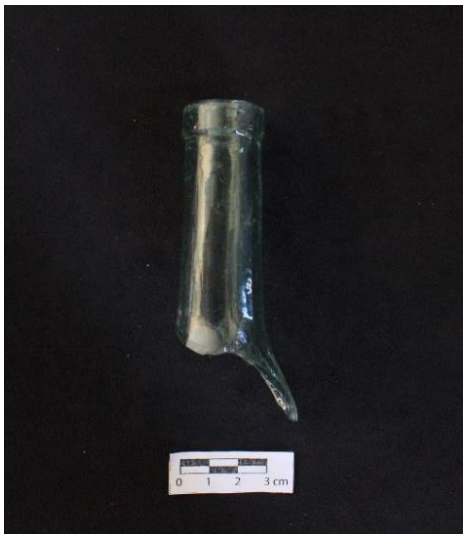


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ)** - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 20

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SÍTIO LUGAR DO CABOCLO BADÚ	**T.B.4**	Peça: T.B.4 -10



Gargalo finalizado pela tecnologia manual Tooled Finish

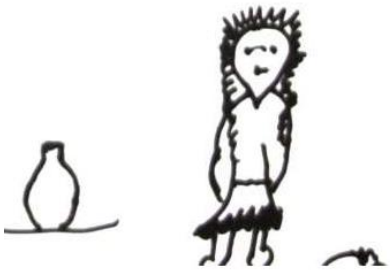
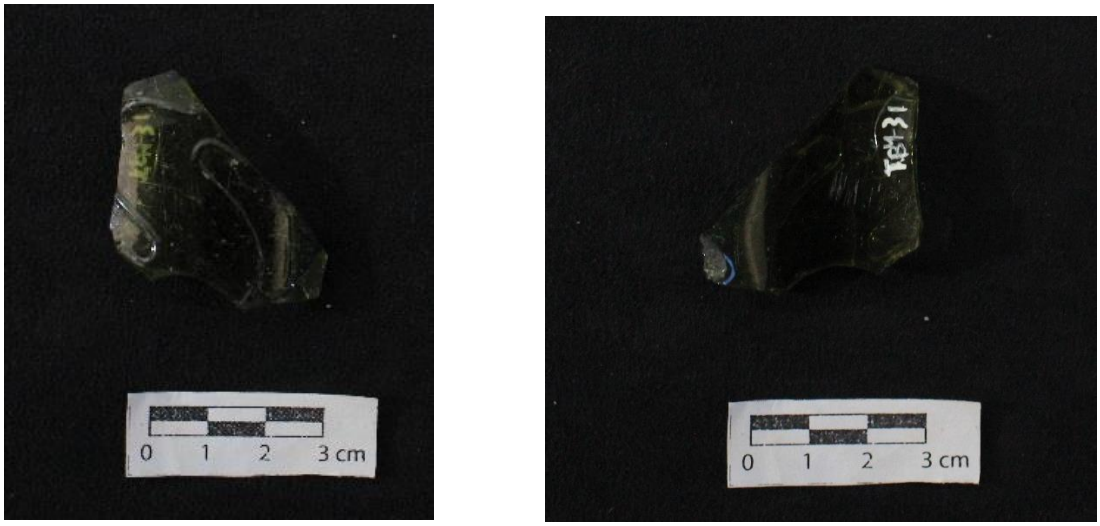


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

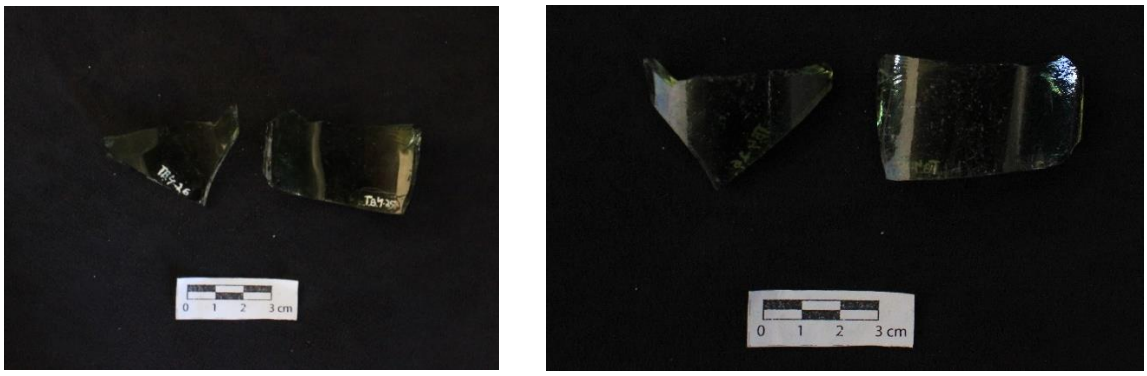
Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 21

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SITIO LUGAR DO CABOCLO BADÚ	**T.B.4**	Fragmentos diversos



Peça: T.B.4 – 31, face externa e interna



Peças: T.B.4- 25 e 26, faces internas e externas

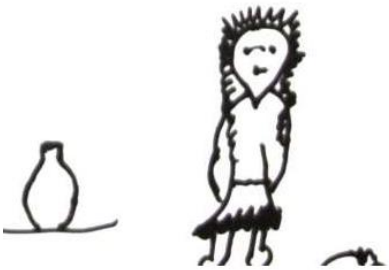
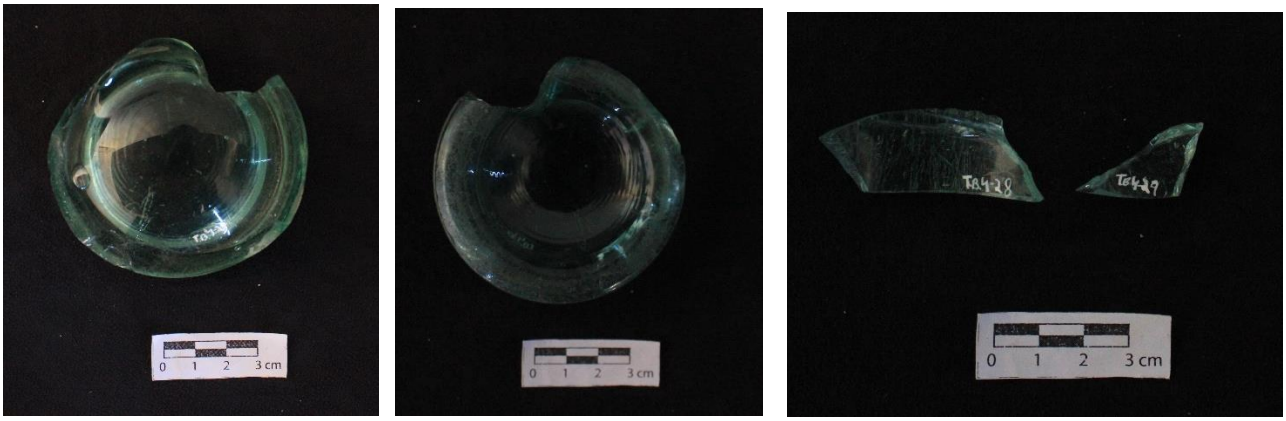


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

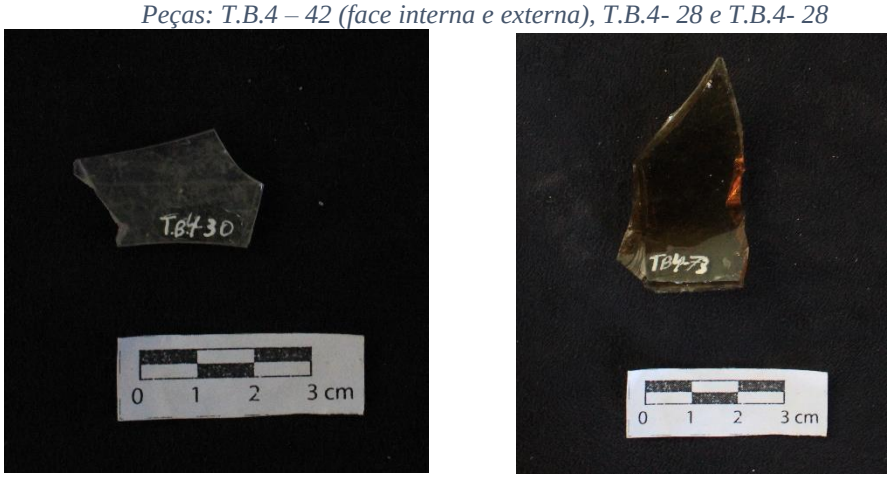
Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 21

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO VITREA DO SÍTIO LUGAR DO CABOCLO BADÚ	**T.B.4**	Fragmentos diversos



Peças: T.B.4 – 42 (face interna e externa), T.B.4- 28 e T.B.4- 28



Peças: T.B.4- 30 e T.B.4- 73

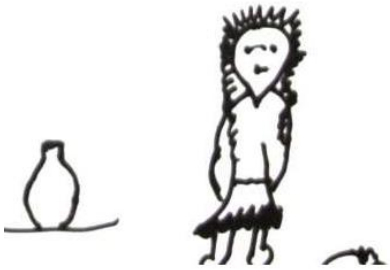


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ)** - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 23

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO DE FAIANÇA/LOUÇA DO SÍTIO LUGAR DO CABOCLO BADÚ	**T.B.4**	Fragmentos de um mesmo prato

Peças: T.B4 - 34 e T.B4 -36 associados um mesmo prato

Peça: T.B.4 – 34, contendo a marca do fabricante

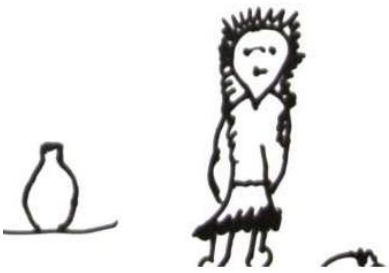


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ)** - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 24

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO DE FAIANÇA/LOUÇA DO SÍTIO LUGAR DO CABOCLO BADÚ	T.B.4	Fragmentos diversos

T.B.4 – 32, face interna e externa.

Peça: T.B.4 – 33, face externa e interna

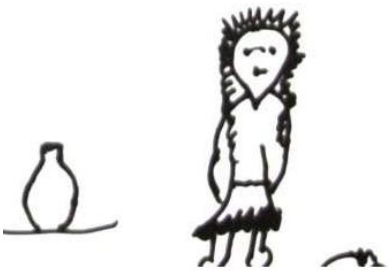
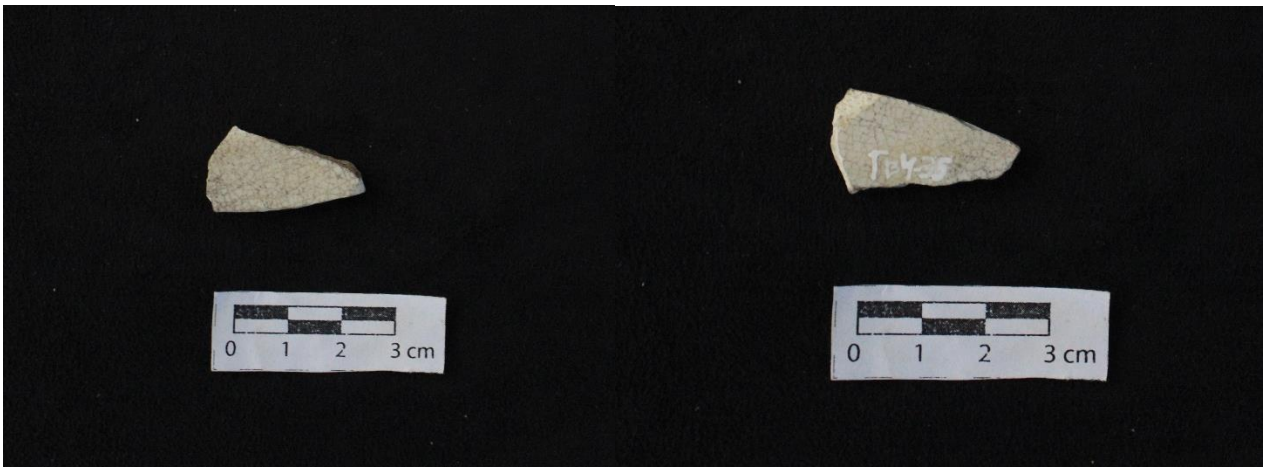


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

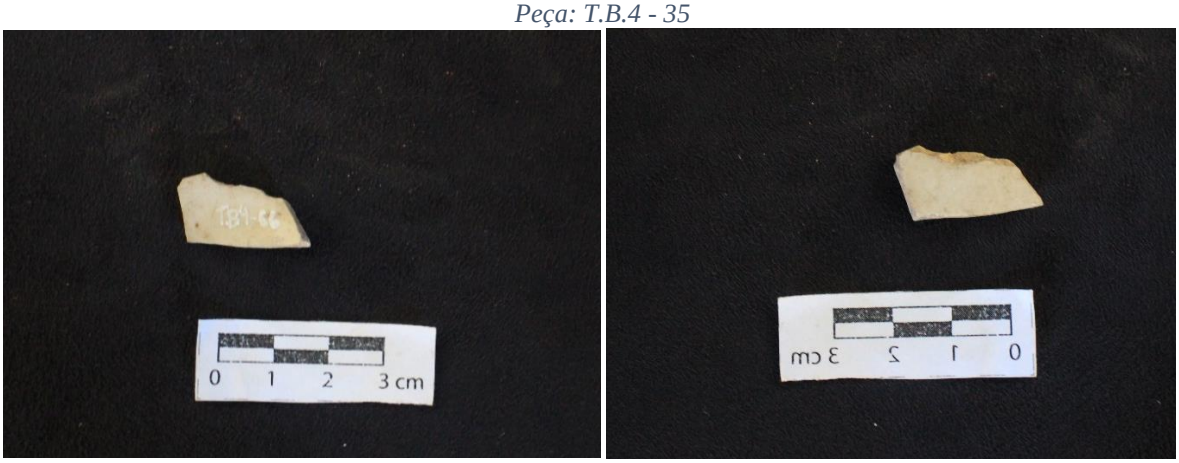
Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 25

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
COLEÇÃO DE FAIANÇA/LOUÇA DO SÍTIO LUGAR DO CABOCLO BADÚ	T.B.4	Fragmentos diversos



Peça: T.B.4 - 35



Peça: T.B.4 – 66, face interna e externa

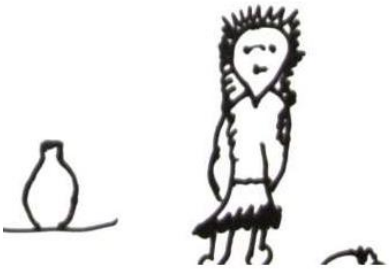


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ)** - UFS	Abr/2024

Ficha de catalogação - 26 A criação de narrativas históricas permeiam todas

PROJETO ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA: pesquisa arqueológica colaborativa na Terra Indígena (T.I.) Tupinambá de Belmonte – BA. Coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia		
MATÉRIAIS CONSTRUTIVOS DO SÍTIO LUGAR DO CABOCLO BADÚ	T.B.4	Fragmentos de piso em argila

Peça: T.B.4 - 62

Peça: T.B.4 - 63

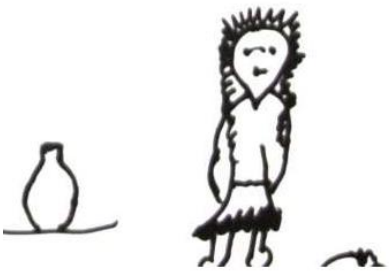


Ilustração da antiga anciã Maria Buiú (GARCIA, 2019. Recorte da capa)

Monografia	
Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo-sul da Bahia: memórias, lugares e pessoas	
Aluno: Lucas Cunha Santos	
Orientadora: Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia	
Departamento de arqueologia **(DARQ**) - UFS	Abr/2024